

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (DGEO)  
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Lucas Bosco Papa

**BANCADA RURALISTA:  
A ESPACIALIZAÇÃO DA FACETA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO**  
Uma Tentativa de Responder a Seis Perguntas sobre o Tema

Campinas  
2022

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Geociências  
Fabiana Benine - CRB 8/6812

P197b Papa, Lucas Bosco, 1991-  
Bancada ruralista : a espacialização da faceta política do agronegócio : uma tentativa de responder a seis perguntas sobre o tema / Lucas Bosco Papa. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Bancada Ruralista. 2. Frente Parlamentar Agropecuária. 3. Geografia Agrária. 4. Agronegócio. I. Alves, Vicente Eudes Lemos, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Palavras-chave em inglês:**

Ruralist Bench

Parliamentary Agricultural Front

Agrarian Geography

Agribusiness

**Titulação:** Licenciado em Geografia

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 30-11-2022

Este trabalho é dedicado à memória dos queridos Rubinho e Paulinho, que partiram tão cedo – transbordando nossos peitos em dor e saudades – sem poder compartilhar desse momento, um dos mais importantes de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida e saúde e, principalmente, pela oportunidade de recomeçar, em vários sentidos – depois de períodos tão turbulentos.

Posteriormente, agradeço à minha esposa, Larissa, minha principal apoiadora e entusiasta de minha felicidade e sucesso, pois sem o apoio dela, esse recomeço seria, no mínimo, improvável, para não dizer impossível.

Agradeço aos meus pais e minha irmã, pelo suporte, preocupação e acolhida, principalmente durante o ano mais difícil de minha vida.

Agradeço ao Professor Vicente, sempre solícito, pelo apoio, incentivo, orientações e sugestões que me direcionaram a esse trabalho final, apesar de uma ideia inicial que eu tinha tão subjetiva, mas que me ajudou a concretizá-la.

Agradeço também ao corpo docente, bem como a todos os funcionários do Instituto de Geociências, que de forma direta, ou indireta, contribuíram para a minha aprendizagem.

Não poderia deixar de agradecer à Ana Raquel e ao Rafael, pela acolhida e cuidado.

Gostaria de deixar registrado um reconhecimento especial à Josefina, a querida Jô (*in memoriam*), que não poupou esforços para me auxiliar no processo burocrático do reingresso universitário e que fazia seu trabalho com tanto zelo e presteza, de modo que sempre servirá a mim de exemplo sobre o verdadeiro amor ao ofício.

*“Vocês se elegend e legislam, feito cínicos  
Em causa própria ou de empresa coligada  
O frigo, a multi de transgene e agentes químicos  
Que bancam cada deputado da bancada”*

*(Chico César, 2015)*

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta-se como uma tentativa de responder a seis questões básicas sobre a composição e a atuação da Bancada Ruralista brasileira, durante a 56ª legislatura (2019-2023), com a proposta de evidenciar a espacialização do Agronegócio no Congresso Federal e, por consequência, no território brasileiro. Para isso, propôs-se analisar a composição e a atuação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, bem como sua relação com pautas de interesse do Agronegócio durante a 56ª Legislatura (2019-2023), a partir das respostas a seis perguntas sobre a temática da Bancada Ruralista, organizadas em forma de capítulos: Quando surgiu? O que defende? Quem compõe? Onde está? Como atua? Por que(m) atua? Os dados foram obtidos a partir de fontes secundárias, como portais eletrônicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Congresso Federal, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), “Radar” do Congresso em Foco, “De Olho nos Ruralistas” e “Ruralômetro” do Repórter Brasil, seguido pela análise e caracterização da composição e atuação dos parlamentares membros signatários da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) – mais conhecida como Bancada Ruralista, ou Bancada do Boi – durante a 56ª Legislatura, correspondente ao mandato de 2019 a 2023, para deputados federais e 2015-2023/2019-2027 para senadores, nas principais pautas de interesse do Agronegócio. Além dos levantamentos de informações, foram elaborados gráficos e mapas temáticos, a fim de evidenciar a espacialização no território brasileiro da faceta política do agronegócio, representada pela Bancada Ruralista. Ao final do presente trabalho, a principal consideração feita a respeito deste estudo é a de que ele representa um dos inúmeros recortes possíveis para se analisar a atuação e distribuição espacial da Bancada Ruralista. Além disso, esse se mostrou um tema bastante complexo e, praticamente, inesgotável, tendo em vista, por exemplo, a alta rotatividade dos parlamentares na respectiva frente parlamentar, dificultando as análises históricas e temporais. Por outro lado, foi possível observar que a Bancada Ruralista nunca esteve tão forte e atuante quanto durante a 56ª Legislatura. Não apenas pelo fato de ter atraído mais parlamentares membros, possuindo quase metade da Câmara Federal e do Senado, mas, principalmente, pela atuação do governo Bolsonaro, que privilegiou o agronegócio em detrimento de toda a população brasileira, especialmente durante a Pandemia. Reflexo disso, ao mesmo tempo em que bateu recordes de produção histórica de grãos no país, o Brasil voltou a figurar no Mapa da Fome, com cerca de 117 milhões de brasileiros – cerca de metade da população – enfrentando algum grau de insegurança alimentar. Em suma, emprestando da poesia de Chico César (2015), esses parlamentares “se elegem e legislam, feito cínicos/ Em causa própria ou de empresa coligada/ O frigo, a multi de transgene e agentes químicos/ Que bancam cada deputado da bancada”.

**Palavras-chave:** 1. Bancada Ruralista. 2. Frente Parlamentar Agropecuária. 3. Geografia Agrária. 4. Agronegócio.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1	OBJETIVOS .....	11
1.1.1	Objetivo Geral.....	11
1.1.2	Objetivo Específico .....	12
1.2	METODOLOGIA.....	12
1.3	Políticas e Movimentos Agrários no Brasil .....	13
1.4	Agronegócio .....	17
<b>2</b>	<b>QUANDO SURTIU? .....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>O QUE DEFENDE? .....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>QUEM COMPÕE? .....</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>ONDE ESTÁ? .....</b>	<b>81</b>
<b>6</b>	<b>COMO ATUA? .....</b>	<b>90</b>
<b>7</b>	<b>POR QUE(M) ATUA? .....</b>	<b>95</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>102</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Evolução da Bancada Ruralista desde sua criação.....	22
<b>Figura 2</b> – Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados – 56ª Legislatura (2019 – 2023)	60
<b>Figura 3</b> – Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados – 56ª Legislatura (2019 – 2023)....	61
<b>Figura 4</b> – Deputados Federais Membros da Bancada Ruralista por UF – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	62
<b>Figura 5</b> – Participação (%) dos Deputados Federais Membros da Bancada Ruralista por UF – .....	64
<b>Figura 6</b> – Bancadas Partidárias na Bancada Ruralista – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	67
<b>Figura 7</b> – Bancada Ruralista por Sexo – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	68
<b>Figura 8</b> – Bancada Ruralista por Mandatos na Câmara – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023).....	69
<b>Figura 9</b> – Bancada Ruralista por Profissões Predominantes – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023).....	70
<b>Figura 10</b> – Bancada Ruralista por “Hereditariedade” – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	70
<b>Figura 11</b> – Bancada Ruralista por Graus de Parentesco Predominantes – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	71
<b>Figura 12</b> – Bancadas Partidárias no Senado – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	71
<b>Figura 13</b> – Bancada Ruralista no Senado – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	72
<b>Figura 14</b> – Senadores Membros da Bancada Ruralista por UF – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027.....	74
<b>Figura 15</b> – Participação (%) dos Senadores Membros da Bancada Ruralista por UF – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	75
<b>Figura 16</b> – Bancadas Partidárias na Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027.....	78
<b>Figura 17</b> – Bancada Ruralista por Sexo – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 ..	78
<b>Figura 18</b> – Bancada Ruralista por “Hereditariedade” – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 ..	79
<b>Figura 19</b> – Bancada Ruralista por Graus de Parentesco Predominantes – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	80

<b>Figura 20</b> – Bancada Ruralista por Profissões Predominantes – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	80
<b>Figura 21</b> – Membros da Bancada Ruralista com Propriedades Rurais – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	81
<b>Figura 22</b> – Localização das Propriedades Rurais Declaradas pelos Membros da Bancada Ruralista –.....	84
<b>Figura 23</b> – Membros da Bancada Ruralista com Propriedades Rurais – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	85
<b>Figura 24</b> – Localização das Propriedades Rurais Declaradas pelos Membros da Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	87
<b>Figura 25</b> – Localização das Propriedades Rurais Declaradas pelos Membros da Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	89
<b>Figura 26</b> – Bancada Ruralista por Temperatura no Ruralômetro – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023).....	91
<b>Figura 27</b> – Bancada Ruralista por Índice de Governismo – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023).....	92
<b>Figura 28</b> – Bancada Ruralista por Índice de Governismo – Senadores – Mandato 2015-2023 e 2019-2027 .....	92
<b>Figura 29</b> – Reuniões com o Ministério da Agricultura (2019-2021).....	93
<b>Figura 30</b> – Associações Mantenedoras do Instituto Pensar Agro por Setor .....	96

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Partidos Políticos do Brasil Antes e Depois das Mudanças de Sigla.....	28
<b>Tabela 2</b> – Membros da Bancada Ruralista – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023).....	29
<b>Tabela 3</b> – Membros da Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027 .....	57
<b>Tabela 4</b> – Deputados Federais: Unidade Federativa do Domicílio Eleitoral e Unidade Federativa da Propriedade – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	82
<b>Tabela 5</b> – Senadores: Unidade Federativa do Domicílio Eleitoral e Unidade Federativa da Propriedade – 56ª Legislatura (2019 – 2023) .....	85

## **1 INTRODUÇÃO**

Tal como afirma o jornalista Alceu Luís Castilho, no livro-reportagem “O Partido da Terra” – que servirá de base norteadora para diversas discussões e reflexões no presente estudo, “Assim como a grilagem, a morte de camponeses faz parte indissociável da história do Brasil.” (CASTILHO, 2012, p.215). Em diferentes momentos da história brasileira houve massacres de camponeses, como nos episódios históricos citados a seguir: Cabanagem: Pará (PA) – 1835-1840; Balaiada: Maranhão (MA) – 1838-1841; Guerra de Canudos: Bahia (BA) – 1896-1897; e Guerra do Contestado: Santa Catarina (SC) – 1912-1916 (CASTILHO, 2012).

Massacres estes que persistem, ainda atualmente, tendo como vítimas comunidades indígenas, quilombolas, dentre outras comunidades tradicionais, além dos próprios camponeses. É o que revelam os monitoramentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), discutidos e apresentados neste estudo.

A causa dessa violência indiscriminada no campo está totalmente associada às políticas públicas adotadas (e as que deixaram de sê-las), ao longo de toda a história brasileira. Nesse sentido, destacou Castilho (2012, p.61): “O professor [Ariovaldo Umbelino de Oliveira] diz que isso [grilagem] aconteceu ‘porque as elites brasileiras sempre usaram novas leis para legitimar as burlas feitas anteriormente’”.

De forma convergente ao discurso do professor Ariovaldo, Castilho completa que a real história de concentração de terras no Brasil passa “pela grilagem, pela pistolagem e por mãos bem brasileiras. [sendo] (...) reflexos de uma sociedade ainda patrimonialista, clientelista. E violenta.” (CASTILHO, 2012, p.123).

Diante do exposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta-se como uma tentativa de responder a seis questões básicas sobre a composição e a atuação da Bancada Ruralista brasileira, durante a 56ª legislatura (2019-2023), com a proposta de evidenciar a espacialização do Agronegócio no Congresso Federal e, por consequência, no território brasileiro.

### **1.1 OBJETIVOS**

#### **1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar a composição e a atuação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional e sua relação com pautas de interesse do Agronegócio durante a 56ª Legislatura (2019-2023).

### 1.1.2 Objetivo Específico

Responder às seis perguntas sobre a temática da Bancada Ruralista, organizadas em forma de capítulos: Quando surgiu? O que defende? Quem compõe? Onde está? Como atua? Por que(m) atua?

## 1.2 METODOLOGIA

A partir do levantamento de dados dos portais eletrônicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Congresso Federal, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), “Radar” do Congresso em Foco, “De Olho nos Ruralistas” e “Ruralômetro” do Repórter Brasil, foi feita a análise e caracterização da composição e atuação dos parlamentares membros signatários da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) – mais conhecida como Bancada Ruralista, ou Bancada do Boi – durante a 56<sup>a</sup> Legislatura, correspondente ao mandato de 2019 a 2023, para deputados federais e 2015-2023/2019-2027 para senadores, nas principais pautas de interesse do Agronegócio.

Dessa forma, o presente Trabalho organiza-se em capítulos que buscam responder a cada uma das seis questões básicas sobre a Bancada Ruralista: “Quando surgiu?”; “O que defende?”; “Quem compõe?” “Onde está?”; “Como atua?”; “Por que(m) atua?”, seguido pelas Considerações Finais do estudo.

Para isso, além dos levantamentos de informações, foram elaborados gráficos e mapas temáticos, a fim de evidenciar a espacialização no território brasileiro da faceta política do agronegócio, representada pela Bancada Ruralista. Os mapas auxiliarão na indicação geográfica dos locais de origem, domicílios eleitorais e sedes das propriedades rurais dos parlamentares brasileiros membros da respectiva Bancada.

Para desenvolvimento do presente estudo, apenas os membros signatários da Frente Parlamentar Mista do Agronegócio (FPA) foram considerados membros da Bancada Ruralista. Há de se esclarecer, entretanto, que os políticos ruralistas não se resumem aos membros da FPA.

Além disso, outro aspecto que merece destaque é o fato dos dados utilizados no presente estudo corresponderem a informações de julho de 2022. Portanto, período após a última “janela partidária”, “período em que deputadas e deputados federais, estaduais e distritais poderão trocar de partido para concorrer ao pleito deste ano sem perder o mandato.” (TSE, 2022), ocorrida de 3 de março a 1º de abril, por mais que alguns pedidos de exoneração de parlamentares visando à candidatura a algum cargo em outro cargo, que não a candidatura

à reeleição, nas Eleições de 2022; a perda/cassação do mandato; e o retorno dos titulares do cargo, substituindo seus suplentes, após julho de 2022 não foram considerados, caso contrário seria um levantamento infundável.

### 1.3 POLÍTICAS E MOVIMENTOS AGRÁRIOS NO BRASIL

“Em um país que ignorou e ignora uma reforma agrária de fato, essa terra toda pertence a figuras muito especiais: os executores das leis e normas que regem o próprio território final. [De modo que] essas leis e normas perpetuam uma desigualdade histórica.” (CASTILHO, 2012, p.20).

Com consequências nefastas, as políticas agrárias por aqui adotadas podem ser entendidas como um processo forjado durante mais de 500 anos, desde a invasão portuguesa ao território indígena de Pindorama, privilegiando, em todos os momentos, a acumulação primitiva, os latifúndios monocultores, as oligarquias e a produção voltada para os mercados externos, com total apoio do poder público a esse sistema.

“Durante todo o Período Colonial, a política econômica agrária esteve voltada para os mercados externos, com o predomínio da cultura de açúcar e, posteriormente, de café, sendo o governo português responsável pela manipulação das taxas de câmbio e pela compensação dos produtores em situações de crise.” (SIMIONATTO & COSTA, 2012, p.216).

Em alusão aos latifúndios, cabe mencionar aquela que tivera sido a primeira e mais extensa propriedade de terra do Brasil, com mais de 300.000 km<sup>2</sup> de extensão – a Casa da Torre, que “constituiu um caso emblemático, no qual a feudalidade essencial da colonização do Nordeste mais claramente se manifestou” (BANDEIRA, 2017, p.19). Propriedade de Garcia d’Ávila, filho bastardo de Tomé de Sousa, a Casa da Torre foi uma sesmaria cedida pelo pai, então governador-geral do Brasil, tornando o filho um sesmeiro, em 1549. Por esse motivo, Bandeira (2017, p.27) defende que “não se chegará a compreender as origens do latifúndio escravista e feudal (...) sem o conhecimento do sistema sesmarial.”.

Assim, o que se observa hoje no Brasil é uma herança colonial, de modo que “(...) para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe (...) colhendo dados (...) indispensáveis para interpretar e compreender o meio que cerca na atualidade.” (PRADO JR.,

1961, p.6). Dessa forma, “(...) sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial.” (PRADO JR., 1961, p.7).

“No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou inteiramente em todo o país (...) [tal] que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu. (...) O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior. (...) Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional.” (PRADO JR., 1961, p.7).

Mesmo após o processo de independência, em 1822, essa dinâmica não foi alterada. Pelo contrário, ganhou legitimidade graças às políticas legislativas, assim como discorrem as autoras Simionatto & Costa (2012, p.216), “(...) [a] independência não alterou tal situação; a Lei de Terras de 1850, ao promover a transformação da terra em mercadoria, sacramentou nossa vocação para o latifúndio e, inevitavelmente, para a desigualdade.”, de modo que o governo adquire mais “poder sobre o território. Mas garante a concentração de terras – e de poder político – na mão de poucos.” (CASTILHO, 2012, p.20).

Durante a República Velha, foi o “tenentismo<sup>1</sup>” quem tentou “garantir condições para uma reforma agrária na Constituinte de 1934, mas foram politicamente derrotados.” (DE MEDEIROS, 2003, p.12).

Apenas no período populista, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), “o tema da reforma agrária começou a aparecer, mas sem grande destaque.” (DE MEDEIROS, 2003, p.14). “O quadro se alterou significativamente com a emergência de um ciclo de conflitos envolvendo o acesso à terra, que marcou profundamente o período.” (DE MEDEIROS, 2003, p.14). Esses conflitos agrários deram origem a movimentos sociais como as Ligas Camponesas, na Zona da Mata Nordestina. Surgidas em 1955 foram ativas até 1964, sendo sufocadas pela Ditadura Militar (SILVA, 2018). Suas finalidades eram “prioritariamente assistenciais, sobretudo jurídicas e médicas, e ainda de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros.” (LIGAS CAMPONESAS, 2009).

Apesar do sufocamento das Ligas Camponesas pela Ditadura Militar, o embrião da luta camponesa persistiu no tempo e:

---

<sup>1</sup> “Movimento liderado por jovens oficiais do Exército, engajados no debate sobre os destinos da nação” (DE MEDEIROS, 2003, p.12).

“(...) em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais Sem Terra que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos.” (MST, 2022).

Mas, voltando ao período populista, só nos anos 1960, a questão agrária voltaria à pauta política, de fato. Mais especificamente, durante o governo de João Goulart (1961-1964), em que o *cepalista*<sup>2</sup> Celso Furtado ocupava a cadeira de Ministro do Planejamento, a questão da reforma agrária voltou à cena. Em consonância com os entendimentos e propostas dos progressistas Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, havia críticas ferrenhas ao sistema fundiário brasileiro, apontando-o como “obstáculo à racionalidade na exploração agrícola, tornando-a menos apta a responder aos estímulos do desenvolvimento nacional final. (...) Concomitantemente, defendia a ação robusta de reforma agrária e apoio aos produtos consumidos no mercado interno final.” (POMPEIA, 2021, p.92).

Oito meses depois do golpe militar, em novembro de 1964, aprovou-se a Lei Federal nº 4.504, que ficou conhecida por “Estatuto da Terra”. A respectiva Lei prevê a regulação de “direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964). Por incrível que pareça, ela previa a desapropriação por interesse social de latifúndios, bem como a redistribuição das terras devolutas, de modo que:

“absorvia grande parte das reivindicações que afloraram na década anterior e disciplinava-as, de forma a trazer a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender às exigências do que então era o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento.” (DE MEDEIROS, 2012, p.24).

Os reflexos do Estatuto de Terra foram rapidamente sentidos, tal qual comenta Regina Bruno (1995, p.6): “Contra esta concepção de reforma agrária (...) reagiram os grandes proprietários de terra e suas entidades de classe que, há muito mobilizados contra a reforma agrária, sentiram-se traídos pelo governo Castelo Branco [1964-1967].”.

---

<sup>2</sup> Membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Apesar disso, “Contra a reforma agrária idealizada pelo novo governo, eles já não podiam mais reivindicar apenas uma política agrícola.” (BRUNO, 1995, p.7), de modo que os latifundiários brasileiros passaram a tecer críticas como a de que: “O principal argumento era de que não havia um problema agrário no país, e sim um problema rural, e que este ‘não decorria primordialmente da estrutura de propriedade’”. (BRUNO, 1995, p.7). Portanto, “(...) através do Estatuto, o Estado não só conferiu identidade jurídica às categorias sociais antes existentes, como as redefiniu politicamente.” (BRUNO, 1995, p.29).

Baseado em duas lógicas, o Estatuto da Terra possuía uma lógica “(...) distributivista, pela democratização da propriedade fundiária, incentivo à empresa familiar como modelo ideal de propriedade e penalização do latifúndio; e outra, produtivista, pela concentração de terra, capital e trabalho, e consolidação da grande empresa capitalista.” (BRUNO, 1995, p.29).

“Ao mesmo tempo, a legislação transformava a noção de direito à terra em um conjunto de normas que previa em que circunstâncias esse direito poderia se fazer valer (...)” (DE MEDEIROS, 2012, p.24), e as circunstâncias não eram favoráveis aos camponeses. Valendo-se de Augusto dos Anjos, o Estatuto da Terra seguiu a mesma lógica do verso “A mão que afaga é a mesma que apedreja.”.

Desse modo, em contraponto às figuras progressistas de Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, emergia a de Delfim Netto, que viria a ser o Ministro da Fazenda do governo militar de Costa e Silva (1967-1969). Com ele, a questão agrária passava a ser preterida pela política agrícola, concretizada pelo “Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que planejava o fortalecimento do crédito rural, o estímulo à intensificação do uso de insumos e máquinas e à modernização das funções de armazenamento, transporte, agroindustrialização e comercialização.” (POMPEIA, 2021, p.93).

Por trás de toda essa articulação política, tal qual se observa, está o agronegócio. Por esse motivo, “considerando que a difusão do agronegócio globalizado se dá de forma social e espacialmente excludentes, sua difusão promove o acirramento das desigualdades socioespaciais também nas cidades do agronegócio.” (ELIAS, 2007, p.27). Em outras palavras:

“(...) o agronegócio brasileiro se caracteriza por ser espacialmente seletivo, socialmente excludente, economicamente concentrador e ambientalmente e culturalmente devastador. Da mesma forma, sua difusão tem aumentado os níveis de riqueza, cada vez mais concentrados, e os níveis de pobreza, cada vez mais

generalizados, além de criar muitas novas e complexas desigualdades socioespaciais, com o aumento dos conflitos e da violência no campo e nas cidades.” (ELIAS, 2021, p.6).

“No Brasil, o intenso processo de urbanização das últimas décadas contrasta com o país do período pré-técnico-científico-informacional, essencialmente agrário.” (ELIAS, 2007, p.27). Um dos reflexos disso é “(...) o contraste entre o déficit habitacional e a existência de domicílios vagos semelhantes em termos quantitativos (...) [revelando] que o problema da moradia se apresenta interligado aos conflitos de uso e ocupação do solo (...)” (ELIAS, 2007, p.38). Outro reflexo é o de que “(...) a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira está entre os processos que promovem o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho (...)” (ELIAS, 2007, p.29). E nesse sentido, o agronegócio é um dos principais produtos desse aprofundamento da divisão social, e mesmo internacional, do trabalho.

#### 1.4 AGRONEGÓCIO

“Embora hoje seja utilizada de forma indiscriminada, a expressão agronegócio passou a ter uso corrente no país há apenas duas décadas e (...) já assume caráter polissêmico, carregada de ideologia e mitos (...)” (ELIAS, 2022, p.292).

“Como a própria etimologia da palavra explicita (agro + negócio), entre os seus principais objetivos, está a obtenção de lucro e renda da terra, com a produção de muitas novas mercadorias voltadas aos mercados urbano, nacional e internacional, de alimentos, *commodities* e agrocombustíveis.” (ELIAS, 2022, p.293).

*Agronegócio*, portanto, foi a melhor tradução encontrada na língua portuguesa para o termo original *agribusiness*. Cunhado pelos, então, professores da Escola de Negócios de Harvard (*Harvard Business School*) John Davis e Ray A. Goldberg, em 1955, nos EUA, foi apresentado ao público pela primeira vez, durante uma Conferência em Boston, em outubro do mesmo ano, ganhando grande notoriedade desde então. Mais tarde, legitimou-se através da publicação do artigo “*From Agriculture do Agribusiness*”, no ano de 1956, por Davis, e do livro “*A Concept of Agribusiness*”, em 1957, por Davis e Goldberg (POMPEIA, 2021).

Conforme Davis (1955, p.5 apud POMPEIA, 2021, p.48), “Por definição, *agribusiness* (...) refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras.”

No Brasil, o termo *agribusiness* viria ganhar visibilidade e repercussão no final da década seguinte, durante a Ditadura Militar, mais especificamente no governo de Costa e Silva (1967-1969). Apesar de um governo dito nacionalista, alinhava-se aos interesses do governo estadunidense, principalmente em relação às questões agrícolas, apoiado nas pautas do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, que defendia “uma proposta socialmente conservadora e tecnicamente ousada (...) [que] colocava maior ênfase nas relações de interdependência entre agricultura e a indústria.” (POMPEIA, 2021, p.93). “Foi a partir dessa época que a noção de *agribusiness* começou a ser mobilizada com maior frequência no Brasil. Os principais promotores do termo foram governo, entidades privadas e universidades norte-americanas.” (POMPEIA, 2021, p.94).

A influência e exportação das ideias norte-americanas também se deu através do projeto político internacional do governo estadunidense que tinha como mote “guerra contra a fome”, e que sustentava que “a sofisticação produtiva e comercial das empresas privadas do *agribusiness* seria indispensável para uma política alimentar de escala mundial.” (GOLDBERG, 1966, p. 82 apud POMPEIA, 2021, p.60). Além disso, a “Revolução Verde foi um forte elemento legitimador para que o governo dos Estados Unidos incentivasse o crescimento da utilização de fertilizantes e agrotóxicos em países sob sua influência.” (POMPEIA, 2021, p.67).

Dessa forma, a “(...) reestruturação produtiva da agropecuária acentua as históricas desigualdades socioespaciais, além de criar muitas outras.” (ELIAS, 2007, p.31). “É importante frisar que a reestruturação da agropecuária não homogeneizou a produção ou os espaços agrícolas nem os espaços urbanos que crescem com este processo. O que ocorre em contraposição ao processo de globalização da produção e do consumo agropecuário é um intenso processo de fragmentação da produção e do espaço agrícolas.” (ELIAS, 2007, p.37).

“A consecução do agronegócio globalizado se dá com a formação de redes agroindustriais globalizadas que associam empresas agropecuárias, fornecedores de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, empresas de pesquisa agropecuária, empresas de marketing, cadeias de supermercados, empresas de fast food etc.” (ELIAS, 2007, p.29).

Desse modo, sob a perspectiva de um agronegócio globalizado, eficiente, articulado e influente no cenário político brasileiro, é que o presente trabalho traz uma proposta de explicar a Bancada Ruralista, “(...) [que] pode ser considerada uma instituição – com letras maiúsculas”, como a representação e a espacialização da faceta política do agronegócio, pressionando e influenciando no “(...) papel do Estado como agente da consolidação do agronegócio globalizado, apoiando todas as transformações através de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola (...) e políticas explícitas de fomento agrícola (...)” (ELIAS, 2022, p.293).

## 2 QUANDO SURTIU?

No Brasil, “A organização das elites agrárias em torno de agências de representação dos interesses de classe se deu frente ao processo de industrialização na virada do século XX e tem sido retomada ao longo de determinados contextos e disputas políticas e territoriais no campo (...)” (COSTA, 2012, p.30).

Ao final do período da Ditadura Militar (1964-1985), a “mobilização por reforma agrária no início do governo Sarney” (CASTILHO, 2012, p.215) foi o pano de fundo para a fundação da União Democrática Ruralista (UDR), uma “organização radical de proprietários de terra” (CASTILHO, 2012, p.122). “Ligada, sobretudo, a pecuaristas (...)” (POMPEIA, 2021, p.112) e “(...) acusada de organizar milícias – com a compra de armas pelos proprietários de terra para evitar ocupações de sem-terra.” (CASTILHO, 2012, p.125). A UDR deu projeção a políticos como: Ronaldo Caiado, proprietário de mais de 5,9 mil hectares de terras (CASTILHO, 2012) e Abelardo Lupion, que afirmou mais tarde ter a tarefa de “destruir” o MST, caso reeleito (LUPION, 2006).

“Em reação ao surgimento da UDR, à retomada da questão agrária e do enfraquecimento da política agrícola, foi criada a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) (...)” (POMPEIA, 2021, p.113). Apesar de sua composição heterogênea, a FAAB “(...) tinha comando de agentes econômicos relacionados aos sistemas agroalimentares (...)” (POMPEIA, 2021, p.113).

Caracterizada pela robustez financeira, possuía proeminência política, que “se desdobrava, entre outras consequências, em destacada capacidade de influência sobre Estado” (POMPEIA, 2021, p.113). “Nessa atuação sobre o Estado, a entidade [FAAB] disputava

espaço com a UDR, que tinha posicionamentos mais radicalizados.” (POMPEIA, 2021, p.114).

“A animosidade entre a FAAB e a UDR foi, contudo, muito bem racionalizada quando se tratou de fazer contraposição, no âmbito da Constituinte [de 1987], aos anseios sociais por redistribuição agrária no país. De fato, as duas agiram conjuntamente nessa direção, pressionando e assessorando parlamentares na elaboração de estratégias contrárias aos planos das representações progressistas – como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).” (POMPEIA, 2021, p.114).

A “FAAB foi composta a partir da articulação de quarenta importantes organizações de interesse da ‘agropecuária brasileira’ (...)” (FERNANDES, 2018, p.13). Ela “(...) funcionou de 1986 até 1991 como articulação política entre importantes entidades de representação de interesses de grandes proprietários de terras e empresários rurais e agroindustriais (...)” (FERNANDES, 2018, p.7).

Com base no “(...) ‘poderoso lobby rural’ norte-americano, (...) com a aproximação das eleições (...) os empresários agrícolas tinham a expectativa de eleger (...) 40 deputados. (...) o mapa eleitoral (...) se confirmaria no ano seguinte com a conformação da Frente Parlamentar da Agricultura.” (FERNANDES, 2018, p.117).

“É neste contexto que Bruno (2017) identifica um **processo embrionário de constituição da bancada ruralista** como força parlamentar dos interesses dos proprietários de terra e do empresariado rural nas últimas décadas, funcionando não apenas como espaço de formulação e execução de políticas, mas fundamentalmente como espaço de produção e reprodução da representação política do patronato rural.” (FERNANDES, 2018, p.117, grifo do autor).

“Angariando a pronta assinatura de 42 deputados e 2 senadores em seu Manifesto, a Frente Parlamentar da Agricultura foi oficializada logo no segundo dia de funcionamento dos trabalhos legislativos.” (FERNANDES, 2018, p.117), em 2 de fevereiro de 1987.

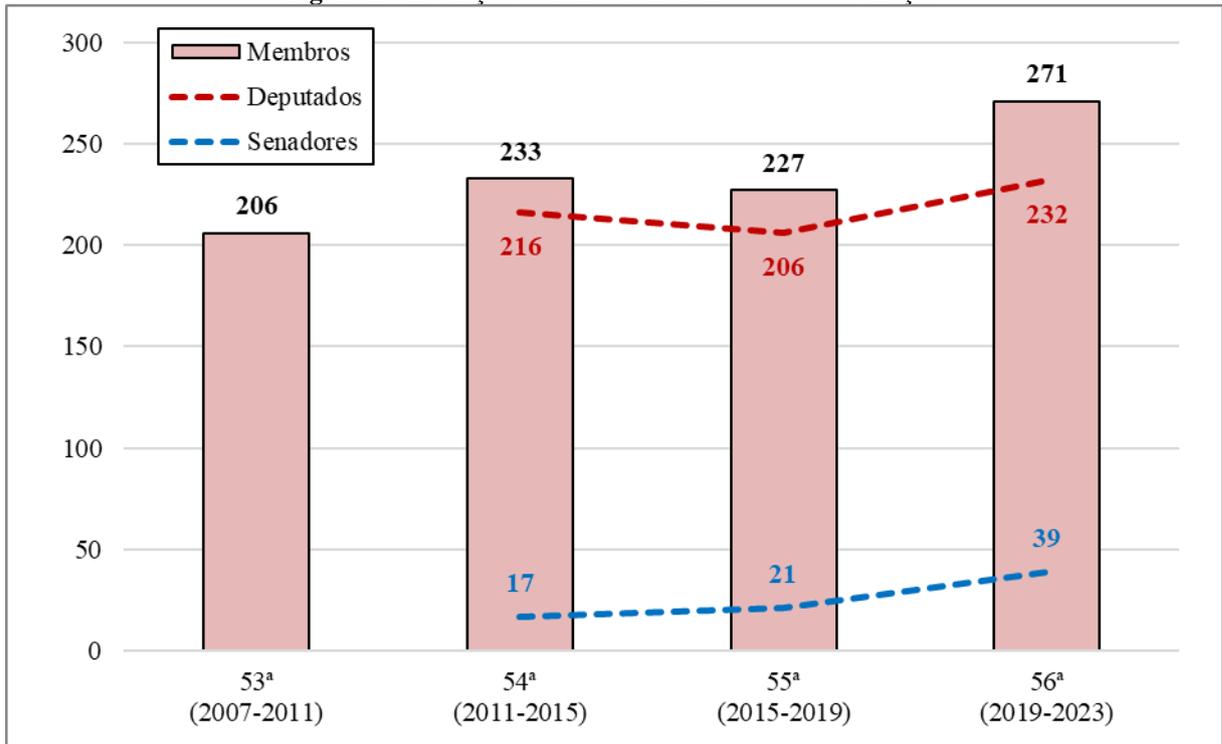
“Dessa maneira, promulgada a Constituição e, principalmente, sancionada a lei agrícola, em janeiro de 1991, o espaço de articulação entre estes setores deixou de demandar a urgência que a pauta política da transição vinha impondo até então. Além disso, simbolizando o elemento geracional na formação e composição da

FAAB, a saída dos três presidentes das direções de suas respectivas entidades (...) contribui na desarticulação da Frente Ampla em um primeiro momento.” (FERNANDES, 2018, p.162).

De 1991 “Até 1994, a bancada ruralista continuou a existir informalmente. Em 1995 foi fundada, com ata assinada por deputados e senadores, a Frente Parlamentar da Agricultura.” (HISTÓRIA, 2021).

“Em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para se adequar às regras de regulamentação criadas pela Câmara dos Deputados.” (HISTÓRIA, 2021). “Desde sua criação, em 2002, a bancada ruralista procurou reproduzir no Congresso Nacional a intransigência e a intolerância identificadas como práticas políticas da UDR.” (BRUNO, 2017, p.160).

Com base no apresentado até agora, ganha forma a afirmação de que a Bancada Ruralista é a corporificação do Agronegócio na política brasileira, de forma que sua evolução histórica pode ser observada a partir do **Figura 1**, abaixo, que apresenta a quantidade de membros signatários ao longo das Legislaturas, desde 2008, quando foi oficializada a FPA, porém sem a discriminação deputados federais e senadores na 53ª Legislatura (2007-2011). Apesar disso, restando evidente o aumento na quantidade de membros signatários ao longo das últimas legislaturas.

**Figura 1** – Evolução da Bancada Ruralista desde sua criação

Fontes:

53ª Legislatura – Requerimento Interno da Câmara “CA85E16605”, de 02 de abril de 2008 ([https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0uhhb918e3ie15ekzizrgg8qt10324248.node0?codteor=550199&filename=REQ+2502/2008](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0uhhb918e3ie15ekzizrgg8qt10324248.node0?codteor=550199&filename=REQ+2502/2008));

54ª Legislatura – Apresentação “FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – Balanço e desafios”, Dep. Moreira Mendes (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/cacau/anos-anteriores/frente-parlamentar-da-agropecuaria.pdf>);

55ª Legislatura – Requerimento Interno da Câmara nº 952, de 12 de março de 2015 ([https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/53476-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53476-integra.pdf));

56ª Legislatura – Website FPA – Membros, acessado em julho de 2022 (<https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>).

### 3 O QUE DEFENDE?

Conforme informações disponibilizadas pela própria FPA, em seu sítio eletrônico, os objetivos (oficiais) da respectiva frente parlamentar são:

- ✓“Acompanhar a política oficial de desenvolvimento da agropecuária nacional, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;
- ✓Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da agropecuária, divulgando seus resultados;
- ✓Promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas agropecuárias;
- ✓Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à agropecuária nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas casas do Congresso Nacional;
- ✓Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a agropecuária;
- ✓Apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da agropecuária, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas;
- ✓Organizar a Agenda Legislativa da Agropecuária Brasileira;
- ✓Manter canal de informações atualizadas com as entidades da cadeia produtiva do agronegócio e os parlamentares sobre o andamento dos temas de interesse, discutidos nas Comissões e nos Plenários do Congresso Nacional;
- ✓Consolidar o posicionamento da cadeia produtiva do agronegócio quanto aos assuntos em tramitação no Congresso Nacional.” (HISTÓRIA, 2021).

Na prática, conforme apontam Castilho et al. (2022), a Bancada Ruralista defende, atualmente, a aprovação dos seguintes Projetos de Lei (PL): PL do Veneno; PL do (Não-)Licenciamento Ambiental; PL do Marco Temporal; PLS da Fiscalização Ambiental e Reflorestamento; PL da Mineração em Terras Indígenas; PL da Política Nacional sobre Mudanças do Clima; PL do Mercado de Carbono; PL do Autocontrole na Produção de Alimentos; e PL da Grilagem; os quais são brevemente apresentados adiante.

Todavia, antes de discorrer sobre os Projetos de Lei mencionados acima, é importante recordar sobre algumas atuações marcantes da Bancada Ruralista, visando entender o que defendem, de fato.

Uma dessas atuações ocorreu na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, em 2005, em que “(...) parlamentares ruralistas se reuniram em torno de um relatório paralelo – que viria se tornar o oficial. (...) Sob a presidência de Álvaro Dias (...) e relatoria do (...) Abelardo Lupion (...), eles classificaram as ocupações de terra como ‘atividade terrorista’ e ‘crime hediondo’.” (CASTILHO, 2012, p.128).

Também há destaque na atuação dos parlamentares ruralistas na redação e aprovação do texto-base do Novo Código Florestal, em 2012, de modo que a lei reformulada logo foi batizada de “Código Ruralista”. Dentre as alterações aprovadas, destacam-se: “(...) a área que os proprietários não podem desmatar. Na Amazônia Legal (...) era de 80% (...) passou a ser até 50% (...). Antes havia restrição de 30 metros em cada margem (...) foi alterada para 15 metros, para rios com até 30 metros de largura (...)”. (CASTILHO, 2012, p.128). Também foi dada anistia às multas ambientais aplicadas pelo IBAMA até julho de 2008, além da previsão de regras mais flexíveis para utilização das Áreas de Proteção Permanente (CASTILHO, 2012).

Sem contar a própria atuação na Constituinte de 1987, contando, inclusive, com a presidência de uma das mesas pelo ruralista Saldanha Derzi, gerando o questionamento: “O Derzi está presidindo pelo número de anos ou pelo número de bois que possui?” (CASTILHO, 2012, p.127). O resultado da Constituinte pode ser sintetizado pela lamentação do especialista Gomes da Silva: “Estava sepultada a reforma agrária no Brasil.” (CASTILHO, 2012, p. 127).

Voltando aos Projetos de Lei ainda em tramitação no Congresso, são descritos brevemente, na sequência.

#### **PL do Veneno (nº 6.299/2002)**

Proposições: “Tira o poder de veto da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no processo de avaliação dos agrotóxicos.” (CASTILHO et al, 2022, p.5).

Situação: Aprovada na Câmara, no dia 09 de fevereiro de 2022, e aguarda tramitação no Senado (CASTILHO et al, 2022).

### **PL do (Não-)Licenciamento Ambiental (nº 3.729/2004)**

Proposições: Institui a Lei Geral de Licenciamento Ambiental (BRASIL, 2004). O texto-base aprovado na Câmara é um substitutivo “ao Projeto de Lei 3729/2004, apresentado pelo deputado Neri Geller (PP-MT), que retira a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para determinados tipos de obras e facilita o processo para outras, resumidamente.” (OLIVEIRA & EVANGELISTA, 2021). A ABRASCO publicou nota em que destaca impactos da eventual publicação da respectiva Lei: “Quando o ambiente é destruído, o prejuízo recai sobre a população, o Estado e o SUS” (OLIVEIRA & EVANGELISTA, 2021).

Situação: “Aguardando apreciação pelo Senado Federal”. (BRASIL, 2004).

### **PL do Marco Temporal (nº 490/2007)**

Proposições: Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis, na Câmara dos Deputados e no Senado. (BRASIL, 2007).

Situação: Pronta para Pauta no Plenário (BRASIL, 2007).

### **PLS da Fiscalização Ambiental e Reflorestamento (nº 4.847/2019)**

Proposições: Altera “a destinação de instrumentos utilizados na prática de infração ambiental, que podem ser destruídos (...) incorporados ao patrimônio público, doados ou vendidos, ou leiloados.” (BRASIL, 2019).

Situação: “Aguardando designação do relator pelo Senado Federal”. (BRASIL, 2019).

### **PL da Mineração em Terras Indígenas (nº 191/2020)**

Proposições: Estabelece “condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas (...)” (BRASIL, 2020).

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela Mesa; Pronta para Pauta no Plenário (BRASIL, 2020).

### **PL da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (nº 6.539/2019)**

Proposições: “(...) atualiza a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), adaptando-a ao Acordo de Paris sobre o Clima.” (BRASIL, 2021a). A legislação que foi substituída previa a redução das emissões do país entre 36,1% e 38,9% até 2020. (BRASIL, 2009) A nova legislação estende esse prazo para 2050, alegando haver consonância com o Acordo de Paris (BRASIL, 2021a).

Situação: Aguardando o parecer do relator na Comissão de Minas e Energia, para seguir para votação na Câmara. (BRASIL, 2021a).

#### **PL do Mercado de Carbono (nº 528/2021)**

Proposições: “(...) institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País.” (BRASIL, 2021b).

Situação: Apensado ao PL 290/2020, que está apensado ao PL 2148/2015, que está “Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário”. (BRASIL, 2021b).

#### **PL do Autocontrole na Produção de Alimentos (nº 1.293/2021)**

Proposições: “(...) substitui a legislação atual de defesa sanitária por um novo modelo de fiscalização agropecuária baseado em programas de autocontrole executados pelos próprios agentes regulados (produtores agropecuários e indústria) (...)” (BRASIL, 2021c).

Situação: Aprovada na Câmara e Aguardando Apreciação pelo Senado Federal. (BRASIL, 2021c).

#### **PL da Grilagem (no Senado nº 510/2020)**

Proposições: “(...) estabelece critérios para a regularização fundiária de imóveis da União, incluindo assentamentos.” (BRASIL, 2021d).

Situação: “Aguardando apreciação pelo Senado Federal”. (BRASIL, 2021d).

#### 4 QUEM COMPÕE?

Antes de apresentar os nomes dos parlamentares, cabe reiterar duas explicações já feitas na Metodologia deste trabalho. Primeiramente, para o desenvolvimento do presente estudo, apenas os membros signatários da Frente Parlamentar Mista do Agronegócio (FPA) foram considerados membros da Bancada Ruralista. Há de se esclarecer, entretanto, que os políticos ruralistas não se resumem aos membros da FPA. Além disso, os dados utilizados no presente estudo correspondem a informações de julho de 2022, de modo que eventuais alterações na composição da Bancada, ou nas informações de seus representantes, não foram contempladas pelo respectivo trabalho.

Em relação aos partidos políticos do Brasil, cabe um breve esclarecimento sobre algumas mudanças de legendas e siglas, em relação às Eleições Federais de 2018. Desde 2016, diante da crise política que se instaurou no país, pós-golpe, alguns cientistas políticos consideraram uma “jogada de *marketing*” as mudanças das siglas e legendas dos partidos políticos do Brasil, no intuito de passarem uma imagem de reforma política, para atrair mais eleitores, além de se desvincularem de termos como “liberal” e “socialista”, que antes representavam seus respectivos programas, passando a buscar termos mais genéricos (MODZELESKI & CALGARO, 2017). As mudanças de siglas e legenda são apresentadas na **Tabela 1**.

**Tabela 1** – Partidos Políticos do Brasil Antes e Depois das Mudanças de Sigla

Antes			Depois			Data da Mudança no TSE
Partido	Sigla	Legenda	Partido	Sigla	Legenda	
Partido Trabalhista Nacional	PTN	19	Podemos	PODE	19	16/05/2017
Partido Trabalhista do Brasil	PTdoB	70	Avante	-	70	12/09/2017
Partido Ecológico Nacional	PEN	51	Patriota	-	51	26/04/2018
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	15	Movimento Democrático Brasileiro	MDB	15	15/05/2018
Partido Social Democrata Cristão	PSDC	27	Democracia Cristã	DC	27	17/05/2018
Partido Progressista	PP	11	Progressistas	PP	11	11/09/2018
Partido da República	PR	22	Progressistas	PR	22	07/05/2019
Partido da Republicano Brasileiro	PRB	10	Republicanos	-	10	15/08/2019
Partido Popular Socialista	PPS	23	Cidadania	-	23	19/09/2019
Partido Social Liberal	PSL	17	União Brasil <sup>3</sup>	UNIÃO	44	08/02/2022
Democratas	DEM	25				

Fonte: TSE, 2022; WIKIPEDIA, 2022

Feitos os devidos esclarecimentos, são apresentados parlamentares membros signatários da Bancada Ruralista, organizados em deputados federais, na **Tabela 2**, e senadores, na **Tabela 3**.

<sup>3</sup> Fusão do PSL com o DEM.

**Tabela 2** – Membros da Bancada Ruralista – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)

#	Nome	Partido Eleito <sup>4</sup>	UF	Partido Atual <sup>5</sup>	Ocupação <sup>4</sup>	Governismo <sup>5</sup>	Ruralômetro <sup>6</sup>	Naturalidade	Origem	Mandato <sup>3</sup>	Doações de Campanha por PF ou PJ com infrações <sup>7</sup>	Processos/Empresas <sup>6</sup>	Clã/Família <sup>3</sup>
1	Adriana Ventura	NOVO	SP	NOVO	Administradora e Empresária	76%	39,3°C	São Paulo	SP	1º	Recebeu R\$1.517 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
2	Adriano do Baldy	PP	GO	PP	Administrador de Empresas	96%	39,2°C	Goiás	GO	1º	Recebeu R\$2.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Ex-chefe de gabinete do ex-ministro das Cidades, e atual secretário de Transportes do Estado de SP, Alexandre Baldy.
3	Aécio Neves	PSDB	MG	PSDB	Economista e Empresário	88%	38,1°C	Belo Horizonte	MG	5º	-	-	Filho do ex-deputado, Aécio Cunha, e neto do ex-Presidente da República, Tancredo Neves, e de Tristão da Cunha, ex-secretário estadual no governo de Juscelino Kubitschek. É primo do ex-vice-governador do RJ, Francisco Dornelles.
4	Afonso Hamm	PP	RS	PP	Engenheiro Agrônomo e Empresário	94%	38,4°C	Hulha Negra	RS	5º	Recebeu R\$2.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
5	Afonso Motta	PDT	RS	PDT	Advogado	40%	37,1°C	Porto Alegre	RS	3º	-	-	-
6	Aguinaldo Ribeiro <sup>8</sup>	PP	PB	PP	Empresário	91%	38,2°C	Campina Grande	PB	3º	-	-	Filho do ex-deputado federal, Enivaldo Ribeiro, e da prefeita de Pilar, Virgínia Velloso (PP). É irmão da deputada estadual, eleita senadora em 2018, Daniella Ribeiro (PP). É neto do ex-deputado Aguinaldo Velloso Borges.
7	AJ Albuquerque	PP	CE	PP	Empresário	94%	39,0°C	Fortaleza	CE	1º	-	-	Filho do ex-presidente da Assembleia Legislativa, Zezinho Albuquerque.
8	Alan Rick <sup>9</sup>	DEM	AC	UNIÃO	Jornalista e Administrador	90%	38,4°C	Rio Branco	AC	2º	-	-	-

continua

<sup>4</sup> Fonte: DIAP, 2018.<sup>5</sup> Fonte: RADAR, 2022.<sup>6</sup> Fonte: RURALÔMETRO, 2022. “A escala varia entre 36°C e 42°C. A temperatura de 37,3°C é considerada neutra. Valores menores que esse indicam os parlamentares que tiveram uma atuação dentro da Câmara considerada favorável na temática socioambiental. Acima dessa temperatura, o desempenho foi desfavorável.”<sup>7</sup> Fonte: RURALÔMETRO, 2022.<sup>8</sup> Saiu em 15/07/2022. Suplente: Eliza Virgínia (PP) não é membro da FPA.<sup>9</sup> Saiu em 14/07/2022. Suplente: Antônia Lúcia (REP) não é membro da FPA.

continuação

9	Alceu Moreira	MDB	RS	MDB	Comerciante	89%	39,9°C	Osório	RS	3º	Recebeu R\$125.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	A empresa FUNDACAO ULYSSES GUIMARAES ligada ao deputado(a) foi autuada em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$ 805.	-
10	Alcides Rodrigues	PATRIOTA	GO	PATRIOTA	Médico	96%	38,9°C	Santa Helena de Goiás	GO	1º	Recebeu R\$32.862 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	Ex-governador de Goiás, pai do prefeito de Santa Helena de Goiás/GO, João Alberto Rodrigues (PRP).
11	Alexandre Frota	PSL	SP	PSDB	Ator	50%	36,9°C	Rio de Janeiro	RJ	1º	Recebeu R\$6.388 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
12	Alexandre Leite	DEM	SP	UNIÃO	Empresário	91%	38,8°C	São Paulo	SP	3º	-	-	Filho de Milton Leite (DEM), vereador de São Paulo. Irmão de Milton Leite Filho (DEM), deputado estadual reeleito.
13	Alexis Fonteyne	NOVO	SP	NOVO	Empresário	76%	39,3°C	Campinas	SP	1º	-	-	-
14	Aline Sleutjes	PSL	PR	PROS	Professora	97%	39,3°C	Castro	PR	1º	-	Sócia da REAL FERT CURITIBA LTDA, na cidade de CURITIBA, Paraná, que atua no ramo de comércio atacadista de agrotóxicos, adubos e fertilizantes.	-
15	Altineu Côrtes	PR	RJ	PL	Produtor Agropecuário e Empresário	93%	38,4°C	Niterói	RJ	2º	-	Sócio da NUTRIGOOD DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, na cidade de NITEROI, Rio de Janeiro, que atua no ramo de comércio atacadista de leite e laticínios.	Neto do ex-vereador e ex-deputado estadual, Altineu Sobrinho do ex-deputado federal José Carlos Coutinho.
16	André Abdon	PP	AP	PP	Engenheiro	95%	38,5°C	Belém	PA	2º	-	-	-
17	André Fufuca	PP	MA	PP	Médico	93%	38,3°C	Santa Inês	MA	2º	-	-	Filho do ex-deputado estadual e ex-prefeito de Alto Alegre do Pindaré/MA, Fufuca Dantas.
18	Angela Amin	PP	SC	PP	Professora	89%	38,5°C	Indaial	SC	3º	-	-	Casada com o atual deputado federal e senador eleito em 2018, Espiridião Amin (PP).

continua

continuação

19	Antonio Brito	PSD	BA	PSD	Administrador de Empresas	91%	38,0°C	Salvador	BA	3º	-	-	Filho do vereador, ex-prefeito e ex-vice-prefeito de Salvador/BA, Edvaldo Brito.
20	Arnaldo Jardim	PPS	SP	CIDADANIA	Engenheiro Civil e Professor	78%	37,9°C	Altinópolis	SP	4º	Recebeu R\$1.168.128 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	Sócio da AGROPECUARIA CONFIANCA LTDA, na cidade de TERRA NOVA DO NORTE, Mato Grosso, que atua no ramo de criação de bovinos para corte.	-
21	Aroldo Martins	PRB	PR	REPUBLICANOS	Comunicólogo	94%	38,3°C	São Paulo	SP	1º	-	-	-
22	Arthur Lira	PP	AL	PP	Agropecuarista, Bacharel em Direito e Empresário	90%	38,2°C	Maceió	AL	3º	-	A empresa D' LIRA - AGROPECUARIA E EVENTOS LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2012 por irregularidades trabalhistas relacionadas a registro de empregado, com multa de R\$ 1.208.	Filho do senador Benedito de Lira (PP).
23	Arthur Oliveira Maia	DEM	BA	UNIÃO	Advogado	89%	38,7°C	Salvador	BA	3º	Recebeu R\$70.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	Sócio da AGRICOLA RIO REAL LTDA, na cidade de BOM JESUS DA LAPA, Bahia, que atua no ramo de cultivo de manga. A empresa LAPA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL E DERIVADO DO PETRÓLEO LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada pelo Ibama por infração relacionada ao ordenamento urbano e patrimônio cultural, com multa de R\$ 1.800.	Irmão do ex-prefeito de Bom Jesus da Lapa/BA, Roberto Maia.
24	Átila Lins	PP	AM	PSD	Advogado, Economista e Servidor Público	93%	38,8°C	Fonte Boa	AM	8º	-	-	Irmão do deputado estadual, Belarmino Lins (MDB).
25	Átila Lira	PSB	PI	PP	Empresário, Economista e Administrador	94%	38,7°C	Piripiri	PI	8º	-	-	Irmão de Jandira Lima, ex-prefeita de São Miguel de Tapuio/PI.
26	Aureo Ribeiro	SD	RJ	SD	Empresário	84%	38,6°C	Duque de Caxias	RJ	3º	-	-	Primo do ex-deputado estadual, Jorge Moreira Theodoro
27	Baleia Rossi	MDB	SP	MDB	Empresário	86%	38,4°C	São Paulo	SP	2º	-	-	Filho do ex-deputado e ex-ministro da Agricultura, Wagner Rossi.

continua

28	Beto Pereira	PSDB	MS	PSDB	Bacharel em Direito e Empresário	84%	38,3°C	Campo Grande	MS	1º	Recebeu R\$6.727 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	Sócio da AGROPECUARIA CACHOEIRAO LTDA, na cidade de TERENOS, Mato Grosso do Sul, que atua no ramo de criação de bovinos para corte.	-
29	Beto Rosado	PP	RN	PP	Agrônomo	93%	38,7°C	Mossoró	RN	2º	-	-	-
30	Bia Kicis	PSL	DF	PL	Advogada	96%	39,3°C	Resende	RJ	1º	-	-	-
31	Bilac Pinto	DEM	MG	UNIÃO	Advogado e Empresário	91%	38,1°C	Santa Rita do Sapucaí	MG	4º	-	-	Filho do ex-deputado, Francisco Bilac Moreira Pinto. É neto de Olavo Bilac Pinto, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).
32	Bosco Saraiva	SD	AM	SD	Empresário	89%	38,4°C	Manaus	AM	1º	Recebeu R\$900 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
33	Capitão Augusto	PR	SP	PL	Polícia Militar	95%	38,5°C	Ourinhos	SP	2º	-	-	-
34	Capitão Wagner	PROS	CE	UNIÃO	Polícia Militar	84%	37,3°C	São Paulo	SP	1º	-	-	-
35	Carla Zambelli	PSL	SP	PL	Gerente e Escritora	96%	39,6°C	Ribeirão Preto	SP	1º	-	-	-
36	Carlos Gaguim	DEM	TO	UNIÃO	Empresário e Administrador	94%	39,1°C	Ceres	GO	2º	Recebeu R\$2.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
37	Carlos Gomes	PRB	RS	REPUBLICANOS	Pastor e Comunicador	94%	38,5°C	Saúde	BA	2º	-	-	-
38	Caroline de Toni	PSL	SC	PL	Advogada e Empresária	94%	39,9°C	Chapecó	SC	1º	-	-	-



continuação

47	Coronel Armando	PSL	SC	PL	Militar Reformado e Advogado	97%	38,9°C	Resende	RJ	1º	-	-	-
48	Coronel Chrisóstomo	PSL	RO	PL	Engenheiro	97%	39,1°C	Tefé	AM	1º	Recebeu R\$45.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
49	Covatti Filho	PP	RS	PP	Empresário	95%	38,7°C	Frederico Westphalen	RS	2º	Recebeu R\$87.500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filho do ex-deputado federal, Vilson Covatti, e da deputada estadual reeleita em 2018, Silvana Covatti (PP)
50	Dagoberto Nogueira	PDT	MS	PSDB	Advogado	37%	36,8°C	São José do Rio Preto	SP	3º	Recebeu R\$1.500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	Sócio na AGROPECUARIA MARIANA LTDA., na cidade de Miranda, Mato Grosso do Sul, que atua no ramo de criação de bovinos para corte.	-
51	Daniel Almeida	PCdoB	BA	PCdoB	Profissional Técnico	28%	36,7°C	Mairi	BA	5º	Recebeu R\$107.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
52	Daniel Freitas	PSL	SC	PL	Empresário	97%	39,4°C	Criciúma	SC	1º	-	-	-
53	Daniel Silveira	PSL	RJ	PTB	Polícia Militar	98%	39,6°C	Petrópolis	RJ	1º	-	-	-
54	Darci de Matos	PSD	SC	PSD	Professora e Técnico Agrícola	93%	39,0°C	Cafelândia	PR	1º	-	-	-
55	David Soares	DEM	SP	UNIÃO	Advogado e Empresário	88%	38,4°C	Rio de Janeiro	RJ	1º	-	-	Filho do Missionário R.R. Soares
56	Delegado Éder Mauro	PSD	PA	PL	Delegado da Polícia Civil	98%	40,9°C	Belém	PA	2º	Recebeu R\$1.730 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
57	Delegado Waldir	PSL	GO	UNIÃO	Delegado da Polícia Civil	90%	39,4°C	Jacarezinho	PR	3º	-	-	-
58	Diego Andrade	PSD	MG	PSD	Administrador de Empresas e Empresário	95%	38,3°C	Belo Horizonte	MG	3º	-	-	É filho do ex-governador e ex-senador, Clésio de Andrade.
59	Diego Garcia	PODE	PR	REPUBLICANOS	Administrador	89%	39,0°C	Bandeirantes	PR	2º	-	-	-

continua

continuação

60	Domingos Neto	PSD	CE	PSD	Empresário	91%	38,6°C	Fortaleza	CE	3º	Recebeu R\$12.500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filho do deputado estadual, ex-presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e ex-vice-governador do CE, Domingos Gomes Aguiar Filho, e de Patrícia Aguiar, ex-prefeita de Tauá/CE e ex-secretária de Turismo da capital cearense. É primo do ex-vice-prefeito de Icó/CE, Fabrício Moreira
61	Domingos Sávio	PSDB	MG	PL	Médico Veterinário e Empresário	90%	38,8°C	São Tiago	MG	3º	Recebeu R\$90.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
62	Dr. Frederico	PATRIOTA	MG	PATRIOTA	Médico, Bombeiro Militar e Empresário	96%	38,3°C	Teresópolis	RJ	1º	-	-	-
63	Dr. Hiran Gonçalves	PP	RR	PP	Médico	93%	39,6°C	Tefé	AM	2º	Recebeu R\$1.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
64	Dr. Leonardo	SD	MT	REPUBLICANOS	Médico e Empresário	88%	38,7°C	Rio Verde	GO	1º	Recebeu R\$33.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
65	Dr. Luiz Ovando	PSL	MS	PP	Médico e Empresário	96%	38,8°C	Corumbá	MS	1º	Recebeu R\$1.008 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
66	Dr. Mário Heringer	PDT	MG	PDT	Médico e Administrador	38%	36,8°C	Manhumirim	MG	5º	-	-	Primo do prefeito de Manhuaçu, Nailton Heringer.
67	Dra. Soraya Manato	PSL	ES	PTB	Médico	96%	38,8°C	Linhares	ES	2º	-	-	Casada com o ex-deputado federal, Alexandre Santos.
68	Dra. Vanda Milani	SD	AC	PROS	Magistrada	92%	38,5°C	Cedral	SP	1º	-	-	Ex-cunhada de Hildebrando Pascoal, ex-deputado federal.
69	Edilázio Júnior	PSD	MA	PSD	Advogado e Empresário	94%	38,5°C	São Luís	MA	1º	Recebeu R\$10.250 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Genro da desembargadora Nelma Sarney, que é casada com o irmão do ex-Presidente da República, José Sarney.

continua

continuação

70	Edio Lopes	PR	RR	PL	Servidor Público	94%	38,2°C	Presidente Epitácio	SP	4º	Recebeu R\$1.064 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	Autuado pelo IBAMA por desmatar na Amazônia Legal, com multa de R\$70.000 Dono de área embargada pelo IBAMA em Mucajaí/RR, por infração relacionada à flora.	Pai do ex-prefeito de Mucajaí/RR, Elton Lopes
71	Eduardo Barbosa	PSDB	MG	PSDB	Médico	83%	38,1°C	Pará de Minas	MG	7º	-	-	-
72	Eduardo Bolsonaro	PSL	SP	PL	Escrivão da Polícia Federal	97%	39,1°C	Resende	RJ	2º	Recebeu R\$100.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filho do Presidente da República eleito em 2018, Jair Bolsonaro (PSL). É irmão de Carlos Bolsonaro (PSL), atual vereador do Rio de Janeiro, e de Flávio Bolsonaro (PSL), ex-deputado estadual e senador eleito em 2018.
73	Eduardo Costa	PTB	PA	PSD	Médico e Empresário	91%	37,9°C	Belém	PA	1º	Recebeu R\$500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	Filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Capanema/PA, Jorge Costa
74	Efraim Filho	DEM	PB	UNIÃO	Advogado	92%	38,2°C	João Pessoa	PB	4º	-	-	Neto dos ex-deputados estaduais, Inácio Bento de Moraes e João Feitosa. Filho do ex-senador, Efraim Moraes. Também é primo do ex-prefeito de Santa Luzia/PB, Ademir Moraes.
75	Elcione Barbalho	MDB	PA	MDB	Pedagoga e Empresária	78%	38,0°C	Belém	PA	6º	Recebeu R\$10.430 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	A empresa DIARIOS DO PARA LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2017 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de pessoas portadoras de deficiência, com multa de R\$ 14.163 A empresa RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISAO LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2018 por irregularidades trabalhistas relacionadas a depósito do FGTS, com multa de R\$ 15.110	Ex-mulher do senador Jader Barbalho (MDB). Mãe do ex-ministro e governador eleito do Pará, Helder Barbalho (MDB).
76	Emanuel Pinheiro Neto	PTB	MT	MDB	Empresário	85%	37,6°C	Cuiabá	MT	1º	-	-	Filho do prefeito de Cuiabá/MT, Emanuel Pinheiro (MDB).

continua

continuação

77	Emidinho Madeira	PSB	MG	PL	Agropecuária e Empresário	86%	37,7°C	Nova Resende	MG	1º	-	-	-
78	Enrico Misasi	PV	SP	MDB	Advogado	70%	37,1°C	São Paulo	SP	1º	Recebeu R\$33.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
79	Evair Vieira de Melo	PP	ES	PP	Administrador e Técnico em Agronomia e Agrimensura	97%	39,0°C	Conceição do Castelo	ES	2º	Recebeu R\$25.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
80	Fábio Henrique	PDT	SE	UNIÃO	Policia Rodoviário Federal	52%	36,9°C	Simão Dias	SE	1º	-	-	-
81	Fábio Ramalho	MDB	MG	MDB	Empresário	83%	38,1°C	Brasília	DF	4º	-	-	-
82	Fabio Reis	MDB	SE	PSD	Empresário	90%	38,5°C	Aracaju	SE	3º	-	-	Neto de Artur de Oliveira Reis, ex-prefeito de Lagarto/SE e ex-deputado. É filho do também ex-prefeito de Lagarto e ex-deputado federal, Jerônimo Reis. É ainda sobrinho da deputada estadual reeleita Goretti Reis (PSD).
83	Fabio Schiochet	PSL	SC	UNIÃO	Empresário	96%	38,8°C	Jaraguá do Sul	SC	1º	-	-	-
84	Fábio Trad	PSD	MS	PSD	Advogado	69%	37,3°C	Campo Grande	MS	3º	Recebeu R\$3.911 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$ 805	Filho do ex-deputado Nelson Trad (falecido), irmão do senador eleito e ex-prefeito de Campo Grande, Nelsinho Trad, e de Marquinhos Trad, ex-deputado e atual prefeito de Campo Grande/MS.
85	Fausto Pinato	PP	SP	PP	Advogado	90%	39,1°C	Fernandópolis	SP	2º	-	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2020 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação pessoa com deficiência, com multa de R\$ 9.237	Irmão do vice-prefeito de Fernandópolis/SP, Gustavo Pinato (PPS).
86	Felício Laterça	PSL	RJ	PP	Servidor Público	94%	39,0°C	Campos dos Goytacazes	RJ	1º	-	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$ 805.	-

continua

continuação

87	Félix Mendonça Júnior	PDT	BA	PDT	Administrador de Empresas	43%	36,8°C	Itabuna	BA	3º	-	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2018 por irregularidades trabalhistas relacionadas a exames médicos de rotina de trabalhadores expostos a riscos à saúde, com multa de R\$ 1.391	Filho do deputado federal, por seis mandatos, Félix Mendonça. Irmão da vereadora Andréa Mendonça.
88	Fernando Coelho Filho	DEM	PE	UNIÃO	Administrador de Empresas e Empresário	92%	38,4°C	Recife	PE	4º	Recebeu R\$65.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2020 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação pessoa com deficiência, com multa de R\$ 45.274.	Filho do ex-deputado, ex-prefeito de Petrolina/PE e ex-ministro da Integração Nacional, atualmente senador, Fernando Bezerra Coelho (MDB). É sobrinho neto do ex-deputado estadual, ex-governador de Pernambuco e ex-senador, Nilo Coelho, e do ex-deputado federal, Osvaldo Coelho. Também é sobrinho do ex-deputado, Clementino Coelho. É irmão de Miguel Coelho, ex-deputado estadual e atual prefeito de Petrolina/PE.
89	Fernando Monteiro	PP	PE	PP	Empresário	93%	38,2°C	Recife	PE	1º	-	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a depósito do FGTS, com multa de R\$ 4.529	-
90	Flávia Arruda	PR	DF	PL	Empresário	94%	39,2°C	Brasília	DF	1º	-	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$ 805.	Casada com o ex-deputado, ex-senador e ex-governador de Brasília, José Roberto Arruda.
91	Franco Cartafina	PHS	MG	PP	Empresário	93%	38,3°C	Uberaba	MG	1º	Recebeu R\$88.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2015 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$2.013.	-
92	Genecias Noronha	SD	CE	PL	Empresário	93%	38,2°C	Parambu	CE	3º	Recebeu R\$12.500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2014 por irregularidades trabalhistas relacionadas a gratificação de Natal, com multa de R\$ 22.134.	Sobrinho de Joaquim Noronha, ex-deputado estadual. Irmão de Raimundo Noronha, ex-suplente do ex-senador Inácio Arruda. É primo de Joaquim Noronha e de Naumi Amorim, que já foram deputados estaduais, e de Nel Noronha, ex-prefeito de Parambu/CE. Sua esposa, Aderlania Noronha (SD), foi eleita deputada estadual.

continua

continuação

93	General Girão	PSL	RN	PL	Militar	96%	39,1°C	Fortaleza	CE	1º	Recebeu R\$1.200 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2020 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação pessoa com deficiência, com multa de R\$ 8.710.	-
94	Geninho Zuliani	DEM	SP	UNIÃO	Administrador e Empresário	89%	38,6°C	Ribeirão Pires	SP	1º	Recebeu R\$101.064 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	O(a) deputado(a) foi autuado(a) em 2017 por irregularidades trabalhistas relacionadas a obrigação de se manter a documentação sujeita a fiscalização no local de trabalho, com multa de R\$ 2.013.	-
95	Giacobo	PR	PR	PL	Empresário	95%	39,0°C	Pato Branco	PR	5º	-	-	-
96	Gil Cutrim	PDT	MA	REPUBLICANOS	Advogado e Empresário	89%	37,8°C	São Luís	MA	1º	-	-	-
97	Gilberto Nascimento	PSC	SP	PSC	Advogado, Delegado da Polícia Civil e Graduado em Teologia	93%	38,5°C	São Paulo	SP	3º	-	-	-
98	Giovani Cherini	PR	RS	PL	Professor	95%	39,1°C	Soledade	RS	3º	Recebeu R\$500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
99	Glaustin Fokus	PSC	GO	PSC	Empresário e Administrador	93%	39,0°C	Goiânia	GO	1º	Recebeu R\$9.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	A empresa FOKUS LOGISTICA LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2017 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$ 403.  A empresa FOKUS REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de pessoas portadoras de deficiência, com multa de R\$ 4.996	-

continua

continuação

												Dono(a) de uma área embargada pelo Ibama em Petrolina (Pernambuco), por infração relacionada à flora		
												O(a) deputado(a) foi autuado(a) pelo Ibama por desmatar floresta nativa, com multa de R\$ 11.000.		
100	Gonzaga Patriota	PSB	PE	PSB	Empresário, Advogado e Jornalista	30%	36,7°C	Sertania	PE	8°	Recebeu R\$138.600 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	A empresa CLUBE DO CONGRESSO ligada ao(a) deputado(a) foi autuada em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$ 805.	Irmão de Alvinho Patriota, ex-vereador de Salgueiro/PE. É primo de José Patriota (PSB), atual prefeito de Afogados da Ingazeira/PE, e de Anchieta Patriota, prefeito de Carnaíba/PE	
												PERGRAN PERNAMBUCO GRANITOS INDUSTRIA COM E EXP LTDA, na cidade de BEZERROS, Pernambuco, que atua no ramo de extração de granito.		
101	Greyce Elias	AVANTE	MG	AVANTE	Advogada e Empresária	95%	38,8°C	Patrocínio	MG	1°	Recebeu R\$80.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-	
102	Guilherme Mussi	PP	SP	PP	Empresário e Administrador de Empresas	94%	38,5°C	Curitiba	PR	3°	-	-	-	
103	Gustavo Fruet	PDT	PR	PDT	Advogado	46%	36,9°C	Curitiba	PR	4°	-	-	-	
104	Gustinho Ribeiro	SD	SE	REPUBLICANOS	Gestor Público	94%	38,8°C	Aracaju	SE	1°	Recebeu R\$15.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	GX AGROPECUARIA EIRELI, na cidade de LAGARTO, Sergipe, que atua no ramo de criação de bovinos para leite	-	
105	Heitor Freire	PSL	CE	UNIÃO	Administrador e Empresário	95%	39,5°C	Juazeiro do Norte	CE	1°	-	-	-	
106	Heitor Schuch	PSB	RS	PSB	Agricultor Familiar	29%	36,8°C	Santa Cruz do Sul	RS	2°	-	-	-	
107	Helder Salomão	PT	ES	PT	Professor de Ensino Superior	24%	36,5°C	Colatina	ES	2°	Recebeu R\$900.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	-	

continua

continuação

108	Hercílio Coelho Diniz	MDB	MG	MDB	Empresário	87%	38,1°C	Governador Valadares	MG	1º	-	-	-
109	Herculano Passos	MDB	SP	REPUBLICANOS	Empresário	87%	38,3°C	Itu	SP	2º	-	-	Casado com a ex-deputada estadual Rita Passos (PSD), que não se reelegeu em 2018. É cunhado do ex-governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury.
110	Hermes Parcianello	MDB	PR	MDB	Contador	81%	38,4°C	Goioere	PR	7º	-	-	-
111	Hildo Rocha	MDB	MA	MDB	Administrador	83%	38,3°C	São Luís	MA	2º	Recebeu R\$992 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Irmão de Joni Rocha, ex-vereador de Matões do Norte. Sobrinho de Hilton Rocha, ex-prefeito de Matões do Norte. Cunhado de Kenia Rocha, ex-vereadora de Matões do Norte/MA.
112	Hugo Leal	PSD	RJ	PSD	Empresário, Advogado e Corretor	92%	38,7°C	Ouro Fino	MG	4º	Recebeu R\$400 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	Z-EYHMEPIA BRAZIL SERVICOS DE GEOLOGIA LTDA, na cidade de PORTO ALEGRE, Rio Grande do Sul, que atua no ramo de atividades de estudos geológicos	-
113	Igor Timo	PODE	MG	PODE	Empresário	84%	38,1°C	Virgem da Lapa	MG	1º	-	-	-
114	Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	AL	MDB	Empresário e Advogado	88%	38,1°C	Maceió	AL	1º	-	-	Filho do prefeito de Santana do Ipanema/AL, Isnaldo Bulhões.
115	Jaqueline Cassol	PP	RO	PP	Advogado e Empresária	92%	38,7°C	São Miguel do Oeste	SC	1º	Recebeu R\$1.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	CASSOL AGRO-PECUARIA LTDA, na cidade de ROLIM DE MOURA, Rondônia, que atua no ramo de criação de bovinos para corte	Irmã do senador, Ivo Cassol. Filha do 1º suplente do senador Ivo Cassol, Reditário Cassol
116	Jefferson Campos	PSB	SP	PL	Pastor, Advogado e Comunicador	87%	37,7°C	Ourinhos	SP	5º	-	-	-
117	Jerônimo Goergen	PP	RS	PP	Advogado	92%	38,0°C	Palmeira das Missões	RS	3º	Recebeu R\$45.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
118	Jéssica Sales	MDB	AC	MDB	Médica	85%	38,1°C	Cruzeiro do Sul	AC	2º	Recebeu R\$4.700 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filha de Vagner Sales, prefeito de Cruzeiro do Sul/AC. Sua mãe, Antonia Sales, foi deputada estadual.
119	Jesus Sérgio	PDT	AC	PDT	Professor	40%	36,8°C	Tarauacá	AC	1º	-	-	-

continua

continuação

120	Jhonatan de Jesus	PRB	RR	REPUBLICANOS	Médico e Empresário	94%	39,3°C	Boa Vista	RR	3°	Recebeu R\$20.005 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filho do ex-deputado estadual, Mecias de Jesus (PRB), eleito senador em 2018.
121	João Campos	PRB	GO	REPUBLICANOS	Delegado da Polícia Civil	94%	38,6°C	Peixes	GO	5°	-	-	-
122	João Carlos Bacelar	PR	BA	PL	Engenheiro e Engenheiro Civil	95%	38,5°C	Salvador	BA	4°	-	JB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, na cidade de SALVADOR, Bahia, que atua no ramo de criação de bovinos para leite.	Filho do ex-deputado, João Carlos Paolino Bacelar, o Jonga, morto em 2009. Também é primo de Bacelar (Pode), reeleito deputado federal em 2018.
123	João Maia	PR	RN	PL	Economista	96%	38,6°C	Brejo do Cruz	PB	3°	-	-	Irmão da deputada e senadora eleita, Zenaide Maia (PHS)
124	João Roma	PRB	BA	PL	Bacharel em Direito e Empresário	94%	38,4°C	Recife	PE	1°	-	-	Ex-chefe de gabinete do prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM).
125	Joaquim Passarinho	PSD	PA	PL	Empresário e Arquiteto	96%	38,6°C	Belém	PA	2°	Recebeu R\$1.430 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	Sobrinho neto de Jarbas Passarinho, ex-governador e ex-senador paraense. É sobrinho do ex-deputado estadual e conselheiro do TCM, aposentado, Ronaldo Passarinho
126	Joice Hasselmann	PSL	SP	PSDB	Jornalista	81%	39,2°C	Ponta Grossa	PR	1°	-	-	-
127	Jose Mario Schreiner	DEM	GO	MDB	Técnico em Agronomia e Agrimensura	94%	39,3°C	Porto União	SC	1°	Recebeu R\$5.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	INSTITUTO PARA INOVACAO RURAL DE GOIAS, na cidade de GOIANIA, Goiás, que atua no ramo de serviços de agronomia e consultoria a atividades agropecuárias. RGEVALE ARMAZENS GERAIS VERDE VALE LTDA, na cidade de JATAI, Goiás, que atua no ramo de atividades de apoio à agricultura. AGROPECUARIA BURITI TORTO LTDA, na cidade de JATAI, Goiás, que atua no ramo de cultivo de soja.	-
128	José Medeiros	PODE	MT	PL	Policial Rodoviário Federal	97%	40,1°C	Caicó	RN	1°	Recebeu R\$150.500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-

continua

continuação

												Dono(a) de uma área embargada pelo Ibama em Coribe (Bahia), por desmatar florestas ou demais formas de vegetação sem autorização do IBAMA.		
129	José Rocha	PR	BA	UNIÃO	Empresário e Médico	96%	39,2°C	Coribe	BA	7º	Recebeu R\$12.290 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	O(a) deputado(a) foi autuado(a) pelo Ibama por desmatar florestas ou demais formas de vegetação sem autorização do Ibama, com multa de R\$ 5.000.	-	
												RIO DAS FRUTAS LTDA, na cidade de BOM JESUS DA LAPA, Bahia, que atua no ramo de cultivo de uva.		
130	Juarez Costa	MDB	MT	MDB	Empresário	86%	38,4°C	Londrina	PR	1º	Recebeu R\$128.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-	
131	Júlio Cesar	PSD	PI	PSD	Empresário, Professor, Advogado e Agricultor	94%	38,3°C	Guadalupe	PI	6º	Recebeu R\$57.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	TROPICAL FRUTOS CANAA LTDA, na cidade de TERESINA, Piauí, que atua no ramo de cultivo de manga.	Irmão de Georgiano Lima, ex-vereador e ex-prefeito de Guadalupe/PI. Pai de Georgiano Neto (PSD), deputado estadual reeleito.	
132	Júnior Ferrari	PSD	PA	PSD	Advogado e Empresário	93%	38,3°C	Oriximiná	PA	1º	Recebeu R\$430 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-	
133	Junior Lourenço	PR	MA	PL	Empresário	94%	38,6°C	São Luís	MA	1º	-	-	-	
134	Júnior Mano	PATRIOTA	CE	PL	Empresário	94%	38,8°C	Nova Russas	CE	1º	-	-	-	
135	Juscelino Filho	DEM	MA	UNIÃO	Médico e Empresário	91%	37,6°C	São Luís	MA	2º	Recebeu R\$20.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	Filho de Juscelino Rezende, ex-prefeito de Vitorino Freire/MA e ex-deputado estadual. É sobrinho do deputado estadual, Stênio Rezende, e da prefeita de Santa Inês/MA, Vianey Bringel.	
136	Kim Kataguiri	DEM	SP	UNIÃO	Escritor e Crítico	75%	39,1°C	Salto	SP	1º	-	-	-	

continua

continuação

137	Laercio Oliveira	PP	SE	PP	Empresário e Administrador de Empresas	93%	39,9°C	Recife	PE	4°	-	A empresa FRANCA - SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2017 por irregularidades trabalhistas relacionadas a obrigação de se manter a documentação sujeita a fiscalização no local de trabalho, com multa de R\$ 2.013.	-
138	Lafayette De Andrada	PRB	MG	REPUBLICANOS	Advogado	92%	38,0°C	Belo Horizonte	MG	1°	-	A empresa FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2014 por irregularidades trabalhistas relacionadas a gratificação de Natal, com multa de R\$ 22.134.	Filho do atual deputado, Bonifácio de Andrada. Irmão do prefeito de Barbacena, Toninho Andrada.
139	Leonardo Monteiro	PT	MG	PT	Advogado	25%	36,5°C	Governador Valadares	MG	5°	Recebeu R\$787.048 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	-
140	Leur Lomanto Júnior	DEM	BA	UNIÃO	Empresário e Bacharel em Turismo e Hotelaria	94%	38,0°C	Salvador	BA	3°	Recebeu R\$1.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Neto do ex-governador da Bahia, Lomanto Jr., e filho do ex-deputado federal, Leur Lomanto.
141	Lincoln Portela	PL	MG	PL	Comunicador	93%	38,3°C	Belo Horizonte	MG	6°	-	-	Pai do deputado estadual reeleito, Léo Portela (PR).
142	Loester Trutis	PSL	MS	PL	Empresário	94%	39,2°C	Campo Grande	MS	1°	-	-	-
143	Lourival Gomes	PSL	RJ	PP	Empresário	94%	39,3°C	Saquarema	RJ	1°	-	-	-
144	Lucas Gonzalez	NOVO	MG	NOVO	Empresário e Advogado	76%	39,2°C	Belo Horizonte	MG	1°	-	-	-
145	Lucas Redecker	PSDB	RS	PSDB	Político	86%	39,1°C	Novo Hamburgo	RS	1°	-	-	Filho do ex-deputado federal, Júlio Redecker.
146	Luciano Ducci	PSB	PR	PSB	Médico	59%	37,1°C	Curitiba	PR	2°	Recebeu R\$30.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-

continua

continuação

147	Lucio Mosquini	MDB	RO	MDB	Empresário e Engenheiro Eletricista	92%	41,3°C	Rondonópolis	MT	2º	-	-	-
148	Luis Miranda	DEM	DF	REPUBLICANOS	Empresário, Comunicador e Consultor	90%	38,4°C	Brasília	DF	1º	-	A empresa EX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS TRADING LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2017 por irregularidades trabalhistas relacionadas a obrigação de se manter a documentação sujeita a fiscalização no local de trabalho, com multa de R\$ 1.369	-
149	Luiz Antônio Corrêa	DC	RJ	PP	Médico	94%	38,7°C	Rio de Janeiro	RJ	1º	-	-	-
150	Luiz Carlos	PSDB	AP	PSDB	Advogado	92%	39,2°C	Amapá	AP	2º	-	-	-
151	Luiz Nishimori	PR	PR	PSD	Agricultor, Comerciante e Empresário	95%	39,8°C	Marialva	PR	3º	Recebeu R\$125.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	A empresa NISHIMORI DISTRIBUIDORA DE DIESEL LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada pelo Ibama por não entregar ao Ibama um Relatório Anual de Atividades, com multa de R\$ 720.	-
152	Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL	SP	PL	Empresário	90%	39,5°C	Rio de Janeiro	RJ	1º	-	BR CONGELADO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, na cidade de MARIALVA, Paraná, que atua no ramo de comércio atacadista de pescados e frutos do mar.	Seu pai, descendente da família imperial brasileira, renunciou aos seus eventuais direitos dinásticos.

continua



											<p>A empresa ROMA EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2016 por irregularidades trabalhistas relacionadas a obrigação de se manter a documentação sujeita a fiscalização no local de trabalho, com multa de R\$ 2.013.</p> <p>A empresa JARDINS DI ROMA COMERCIAL LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2019 por irregularidades trabalhistas relacionadas a garantia de descanso semanal remunerado, com multa de R\$ 3.381.</p> <p>ROMA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, na cidade de CALDAS NOVAS, Goiás, que atua no ramo de atividades de apoio à pecuária.</p> <p>ROMA AGROPECUARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, na cidade de CALDAS NOVAS, Goiás, que atua no ramo de atividades de apoio à pecuária.</p> <p>MINERADORA PEDRA LISA LTDA, na cidade de CALDAS NOVAS, Goiás, que atua no ramo de extração de minerais não-metálicos</p> <p>GIRASSOL EMPRESA DE MINERACAO LTDA, na cidade de CALDAS NOVAS, Goiás, que atua no ramo de extração de pedras preciosas e semipreciosas.</p>		
154	Major Vitor Hugo	PSL	GO	PL	Servidor Público, Advogado e Militar	97%	40,1°C	Salvador	BA	1º	Recebeu R\$3.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
155	Mara Rocha	PSDB	AC	MDB	Empresária	84%	39,0°C	Rio Branco	AC	1º	-	-	-
156	Marcel Van Hattem	NOVO	RS	NOVO	Cientista Político e Jornalista	75%	39,3°C	São Leopoldo	RS	1º	Recebeu R\$7.500 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
157	Marcelo Aro	PHS	MG	PP	Jornalista	93%	38,6°C	Belo Horizonte	MG	2º	-	-	-

continua

continuação

158	Marcelo Moraes	PTB	RS	PL	Comerciante	94%	38,2°C	Porto Alegre	RS	1°	-	-	Filho do ex-deputado federal Sérgio Moraes.
159	Marcelo Ramos	PR	AM	PSD	Advogado	90%	38,4°C	Manaus	AM	1°	-	-	-
160	Márcio Biolchi	MDB	RS	MDB	Advogado	88%	38,8°C	Carazinho	RS	2°	-	-	Filho do ex-deputado federal Osvaldo Biolchi.
161	Márcio Marinho	PRB	BA	REPUBLICANOS	Comunicador e Gestor Público	92%	38,6°C	Cabo Frio	RJ	4°	-	-	-
162	Marcos Aurélio Sampaio	MDB	PI	PSD	Advogado	90%	39,0°C	Teresina	PI	1°	Recebeu R\$100.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.		-
163	Margarete Coelho	PP	PI	PP	Advogada	92%	38,3°C	São Raimundo Nonato	PI	1°	-	-	Casada com o ex-deputado estadual Marcelo Coelho
164	Mariana Carvalho <sup>10</sup>	PSDB	RO	REPUBLICANOS	Médica e Música	88%	38,7°C	São Paulo	SP	2°	-	-	Filha do ex-vereador de Porto Velho, ex-deputado federal e ex-vice-governador de Rondônia, Aparício Carvalho
165	Mário Negromonte Jr.	PP	BA	PP	Advogado e Servidor Público	88%	37,9°C	Paulo Afonso	BA	2°	-	-	Filho do ex-deputado federal e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Município da Bahia, Mário Negromonte, e da ex-prefeita de Glória/BA, Vilma Negromonte. É ainda neto de Dionízio Pereira, ex-prefeito de Glória/BA, e sobrinho de Adauto Pereira, ex-prefeito de Paulo Afonso/BA.
166	Marreca Filho	PATRIOTA	MA	PATRIOTA	Empresário	91%	37,6°C	São Luís	MA	1°	-	-	Filho do atual deputado Júnior Marreca (PATRIOTA)
167	Marx Beltrão	PSD	AL	PP	Advogado	92%	38,0°C	Maceió	AL	2°	-	-	É irmão de Marcelo Beltrão (MDB), deputado estadual eleito em 2018, e também do prefeito de Penedo/AL, Marcius Beltrão (PDT)

continua

<sup>10</sup> Saiu em 08/06/2022. Suplente: Lucas Follador (PSC) não é membro da FPA.



continuação

170	Nelson Barbudo	PSL	MT	PL	Produtor Agropecuário	98%	42,0°C	Monte Aprazível	SP	1º	Recebeu R\$11.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	Dono(a) de uma área embargada pelo Ibama em Alto Taquari (Mato Grosso), por desmatar florestas ou outras formas de vegetação consideradas de preservação permanente.	-
171	Nereu Crispim	PSL	RS	PSD	Empresário	94%	38,8°C	Porto Alegre	RS	1º	-	Dono(a) de uma área embargada pelo Ibama em Alto Taquari (Mato Grosso), por desmatar florestas ou outras formas de vegetação consideradas de preservação permanente.	-
172	Neri Geller	PP	MT	PP	Empresário	95%	38,8°C	Selbach	RS	3º	Recebeu R\$162.150 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
173	Newton Cardoso Jr	MDB	MG	MDB	Empresário	84%	38,4°C	Belo Horizonte	MG	2º	-	-	Filho do ex-deputado federal e ex-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso.
174	Nilson Pinto	PSDB	PA	PSDB	Empresário e Professor Universitário	87%	38,9°C	Belém	PA	6º	-	-	-
175	Nilto Tatto	PT	SP	PT	Administrador	24%	36,0°C	Frederico Westphalen	RS	2º	Recebeu R\$900.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	Irmão do ex-deputado federal, Jilmar Tatto. Também é irmão do deputado estadual eleito, Enio Tatto (PT), e dos vereadores, Jair Tatto (PT) e Arselino Tatto (PT).
176	Nivaldo Albuquerque	PTB	AL	REPUBLICANOS	Pecuarista	92%	38,9°C	Maceió	AL	1º	-	ALBUQUERQUE AGROPECUÁRIA ESPÍRITO SANTO LTDA, na cidade de LIMOEIRO DE ANADIA, Alagoas, que atua no ramo de criação de bovinos para corte	Filho do deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, Antônio Albuquerque.
177	Odair Cunha	PT	MG	PT	Advogado	25%	36,7°C	Piedade	SP	5º	Recebeu R\$1.000.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-

continua

continuação

178	Osires Damaso <sup>11</sup>	PSC	TO	PSC	Empresário	94%	38,5°C	Campinorte	GO	1º	-	A empresa DOM JASON INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2017 por irregularidades trabalhistas relacionadas a obrigação de se manter a documentação sujeita a fiscalização no local de trabalho, com multa de R\$ 1.691	-
179	Osmar Serraglio <sup>12</sup>	PP	PR	PP	Empresário e Advogado	94%	ND	Erechim	RS	6º	ND	ND	-
180	Otaci Nascimento	SD	RR	SD	Servidor Público	91%	39,1°C	Eurinepe	AM	1º	-	-	-
181	Otto Alencar Filho	PSD	BA	PSD	Administrador	77%	37,3°C	Salvador	BA	1º	-	-	Filho do senador Otto Alencar (PSD).
182	Pastor Eurico	PATRIOTA	PE	PL	Comunicador e Pastor	96%	38,8°C	Presidente Prudente	SP	3º	-	A empresa ASSOCIACAO CULTURAL DE LITERATURA E COMUNICACAO ligada ao(à) deputado(a) foi autuada em 2015 por irregularidades trabalhistas relacionadas a contratação de menor aprendiz, com multa de R\$ 2.013	-
183	Pastor Gilddenemir	PMN	MA	PL	Pastor e Jornalista	95%	38,5°C	São Luís	MA	1º	-	-	-
184	Paula Belmonte	PPS	DF	CIDADANIA	Empresária e Administradora	84%	38,9°C	São Paulo	SP	1º	Recebeu R\$100.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	Casada com Luis Felipe Belmonte, 1º suplente do senador eleito e atual deputado federal, Izalci Lucas (PSDB).
185	Paulo Abi-Ackel	PSDB	MG	PSDB	Advogado	87%	38,9°C	Belo Horizonte	MG	4º	Recebeu R\$980 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filho do ex-ministro da Justiça e ex-deputado federal, Ibrahim Abi-Ackel.
186	Paulo Azi	DEM	BA	UNIÃO	Administrador de Empresas e Engenheiro Civil	92%	38,5°C	Salvador	BA	2º	-	-	Filho do ex-deputado federal Jairo Azi.

continua

<sup>11</sup> Saiu em 07/06/2022. Suplente: Thiago Andrino (PSC) não é membro da FPA.

<sup>12</sup> Assumiu em 25/08/2021, após a Cassação, pelo TSE, do mandato de Boca Aberta (PROS), que também era membro da FPA. (Fonte: MENDES, 2021).

187	Paulo Bengtson	PTB	PA	PTB	Pastor e Veterinário	94%	39,0°C	Vitória da Conquista	BA	3º	Recebeu R\$430 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	É filho do deputado federal, Josué Bengtson (PTB).
188	Paulo Eduardo Martins	PSC	PR	PL	Jornalista	89%	39,2°C	Curitiba	PR	1º	-	-	-
189	Paulo Freire Costa	PR	SP	PL	Pastor	96%	38,5°C	São Paulo	SP	3º	-	-	Irmão da deputada estadual reeleita em 2018, Marta Costa (PSD).
190	Paulo Pereira da Silva	SD	SP	SD	Metalúrgico e Administrador	61%	37,2°C	Porecatu	PR	4º	Recebeu R\$42.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
191	Pedro Lupion	DEM	PR	PP	Agropecuária	97%	38,6°C	Curitiba	PR	1º	-	-	Filho do ex-deputado federal Abelardo Lupion, que era neto do ex-governador do Paraná, Moisés Lupion.
192	Pedro Westphalen	PP	RS	PP	Médico e Advogado	96%	38,6°C	Cruz Alta	RS	1º	Recebeu R\$15.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
193	Perpétua Almeida	PCdoB	AC	PCdoB	Professora e Bancária	28%	36,7°C	Porto Walter	AC	4º	-	-	Casada com Evaldo Magalhães, deputado estadual.
194	Pinheirinho	PP	MG	PP	Bancário e Advogado	95%	39,7°C	Belo Horizonte	MG	1º	Recebeu R\$120.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas.	-	-
195	Pompeo de Mattos	PDT	RS	PDT	Deputado	37%	36,9°C	Santo Augusto	RS	5º	Recebeu R\$1.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
196	Professor Israel Batista	PV	DF	PSB	Professor e Cientista Político	33%	36,6°C	Brasília	DF	1º	-	-	-
197	Professor Pedro Uczai	PT	SC	PT	Professor Universitário	22%	36,4°C	Descanso	SC	3º	Recebeu R\$900.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	-

continuação

198	Professora Dorinha Seabra Rezende <sup>13</sup>	DEM	TO	UNIÃO	Empresária e Professora Universitária	83%	37,3°C	Goiânia	GO	3º	Recebeu R\$2.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
199	Rafael Motta	PSB	RN	PSB	Engenheiro	34%	36,8°C	Natal	RN	2º	Recebeu R\$110.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	Neto do ex-deputado Clovis Motta, e filho do ex-deputado estadual Ricardo Motta.
200	Reginaldo Lopes	PT	MG	PT	Economista	23%	36,6°C	Bom Sucesso	MG	5º	Recebeu R\$900.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	-
201	Ricardo Barros	PP	PR	PP	Engenheiro Civil e Empresário	97%	38,3°C	Maringá	PR	6º	-	-	Filho do ex-prefeito de Maringá/PR, Silvio Magalhães Barros. Irmão do também ex-prefeito do Município, Silvio Barros. É casado com a ex-deputada federal, Cida Borghetti, candidata derrotada ao governo em 2018. É pai de Maria Victoria (PP), reeleita deputada estadual em 2018.
202	Roberto de Lucena	PODE	SP	REPUBLICANOS	Conferencista, Escritor e Pastor	89%	38,2°C	Santa Isabel	SP	3º	-	-	-
203	Rodrigo Coelho	PSB	SC	PODE	Advogado e Empresário	89%	38,3°C	Joinville	SC	1º	-	-	-
204	Rogério Peninha Mendonça	MDB	SC	MDB	Engenheiro Agrônomo	97%	39,7°C	Nova Trento	SC	3º	-	-	-
205	Ronaldo Carletto	PP	BA	PP	Empresário	95%	39,0°C	Conceição da Barra	ES	2º	-	PAU-BRASIL AGROPECUARIA LTDA, na cidade de PRADO, Bahia, que atua no ramo de criação de bovinos para corte	Filho do ex-prefeito de Itamaraju/BA, Tassizo Carletto. Sua mãe, Marizete Carletto, ficou em segundo lugar na disputa pela Prefeitura de Itamaraju/BA em 2008, assumindo o comando do município em 2010, após a cassação da chapa vencedora.
206	Rose Modesto	PSDB	MS	PSDB	Servidora Público	78%	37,3°C	Fátima do Sul	MS	1º	Recebeu R\$800 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Irmã do deputado estadual Rinaldo Modesto (PSDB).

continua

<sup>13</sup> Saiu Em 07/06/2022. Suplente: Lázaro Botelho Martins (PP) não é membro da FPA.

continuação

207	Rubens Bueno	PPS	PR	CIDADANIA	Professor	71%	37,7°C	Sertanópolis	PR	5°	Recebeu R\$1.168.120 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	-
208	Rubens Otoni	PT	GO	PT	Professor Universitário, Consultor Jurídico e Consultor de Empresas	23%	36,5°C	Goianésia	GO	5°	Recebeu R\$900.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	Irmão do ex-prefeito de Anápolis/GO, Antônio Gomide (PT), eleito deputado estadual em 2018.
209	Ruy Carneiro	PSDB	PB	PSC	Administrador	80%	37,4°C	Rio de Janeiro	RJ	2°	-	-	Sobrinho neto do ex-senador, Ruy Carneiro, o do ex-deputado federal Janduhy Carneiro.
210	Sanderson	PSL	RS	PL	Policial Federal	97%	39,7°C	Erechim	RS	1°	Recebeu R\$10.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
211	Sargento Gurgel	PSL	RJ	PL	Polícia Civil	96%	39,6°C	Nova Iguaçu	RJ	1°	-	-	-
212	Sergio Souza	MDB	PR	MDB	Advogado e Empresário	92%	39,1°C	Ivaiporã	PR	2°	Recebeu R\$50.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Irmão da vice-prefeita de Arapuã/PR, Soeli de Souza.
213	Shéridan	PSDB	RR	PSDB	Psicóloga	83%	38,9°C	Boa Vista	RR	2°	-	-	Foi casada com o ex-governador de RR, José de Anchieta Júnior.
214	Sidney Leite	PSD	AM	PSD	Servidor Público	85%	38,7°C	Manaus	AM	1°	-	-	-
215	Silas Câmara	PRB	AM	REPUBLICANOS	Empresário	92%	38,9°C	Rio Branco	AC	6°	-	-	Casado com a ex-deputada federal Antônia Lúcia Câmara.
216	Sóstenes Cavalcante	DEM	RJ	PL	Teólogo	89%	38,7°C	Maceió	AL	2°	-	-	-
217	Subtenente Gonzaga	PDT	MG	PSD	Polícia Militar	47%	36,9°C	Manhuaçu	MG	3°	-	-	-
218	Tiago Dimas	SD	TO	PODE	Empresário	89%	38,8°C	Uberaba	MG	1°	-	-	Filho do prefeito de Aragarina/TO, Ronaldo Dimas.
219	Tito	AVANTE	BA	AVANTE	Advogado	94%	39,6°C	Santa Maria da Vitória	BA	1°	-	-	-

continua

continuação

220	Uldurico Junior	PPL	BA	MDB	Estudante	88%	38,6°C	Brasília	DF	2º	-	-	Filho do ex-deputado federal, Uldurico Pinto. O avô materno, José Alencar Furtado, exerceu vários mandatos de deputado federal. É sobrinho do ex-deputado federal Chico Pinto.
221	Vermelho	PSD	PR	PL	Advogado e Empresário	93%	39,6°C	Francisco Beltrão	PR	1º	-	-	-
222	Vicentinho Júnior	PR	TO	PP	Empresário e Pecuarista	95%	38,3°C	Goiânia	GO	2º	Recebeu R\$47.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filho do senador, Vicentinho Alves (PR).
223	Vilson da FETAEMG	PSB	MG	PSB	Agricultor Familiar	30%	36,7°C	Claudio	MG	1º	-	-	-
224	Vinicius Carvalho	PRB	SP	REPUBLICANOS	Advogado e Jornalista	93%	38,6°C	Rio de Janeiro	RJ	3º	-	-	-
225	Vinicius Poit	NOVO	SP	NOVO	Administrador e Empresário	76%	39,3°C	São Bernardo do Campo	SP	1º	Recebeu R\$10.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	-
226	Vitor Lippi	PSDB	SP	PSDB	Médico e Empresário	82%	37,5°C	Sorocaba	SP	2º	Recebeu R\$10.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	-	Filho do ex-vice-prefeito de Mairinque/SP, Eno Lippi.
227	Walter Alves	MDB	RN	MDB	Empresário e Administrador	88%	38,6°C	Natal	RN	2º	-	-	Neto de Garibaldi Alves, ex-vice-governador e ex-deputado estadual. É filho do senador e ex-ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. É sobrinho-neto do ex-governador e ex-ministro da Integração Regional, Aluizio Alves. É primo do ex-deputado federal, Henrique Eduardo Alves.
228	Weliton Prado	PROS	MG	PROS	Bacharel em Filosofia	64%	37,1°C	Uberlândia	MG	3º	-	-	Irmão do deputado estadual reeleito em 2018, Elismar Prado (Pros), e da ex-deputada estadual, Liza Prado. Também é irmão do vereador de Uberlândia, Ismar Prado (PMB), e do ex-vereador, Gilmar Prado.
229	Wellington Roberto	PR	PB	PL	Empresário	92%	38,8°C	São José de Piranhas	PB	5º	-	-	Pai do deputado estadual reeleito Caio Roberto (PR).

continua

230	Zé Silva	SD	MG	SD	Agricultor, Agrônomo e Extensionista Rural	89%	38,2°C	Iturama	MG	3º	Recebeu R\$157.978 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais e trabalhistas	-	-
231	Zé Vitor	PMN	MG	PL	Engenheiro e Empresário	91%	38,3°C	Araguari	MG	1º	Recebeu R\$12.000 em doações de pessoa física ou empresa com infrações ambientais.	CAMPO BRASIL REPRESENTAÇÃO E CONSULTORIA AMBIENTAL E AGROPECUARIA EIRELI, na cidade de ARAGUARI, Minas Gerais, que atua no ramo de serviços de agronomia e consultoria a atividades agropecuárias	-
232	Zeca Dirceu	PT	PR	PT	Empresário	25%	36,7°C	Umuarama	PR	3º	Recebeu R\$893.787 em doações de pessoa física ou empresa com infrações trabalhistas.	-	Filho do ex-deputado federal e ex- ministro da Casa Civil, José Dirceu.

**Tabela 3** – Membros da Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027

#	Nome	Partido Eleito	UF	Partido Atual	Ocupação <sup>14</sup>	Governismo <sup>15</sup>	Naturalidade	Origem	Investigações <sup>12</sup>	Mandato	Clã/Família <sup>11</sup>
1	Acir Gurgacz	PDT	RO	PDT	Empresário	81%	Cascavel	PR	1 - Ocultação de Bens	2015-2023	Filho de seu 1º Suplente, Assis Gurgacz e sobrinho do ex-vice-governador do PR, Airton Gurgacz. <sup>16</sup>
2	Delegado Alessandro Vieira	REDE	SE	PSDB	Delegado da Polícia Civil	74%	Passo Fundo	RS	Nada consta	2019-2027	-
3	Álvaro Dias	PODE	PR	PODE	Agricultor, Radialista, Professor e Empresário	72%	Quatá	SP	Nada consta	2015-2023	Irmão do ex-senador, Osmar Dias.
4	Angelo Coronel	PSD	BA	PSD	Empresário	90%	Coração de Maria	BA	Nada consta	2019-2027	-
5	Antonio Anastasia	PSDB	MG	PSD	Servidor Público	89%	Belo Horizonte	MG	2 - Vantagens Indevidas (Odebrecht)	2015-2023	-
6	Jornalista Carlos Viana	PHS	MG	PL	Empresário, Jornalista e Redator	91%	Braúnas	MG	Nada consta	2019-2027	-
7	Chico Rodrigues	DEM	RR	UNIÃO	Empresário e Engenheiro	95%	Recife	PE	2 - Peculato	2019-2027	-
8	Ciro Nogueira <sup>17</sup>	PP	PI	PP	Advogado e Empresário	95%	Teresina	PI	5 - Ocultação de Bens e Corrupção passiva,	2019-2027	Casado com Iracema Portella, deputada federal que é filha dos políticos Myriam Portela, ex-deputada, e Lucídio Portela, ex-senador e ex-governador do Piauí.
9	Dário Berger	MDB	SC	PSB	Administrador e Empresário	83%	Bom Retiro	SC	Nada consta	2015-2023	É irmão do ex-prefeito de São José/SC e ex-deputado federal, Djalma Berger.
10	Eduardo Gomes	SD	TO	PL	Empresário	96%	Estância	SE	Nada consta	2019-2027	-
11	Esperidião Amin	PP	SC	PP	Advogado, Professor Universitário e Administrador	87%	Florianópolis	SC	Nada consta	2019-2027	Casado com a deputada federal, eleita em 2018, Angela Amin (PP).
12	Fernando Bezerra Coelho	MDB	PE	MDB	Administrador e Empresário	100%	Petrolina	PE	1 - Sem Informações	2015-2023	Pai do deputado federal reeleito, Fernando Coelho Filho (DEM).

**continua**<sup>14</sup> Fonte: DIAP, 2018.<sup>15</sup> Fonte: RADAR, 2022.<sup>16</sup> Fonte: CARVALHO, 2012<sup>17</sup> Reeleito.

continuação

13	Flávio Arns	REDE	PR	PODEMOS	Professor de Universitário	71%	Curitiba	PR	Nada consta	2019-2027	-
14	Irajá Abreu	PSD	DF	PSD	Empresário	88%	Goiânia	GO	Nada consta	2019-2027	É filho da senadora Kátia Abreu (PDT) e irmão do vereador Iratã Abreu (PSD).
15	Izalci Lucas	PSDB	MT	PSDB	Empresário	86%	Araújos	MG	4 - Peculatos	2019-2027	-
16	Jayme Campos	DEM	GO	UNIÃO	Empresário	93%	Várzea Grande	MT	5 - Crime Fazendário contra a Adm. Pública	2019-2027	Casado com Lucimar Sacre de Campos, prefeita de Várzea Grande/MT. Irmão do ex-governador do Estado, Júlio Campos.
17	Jorge Kajuru	PRP	SC	PODE	Jornalista	70%	Cajuru	SP	6 - Injúria e difamação e 2 sob sigilo	2019-2027	-
18	Jorginho Mello	PR	TO	PL	Empresário	91%	Ibicaré	SC	Nada consta	2019-2027	-
19	Kátia Abreu	PDT	RS	PP	Empresária Rural e Psicóloga	89%	Goiânia	GO	Nada consta	2015-2023	Mãe do senador de GO Irajá Abreu (PSD) e do vereador Iratã Abreu (PSD).
20	Lasier Martins	PSD	DF	PODE	Advogado, Jornalista e Redator	80%	General Câmara	RS	Nada consta	2015-2023	-
21	Luis Carlos Heinze	PP	RS	PP	Empresário	94%	Candelária	RS	Nada consta	2019-2027	-
22	Luiz Carlos do Carmo <sup>18</sup>	MDB	GO	PSC	Empresário	95%	Palminópolis	GO	Nada consta	2015-2023	É irmão do presidente do PSC no Estado, Eurípedes José do Carmo.
23	Mailza Gomes <sup>19</sup>	PP	AC	PP	Estudante de Direito	93%	Mundo Novo	MS	Nada consta	2015-2023	É casada com o ex-prefeito de Senador Guiomard/AC, James Gomes.
24	Marcelo Castro	MDB	PI	MDB	Empresário	88%	São Raimundo Nonato	PI	1 - Corrupção e Lavagem de Dinheiro	2019-2027	-
25	Marcio Bittar	MDB	AC	UNIÃO	Historiador e ex-pecuarista	95%	Franca	SP	1 - Sem Informações	2019-2027	-
26	Marcos Rogério	DEM	RO	PL	Jornalista e Redator	93%	Ji-Paraná	RO	Nada consta	2019-2027	-
27	Mecias de Jesus	PRB	RR	REPUBLICANOS	Administrador	90%	Graça Aranha	MA	4 - Peculatos	2019-2027	É pai do deputado federal, eleito em 2018, Jhonatan de Jesus.
28	Nelsinho Trad	PTB	MS	PSD	Empresário e Médico	90%	Campo Grande	MS	Nada consta	2019-2027	Filho do ex-deputado, Nelson Trad (falecido). Irmão do deputado reeleito, Fábio Trad (PSD), e de Marquinhos Trad, ex-deputado e atual prefeito de Campo Grande.

continua

<sup>18</sup> Suplente de Ronaldo Caiado, desde que ele assumiu o Governo do Estado de GO, em 2018.

<sup>19</sup> Suplente de Gladson Cameli, desde que ele assumiu o Governo do Estado do AC, em 2018.

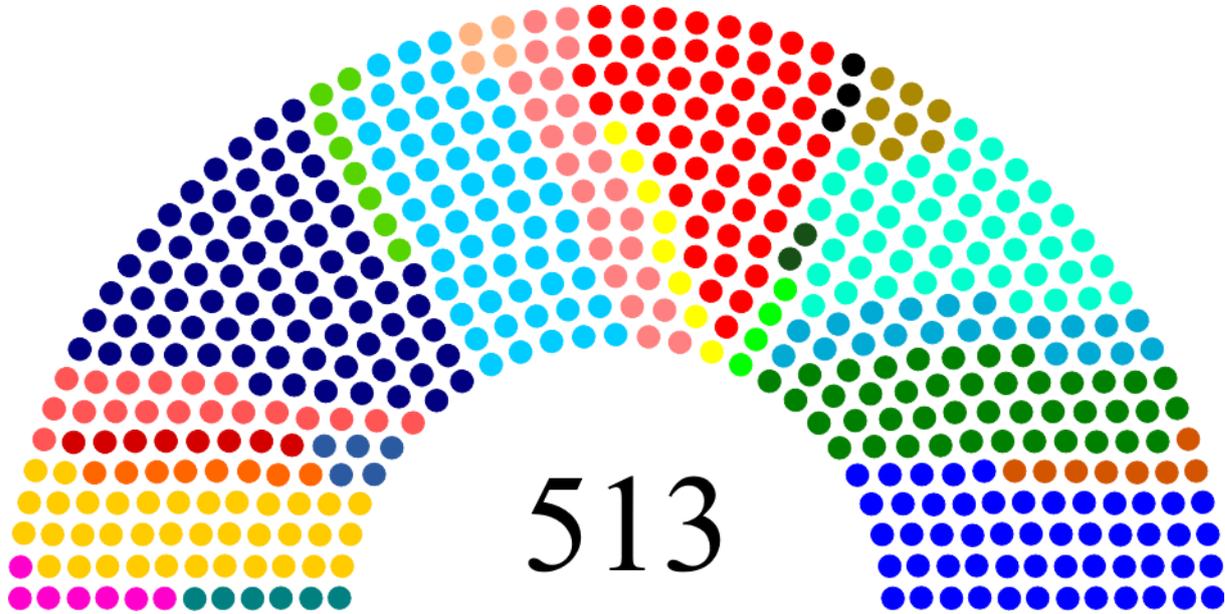
continuação

29	Professor Oriovisto Guimarães	PODE	PR	PODE	Empresário	78%	Batatais	SP	Nada consta	2019-2027	-
30	Rodrigo Pacheco	DEM	MG	PSD	Empresário e Advogado	92%	Porto Velho	RO	Nada consta	2019-2027	-
31	Rose de Freitas	PODE	ES	MDB	Professora, Radialista, Jornalista, Desenhista - Projetista e Agrimensora	84%	Caratinga	MG	Nada consta	2015-2023	-
32	Sérgio Petecão <sup>20</sup>	PSD	AC	PSD	Empresário e Técnico em Contabilidade	94%	Rio Branco	AC	2 - Peculato	2019-2027	Primo do ex-vereador de Rio Branco/AC, Pedrinho Oliveira.
33	Soraya Thronicke	PSL	MS	UNIÃO	Advogada	89%	Dourados	MS	Nada consta	2019-2027	-
34	Capitão Styvenson Valentim	REDE	RN	PODE	Polícia Militar	76%	Rio Branco	AC	Nada consta	2019-2027	-
35	Vanderlan Cardoso	PP	GO	PSD	Empresário	92%	Iporá	GO	Nada consta	2019-2027	-
36	Veneziano Vital do Rêgo	MDB	PB	MDB	Advogado	77%	Campina Grande	PB	Nada consta	2019-2027	Filho da ex-deputada federal, Nilda Goldim, atual 1ª suplente do senador José Maranhão, e do ex-deputado, Vital do Rêgo. Irmão do ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo Filho.
37	Wellington Fagundes	PR	MT	PL	Empresário e Médico Veterinário	87%	Rondonópolis	MT	Nada consta	2015-2023	-
38	Weverton	PDT	MA	PDT	Administrador Público	72%	Imperatriz	MA	1 - Crime de Lei de Licitações	2019-2027	-
39	Zequinha Marinho	PSC	PA	PL	Pedagogo	94%	Araguacema	TO	1 - Concussão	2019-2027	-

<sup>20</sup> Reeleito.

Com base nas informações apresentadas nas tabelas acima, foram elaborados gráficos, para evidenciar algumas das características predominantes desses grupos, tal qual apresentados na sequência.

**Figura 2** – Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



<b>Partido</b>	AVANTE	CIDADANIA	MDB	NOVO	PATRIOTA	PCdoB
<b>Deputados</b>	6	7	37	8	5	8
<b>Legenda</b>						
<b>Partido</b>	PDT	PL	PODE	PP	PROS	PSB
<b>Deputados</b>	19	77	8	57	4	24
<b>Legenda</b>						
<b>Partido</b>	PSC	PSD	PSDB	PSOL	PT	PTB
<b>Deputados</b>	8	47	21	8	56	3
<b>Legenda</b>						
<b>Partido</b>	PV	REDE	REP	SD	UNIÃO	
<b>Deputados</b>	4	2	43	8	53	
<b>Legenda</b>						

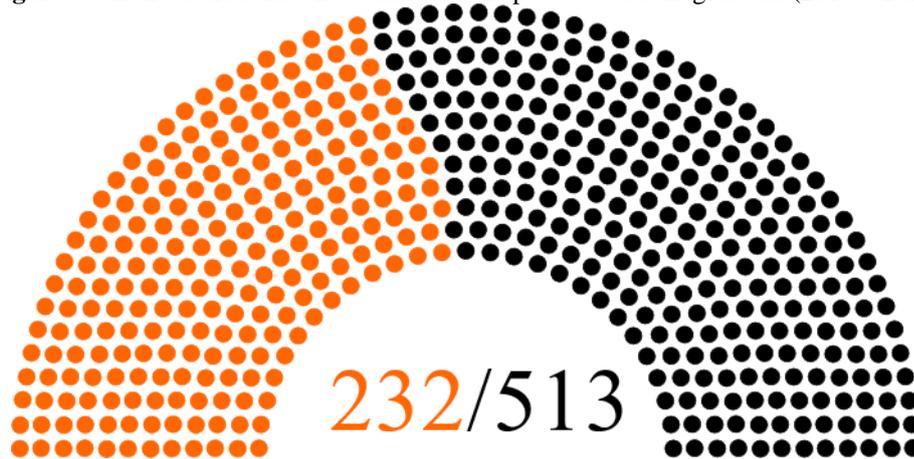
Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: TSE, 2022)

A **Figura 2** mostra a distribuição dos 513 parlamentares da Câmara dos Deputados por partidos políticos, restando evidente que o PL, partido atual do então presidente da República, é o que apresenta a maior representatividade da Câmara, com 77 deputados. Dos outros 23 partidos, PP, com 57 deputados, UNIÃO, com mais 53 deputados, PSD com outros 47 e REP com mais 43 deputados são os outros partidos com maior representatividade e que

compõem a base aliada do Governo, totalizando só nesses 5 partidos, 277 parlamentares (54% do total).

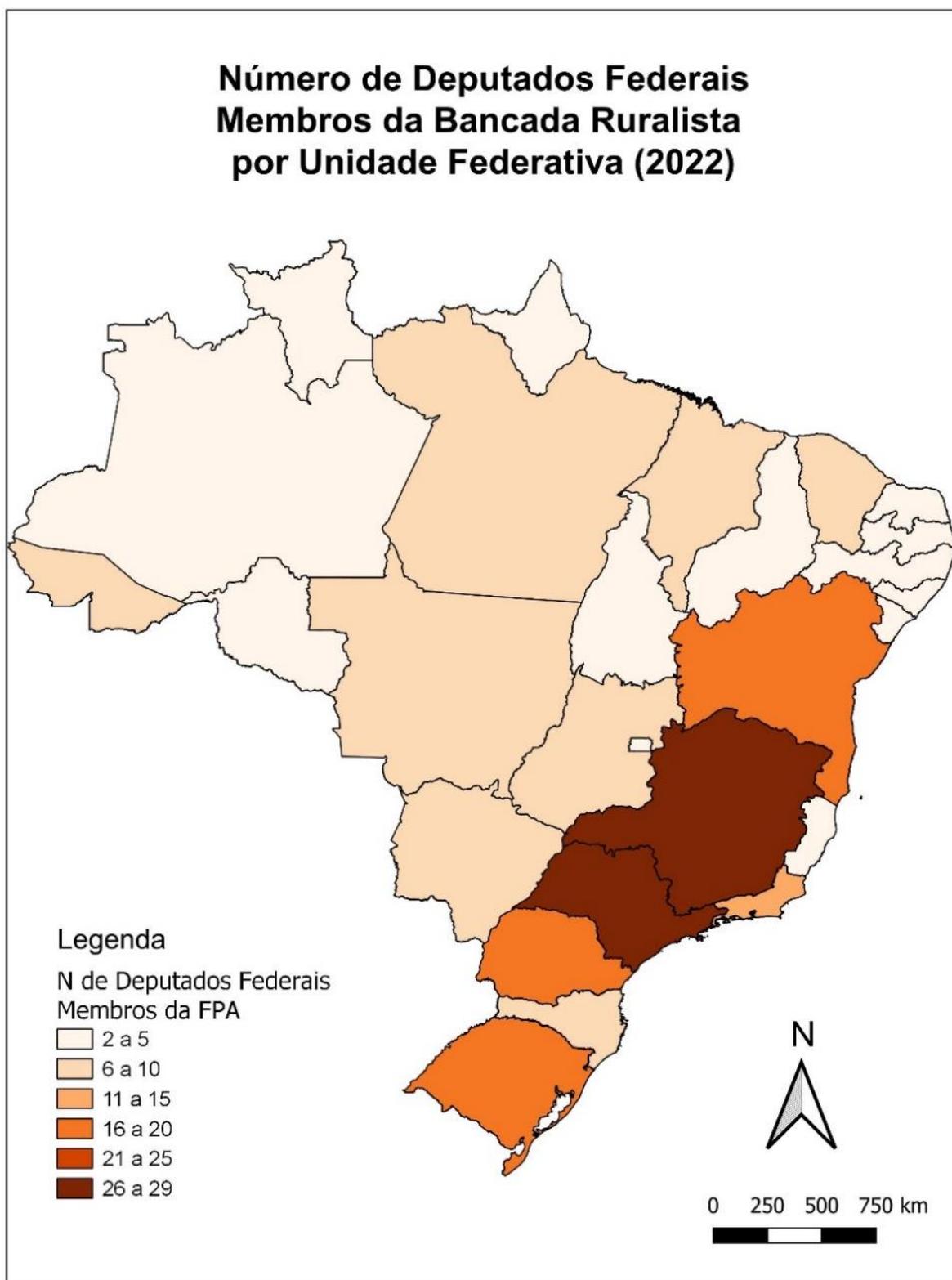
Dos 513 deputados federais analisados, conforme informações do TSE e da própria Bancada Ruralista, 232 parlamentares eram signatários da Frente Parlamentar, em julho de 2022, tal qual representado pela **Figura 3**.

**Figura 3** – Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: FPA, 2021/TSE, 2022)

A distribuição desses deputados federais membros da Bancada Ruralista, por Unidade Federativa em que exerceram seu domicílio eleitoral, é representada pela **Figura 4**, evidenciando a espacialização dessa distribuição, de tal modo que as maiores quantidades desses parlamentares são identificadas nos estados de Minas Gerais (29), São Paulo (28), Paraná (17), Bahia (16), Rio Grande do Sul (16) e Rio de Janeiro (11). Apesar disso, dentre esses Estados, o que apresenta a menor taxa de urbanização é a Bahia, com 70%, seguido por Minas Gerais, com 83,4%, enquanto São Paulo apresenta 95,9% e Rio de Janeiro, 96,7%, mostrando certa contradição entre os rumos rurais da representatividade política e o perfil urbano da maior parte da população desses estados brasileiros (IBGE, 2010).

**Figura 4** – Deputados Federais Membros da Bancada Ruralista por UF – 56ª Legislatura (2019 – 2023)

Fonte: FPA, 2021; TSE, 2022

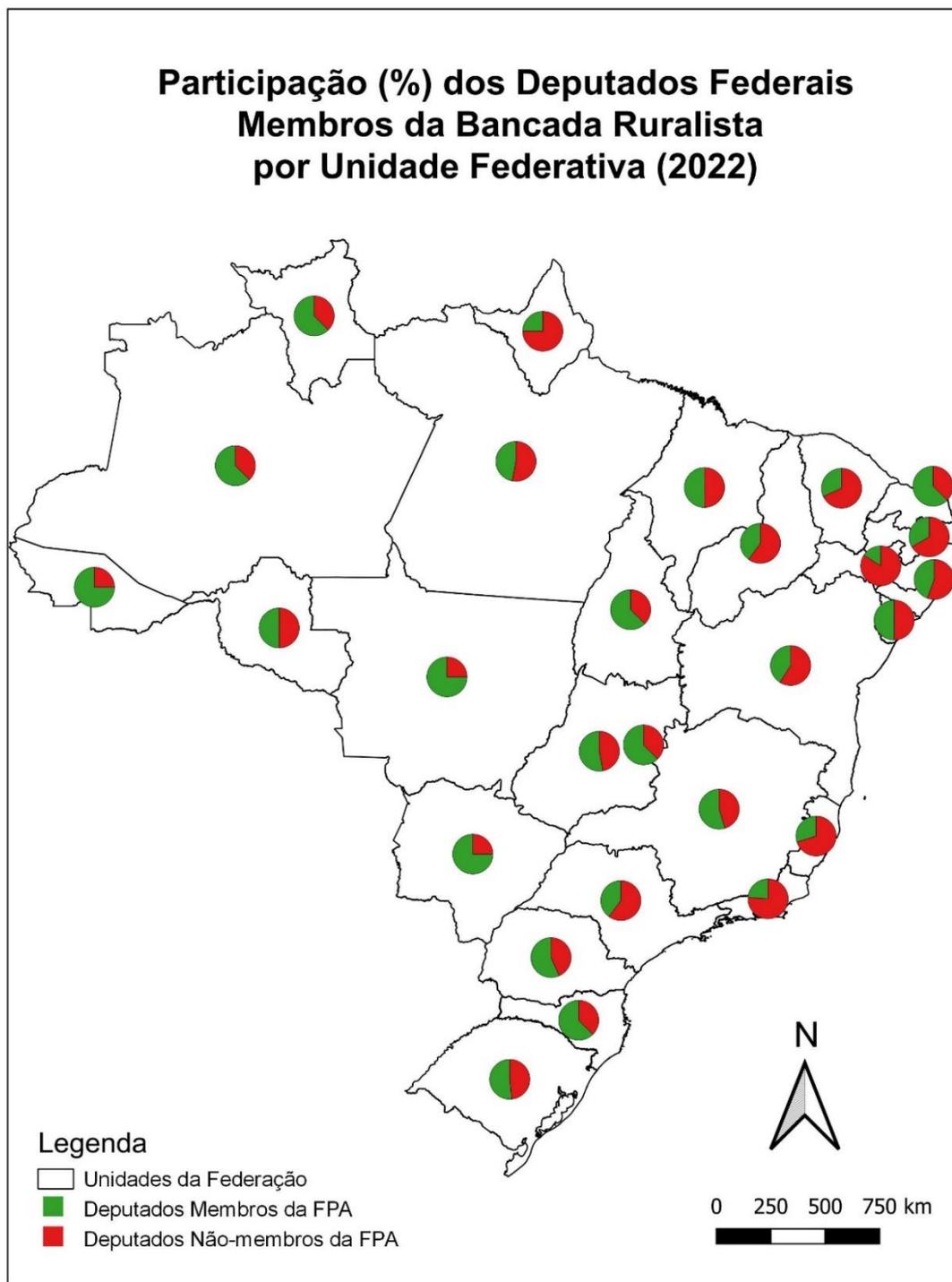
Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: FPA, 2021/TSE, 2022)

Na **Figura 5**, a seguir, é apresentada a proporção dos deputados federais membros da Bancada Ruralista por unidades federativas, em relação aos que não são membros, de forma que as regiões que apresentam, proporcionalmente, mais membros são as regiões: Sul, Centro-Oeste e Norte. Tal ocorrência pode ser relacionada ao fenômeno, de bases históricas, correspondente à corrente sulista, caracterizada por um “perfil mais rural (...) possui ramificações em quase todo o território nacional, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas do Brasil, mas também para além de nossas fronteiras políticas adentrando em países vizinhos” (ALVES, 2005, p.44).

“Ao longo de todo o século XX a migração de sulistas visando ocupar novas áreas, destacadamente as de produção agrícola, continuou ocorrendo, num movimento contínuo rumo às terras mais ao norte. Na década de 1970, porém, esse fluxo se intensifica com os projetos de colonização dos governos militares, particularmente na Amazônia Legal.” (ALVES, 2005, p.49).

**Figura 5** – Participação (%) dos Deputados Federais Membros da Bancada Ruralista por UF –

56ª Legislatura (2019 – 2023)



Fonte: FPA, 2021; TSE, 2022

Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: FPA, 2021/TSE, 2022)

No **Quadro 1**, por sua vez, é apresentada a proporção de deputados federais membros da Bancada por seus respectivos partidos políticos, ficando evidenciada a

predominância de membros signatários da FPA nos partidos da base do governo, correspondentes a partidos de direita ou do chamado “Centrão”. Apesar disso, observa-se também a presença de membros signatários de partidos tidos como de centro-esquerda, como é o caso do PT, PDT e PSB, mesmo que em minoria, ou ainda partidos de esquerda, como o PCdoB. Essas informações são representadas de forma gráfica pela **Figura 6**, evidenciando ainda mais a relação entre os deputados federais membros signatários da Bancada Ruralista e os seus respectivos partidos políticos.



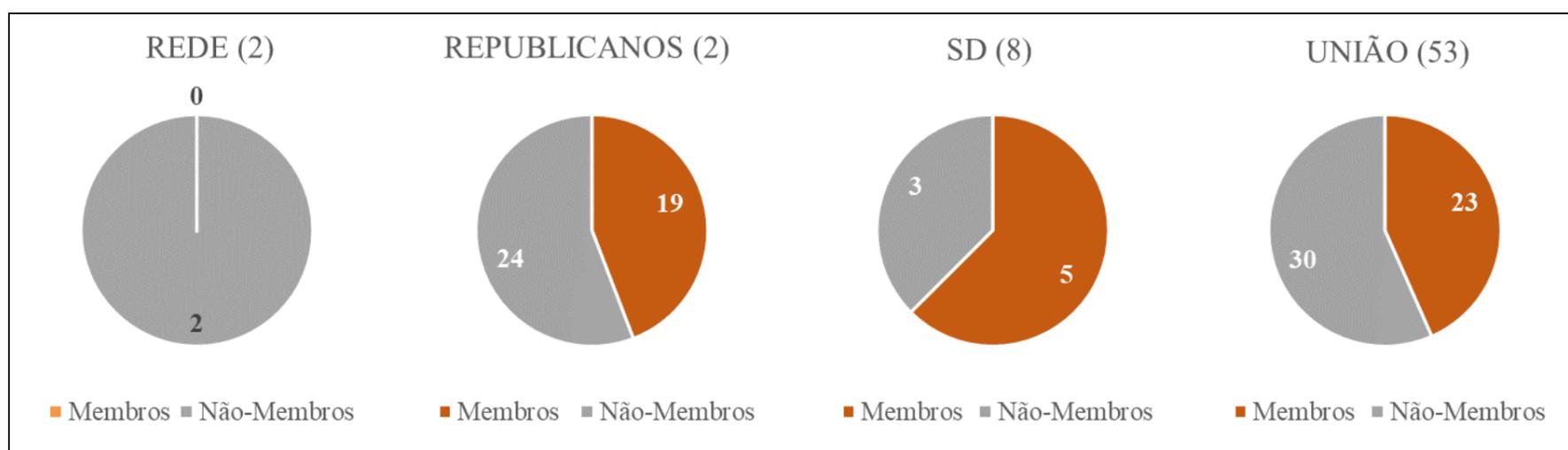
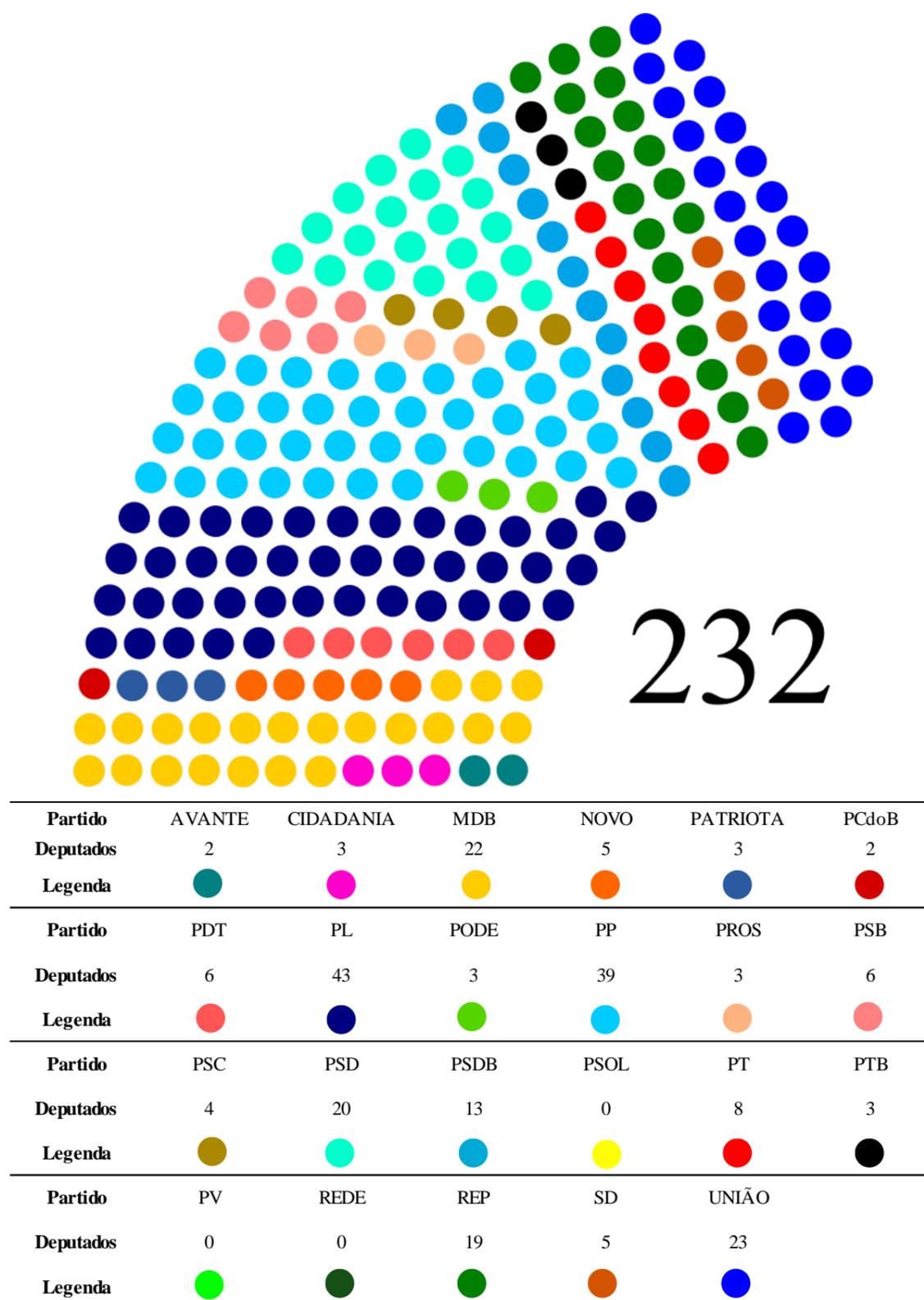


Figura 6 – Bancadas Partidárias na Bancada Ruralista – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)

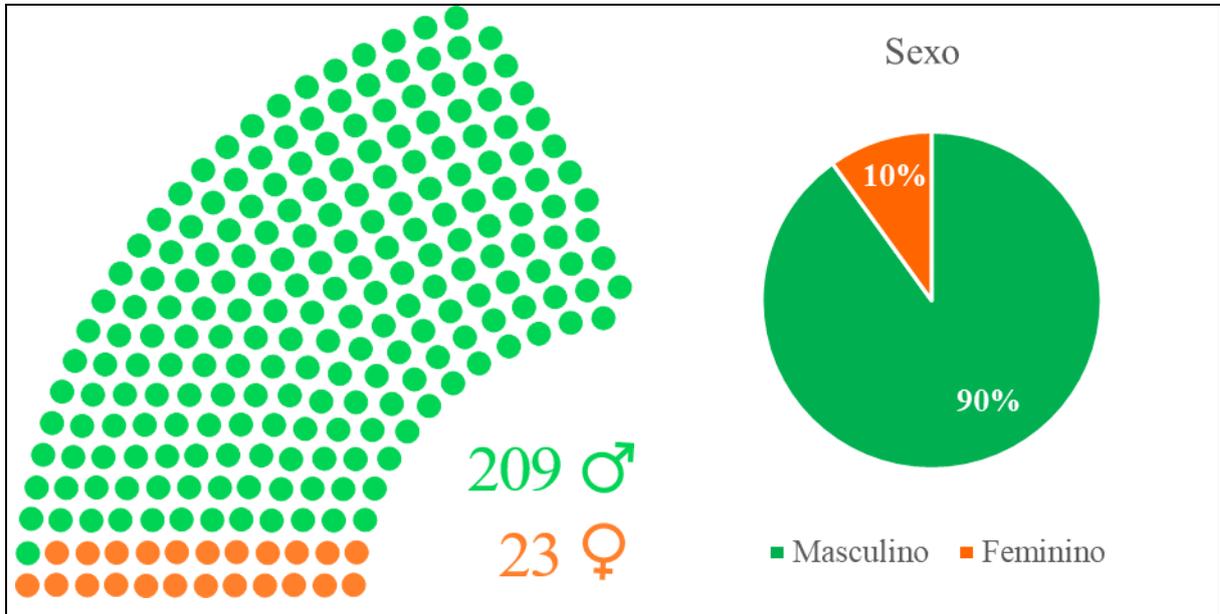


Fonte: FPA, 2021; TSE, 2022<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Atualizado em 21/07/2022.

Na **Figura 7**, evidencia-se a predominância de homens na Bancada Ruralista, correspondendo a cerca de 90% do total de membros signatários dessa Frente Parlamentar, apesar de a questão do sexo ser discutida mais adiante, durante a apresentação dos dados correspondentes aos senadores.

**Figura 7** – Bancada Ruralista por Sexo – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



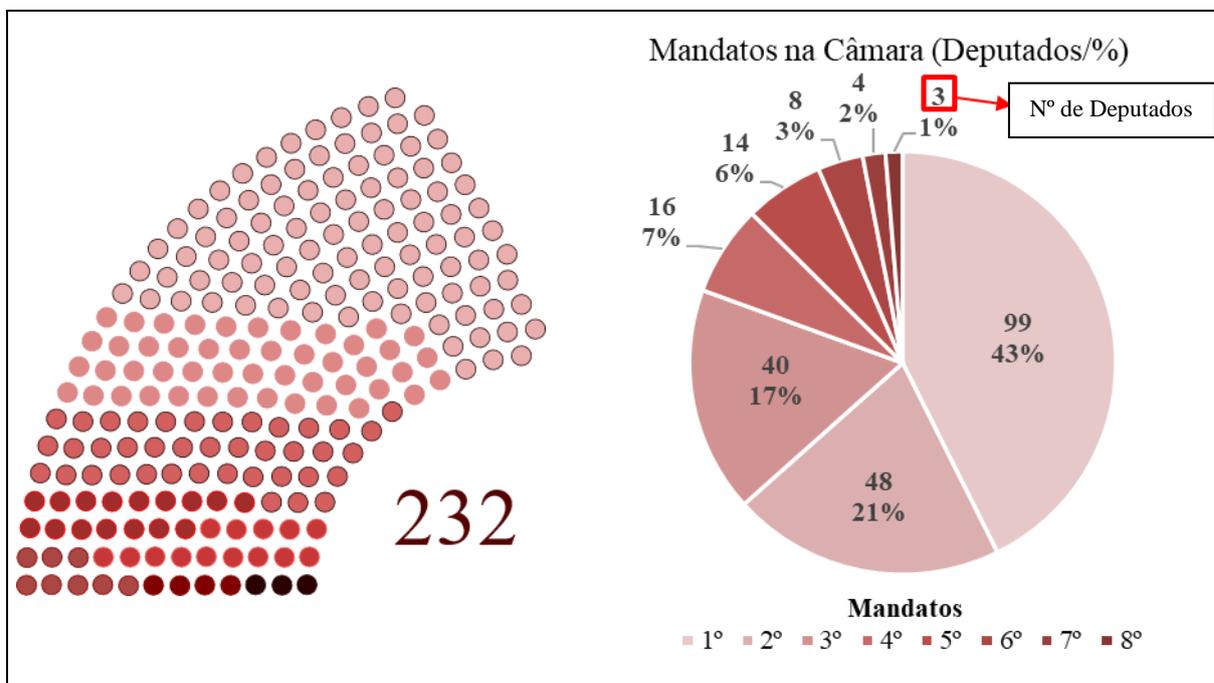
Fonte: TSE, 2022.

A predominância de parlamentares membros de partidos políticos da base aliada do governo fica reforçada pela **Figura 7**, que representa o índice de governismo destes deputados, calculado com base em suas atuações parlamentares, pela equipe do Congresso em Foco, que se define como “um site jornalístico independente e apartidário com notícias relacionadas ao Congresso Nacional do Brasil” (CONGRESSO EM FOCO, 2022).

Na **Figura 7** a predominância dos parlamentares “governistas” evidencia o posicionamento da Frente Parlamentar, e como ela se alinha com as pautas do Governo Federal (ou vice-versa?).

O respectivo mandato de cada um dos deputados federais membros da Bancada Ruralista também foi representado graficamente, de modo que apesar de 99 deles ainda ocuparem seu primeiro mandato, a presença de veteranos é bastante marcante.

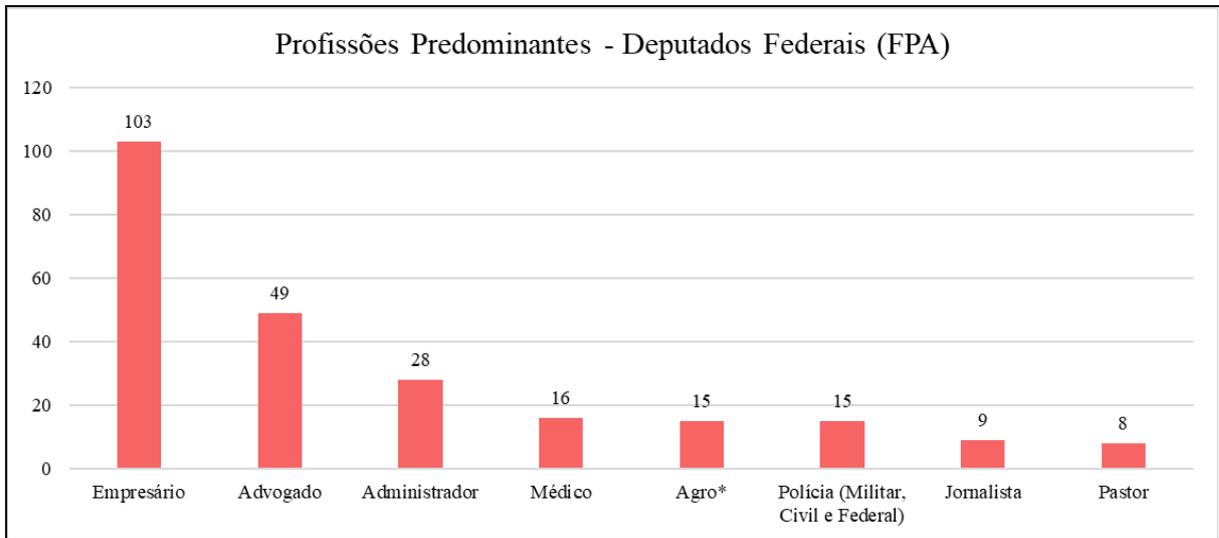
**Figura 8** – Bancada Ruralista por Mandatos na Câmara – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



Fonte: DIAP, 2018.

Em termos das profissões declaradas por cada um dos deputados federais membros da Bancada Ruralista, podendo ter sido declarada mais de uma profissão por parlamentar, destacaram-se algumas profissões predominantes, como as de empresário e advogado, tal qual pode ser identificado na **Figura 9**, abaixo. Cabe destacar que em relação à ocupação “Agro\*”, foram agrupadas ocupações correlatas ao setor agropecuário, como: agricultor, agropecuarista, agrônomo, técnico em agronomia, entre outros.

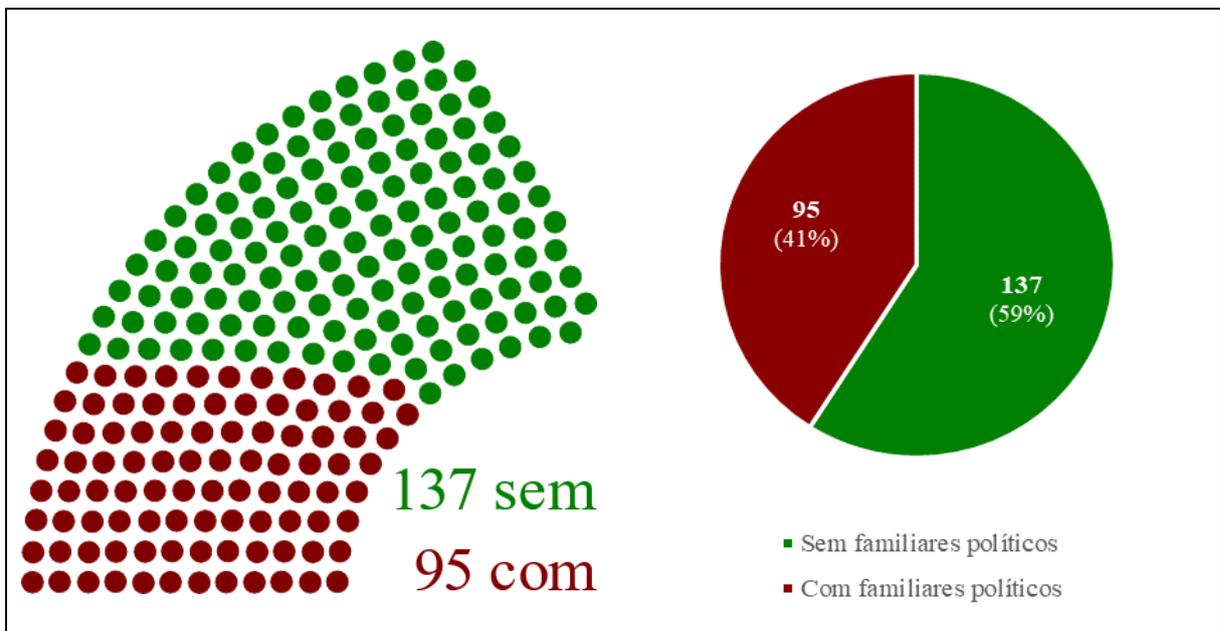
**Figura 9** – Bancada Ruralista por Profissões Predominantes – Deputados Federais –  
56ª Legislatura (2019 – 2023)



Fonte: DIAP, 2018.

Com relação à existência, ou não, de graus de parentesco com outros políticos, vivos ou não, foi possível identificar que 41% dos deputados federais membros da Bancada Ruralista possuem algum tipo de parentesco com outros políticos.

**Figura 10** – Bancada Ruralista por “Hereditariedade” – Deputados Federais –  
56ª Legislatura (2019 – 2023)

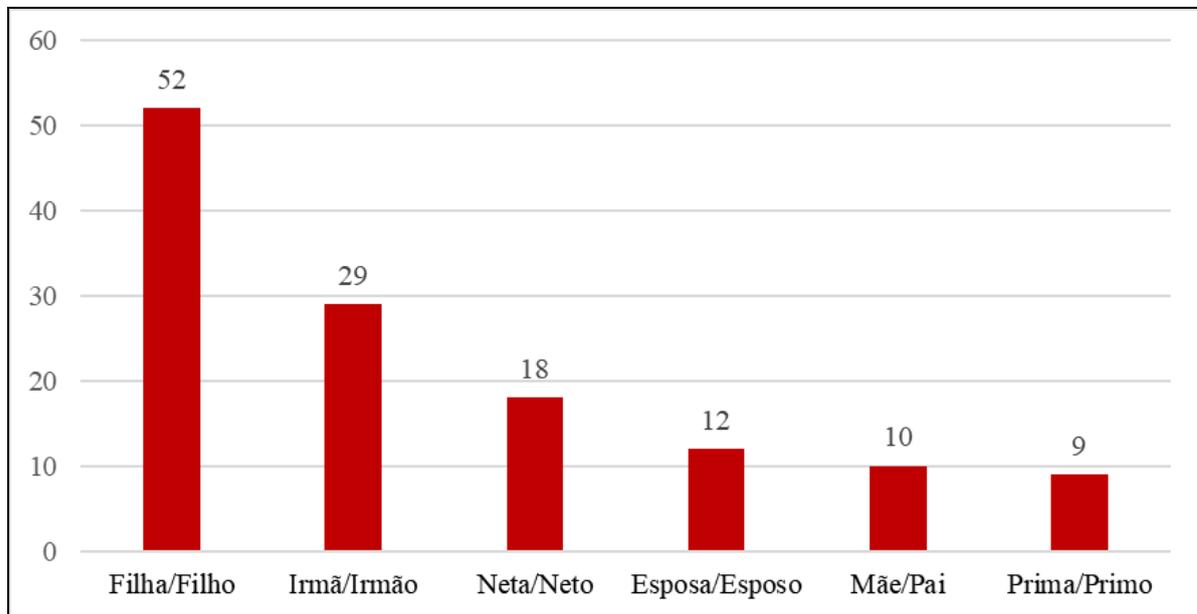


Fonte: DIAP, 2018.

Em termos dos graus de parentesco predominantes, podendo ter sido identificados mais de um por parlamentar, foi possível observar como as relações consanguíneas ainda são as que predominam, evidenciando a “hereditariedade” política que se estende por mais de

cinco séculos nesse país, desde as capitânicas hereditárias e sesmarias, raízes também dos latifúndios brasileiros, tal qual já discorrido no presente estudo.

**Figura 11** – Bancada Ruralista por Graus de Parentesco Predominantes – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



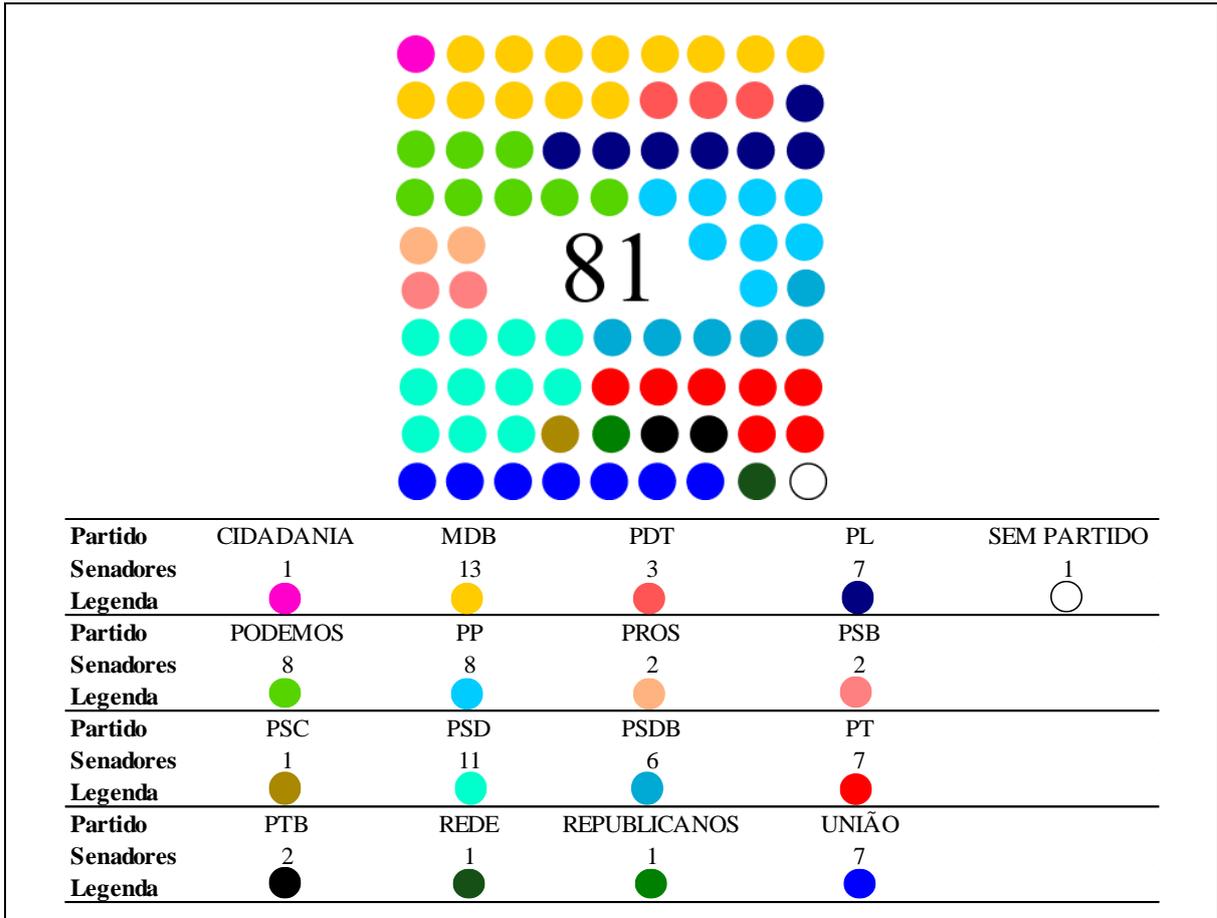
Fonte: DIAP, 2018.

Ainda sobre a “hereditariedade” política, uma passagem do livro de Alceu Castilho evidencia também a atuação “em família” desses parlamentares:

“O deputado Josué Bengtson (PTB-PA) e seu filho Marcos foram denunciados pela promotoria de justiça agrária (da primeira região do estado do Pará) por ameaças de morte contra trabalhadores rurais em Santa Luzia do Pará. Marcos Bengtson foi ainda preso, em 2010, acusado de mandar matar o sem-terra José Valmeristo Soares, em Santa Luzia do Pará.” (CASTILHO, 2012, p.218).

A seguir são apresentadas informações relativas aos senadores membros signatários da Bancada Ruralista. Antes disso, entretanto, é apresentada a distribuição partidária do Senado Federal brasileiro.

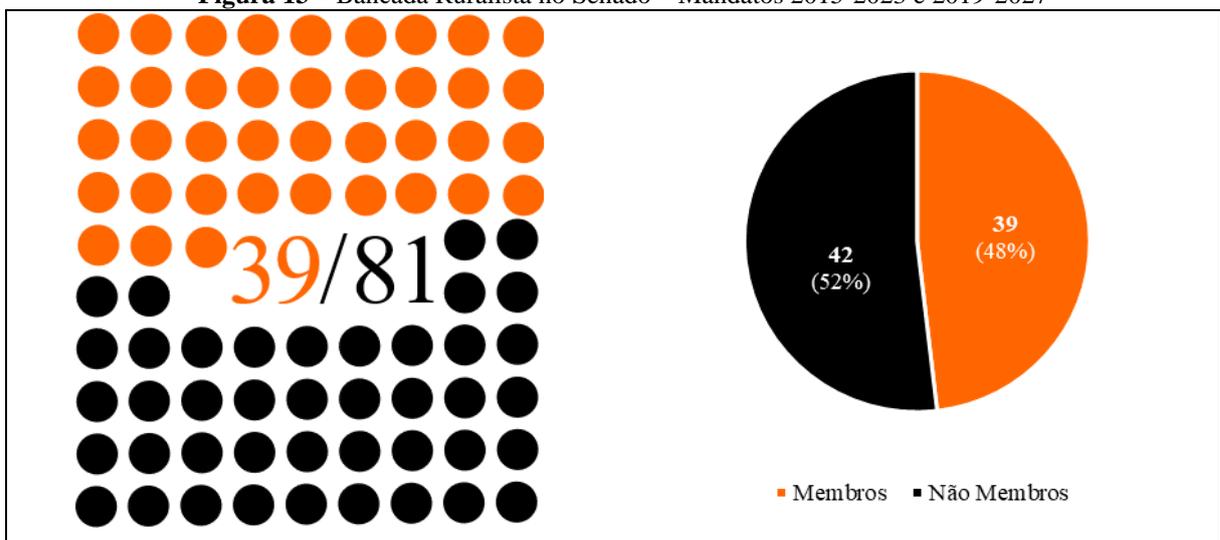
**Figura 12** – Bancadas Partidárias no Senado – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



Fonte: TSE, 2022<sup>22</sup>.

Em termos de senadores, a presença desses também é bastante marcante na Bancada Ruralista, conforme gráficos apresentados na sequência, em que se pode verificar que quase a metade do Senado integra a respectiva Frente Parlamentar.

**Figura 13** – Bancada Ruralista no Senado – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



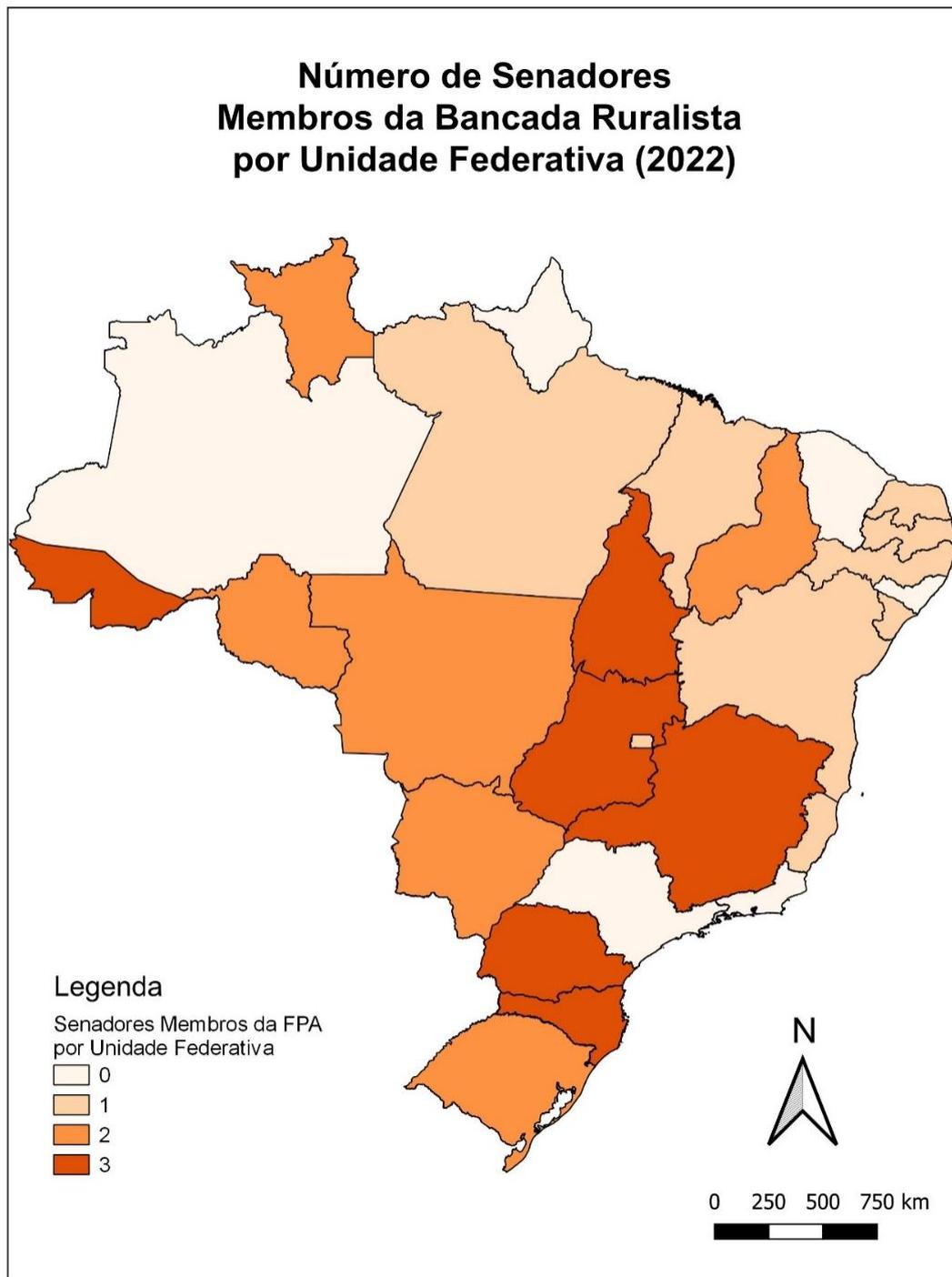
<sup>22</sup> Atualizado em 21/07/2022.

Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: FPA, 2021/TSE, 2022)

A distribuição espacial dos senadores membros da Bancada Ruralista, por Unidade Federativa em que exerceram seu domicílio eleitoral, é representada pela **Figura 11**, evidenciando a espacialização dessa distribuição, de tal modo que as maiores quantidades desses parlamentares são identificadas nos estados do Acre, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, em que todos os 3 senadores de cada um desses estados são membros signatários da Frente Parlamentar. Curiosamente, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam grandes quantidades de deputados federais membros da Bancada Ruralista, não possuem nenhum senador membro.

Como são apenas 3 senadores por unidade federativa, as maiores quantidades absolutas são também as maiores quantidades relativas, de tal forma que a **Figura 12**, que apresenta a proporção de membros por estado, corresponde ao “espelhamento” da **Figura 11**.

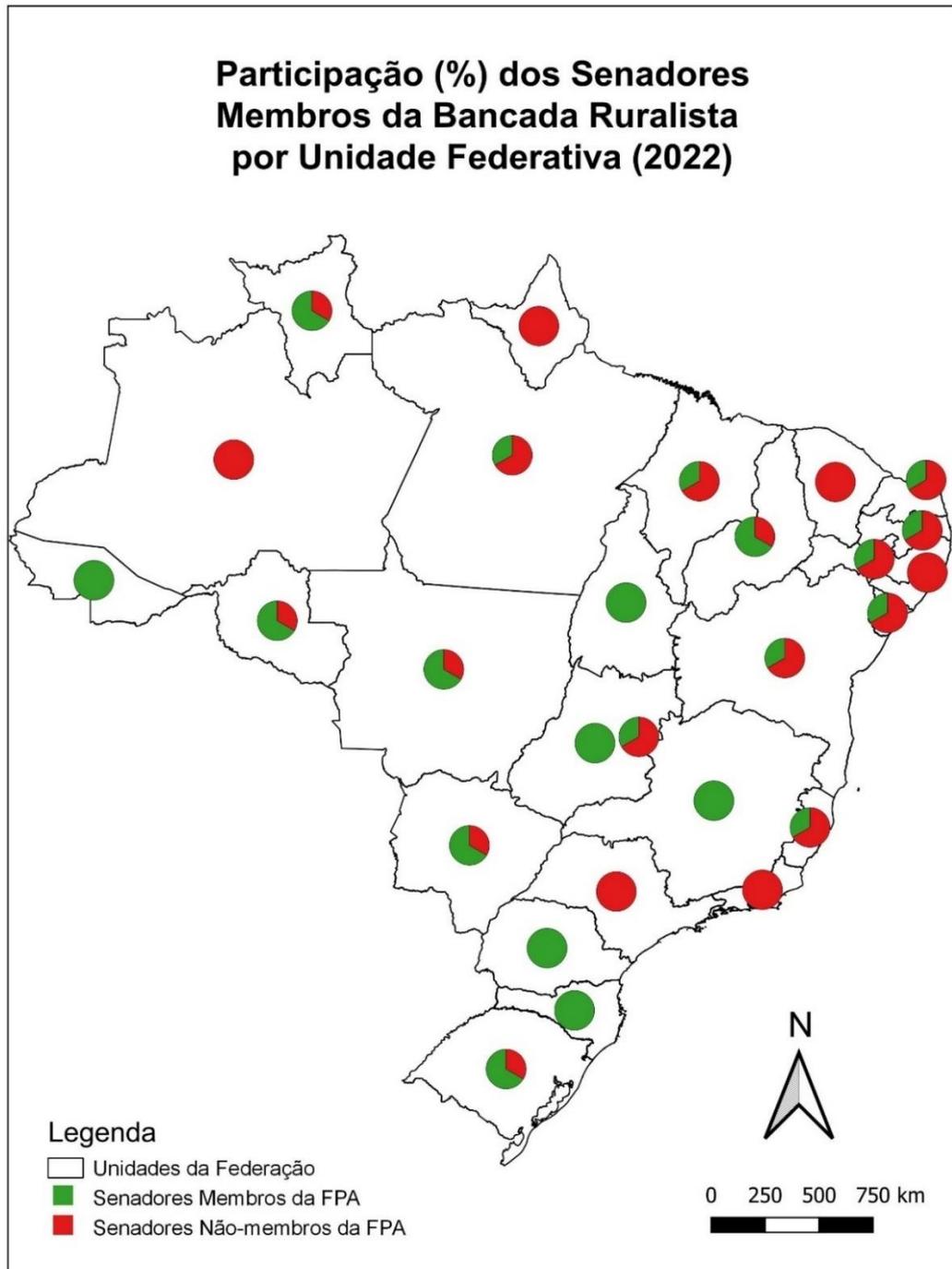
**Figura 14** – Senadores Membros da Bancada Ruralista por UF – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



Fonte: FPA, 2021; TSE, 2022

Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: FPA, 2021/TSE, 2022)

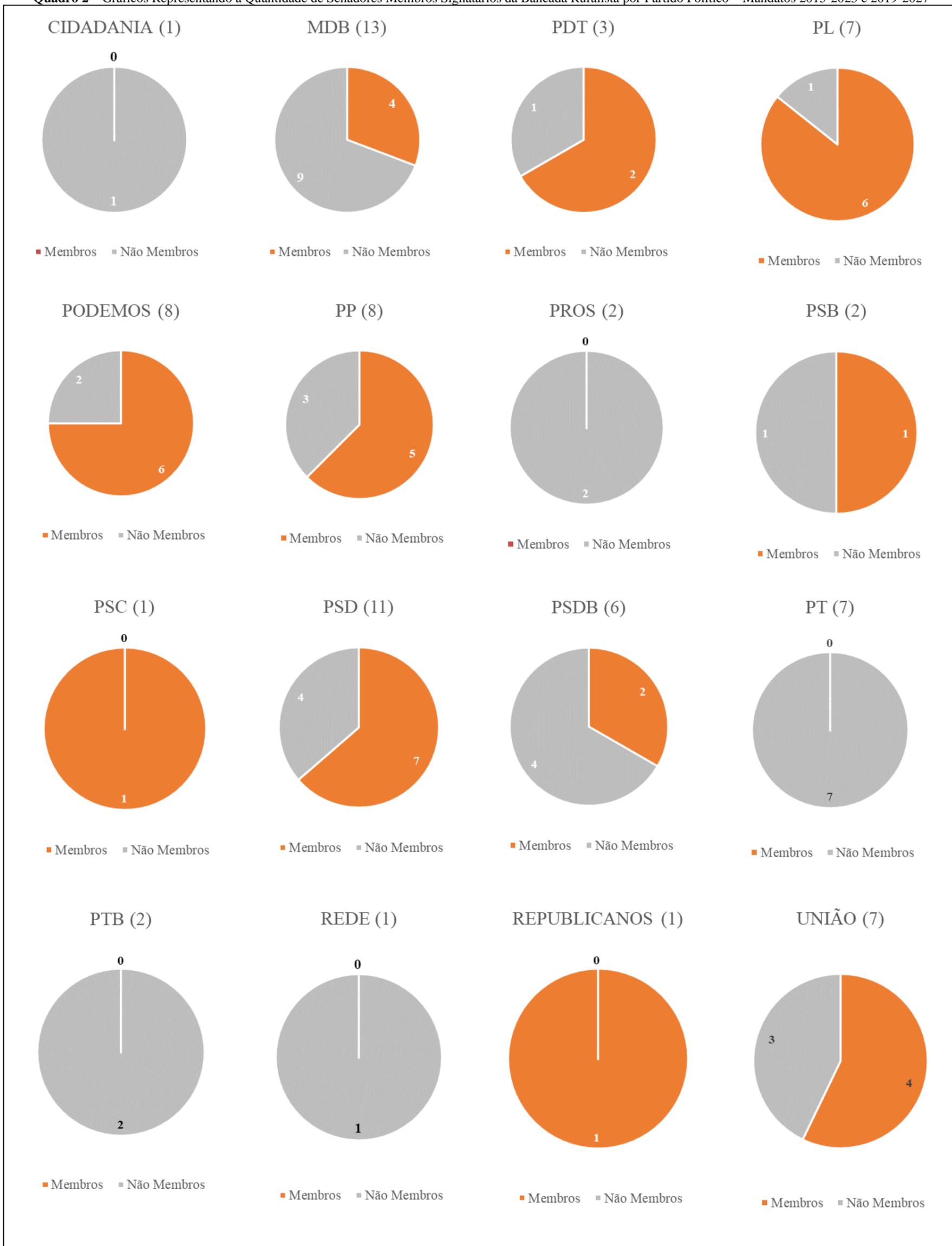
**Figura 15** – Participação (%) dos Senadores Membros da Bancada Ruralista por UF – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



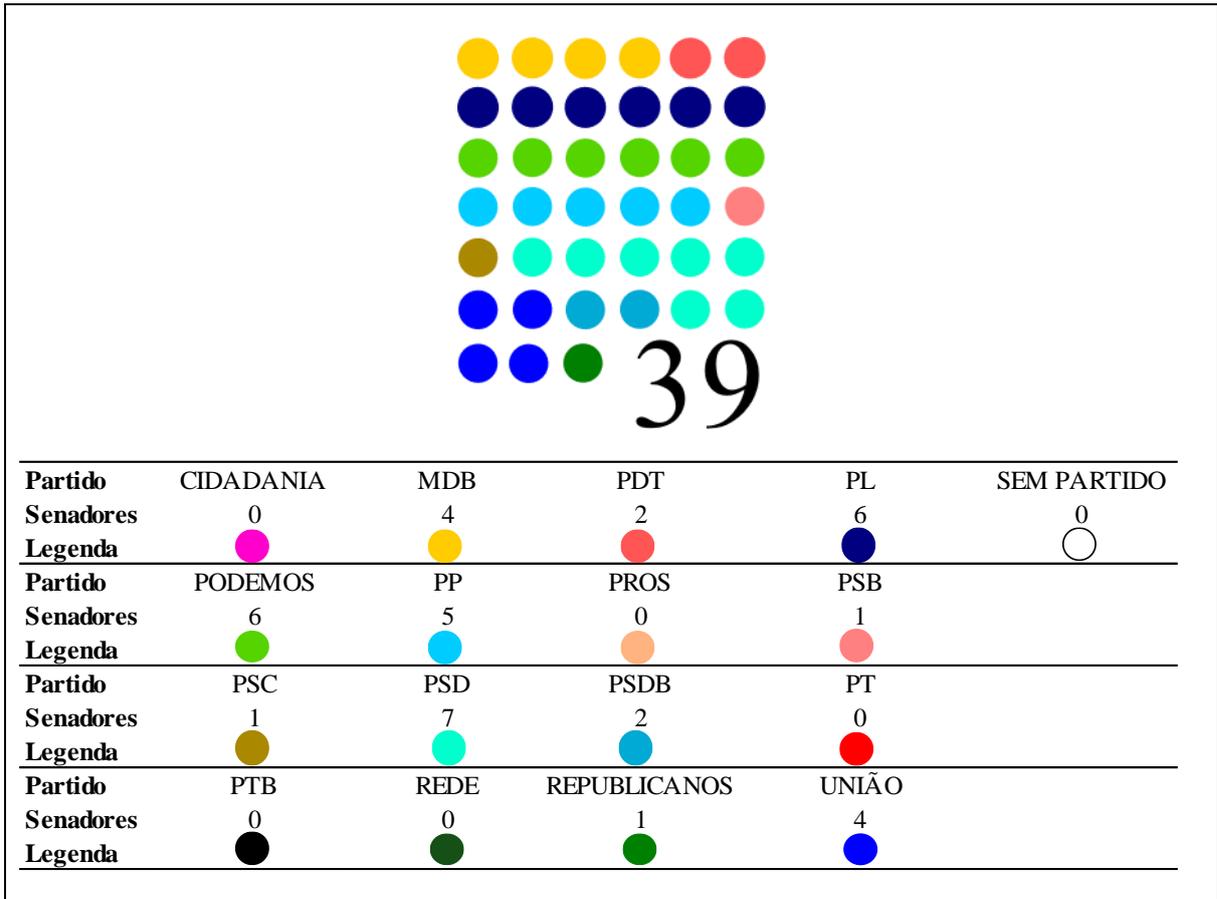
Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: FPA, 2021/TSE, 2022)

No **Quadro 2**, abaixo, são mostradas as proporções de senadores membros da Bancada Ruralista com base em seus respectivos partidos políticos, ficando evidenciada a predominância de membros signatários da FPA nos partidos da base do governo, correspondentes a partidos de direita ou de chamado “Centrão”, assim como já fora observado em relação à Câmara de Deputados. Há de se destacar que o senador Reguffe (DF), que não é membro da Bancada Ruralista, estava sem partido na data do presente levantamento, não tendo sido representado no **Quadro 2**, abaixo.

**Quadro 2** – Gráficos Representando a Quantidade de Senadores Membros Signatários da Bancada Ruralista por Partido Político – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



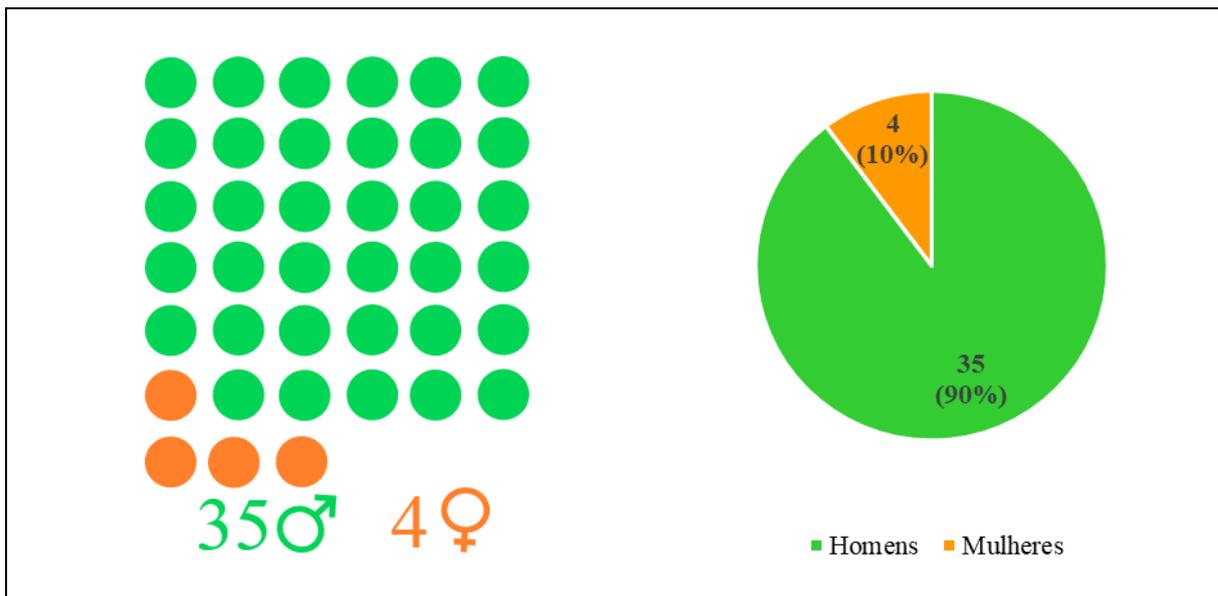
**Figura 16** – Bancadas Partidárias na Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



Fonte: TSE, 2022<sup>23</sup>.

Na **Figura 17**, evidencia-se a predominância de homens na Bancada Ruralista do Senado, correspondendo à mesma proporção observada na Câmara dos Deputados.

**Figura 17** – Bancada Ruralista por Sexo – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



Fonte: TSE, 2022.

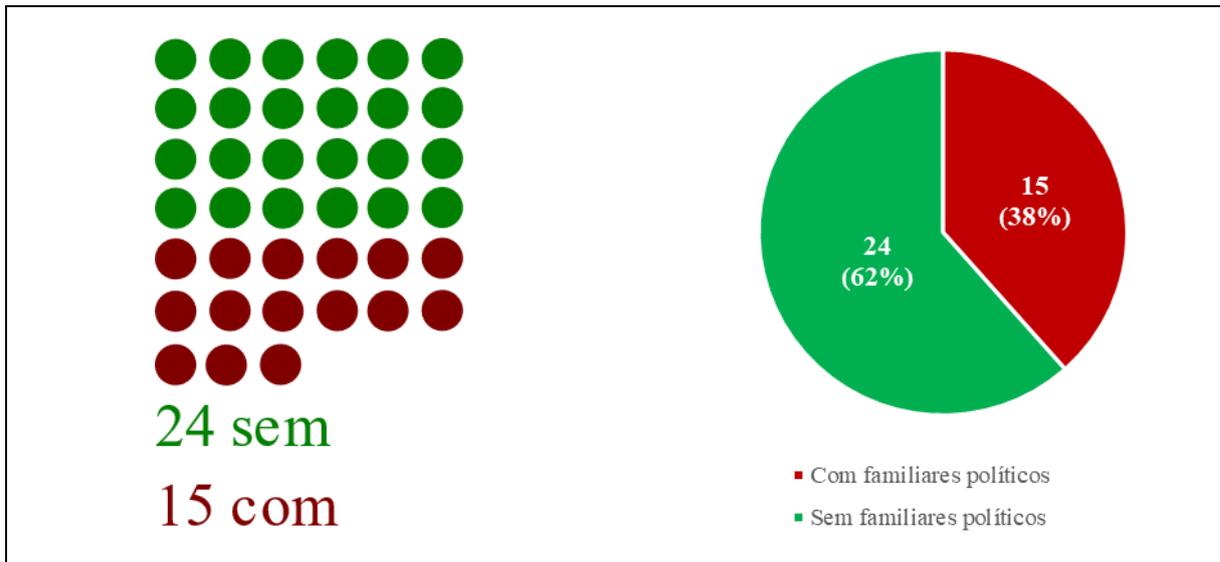
<sup>23</sup> Atualizado em 21/07/2022.

Ainda sobre a falta de mulheres na Bancada Ruralista, observada em todo o Congresso Federal, não se deve exatamente a uma questão ideológica das parlamentares brasileiras, de não se alinharem às pautas ruralistas, mas, principalmente, à falta de representatividade feminina no Congresso e em outras tantas instâncias políticas do Brasil.

Apesar de não ser o objeto do presente estudo, a falta de representatividade feminina no Congresso é alarmante, haja vista os resultados das Eleições Gerais de 2018: “Apesar de serem a maioria da população e dos eleitores, as mulheres têm, atualmente, baixa representação no Congresso: são 15% na Câmara e 13% no Senado (PARLAMENTARES, 2022). Ações afirmativas muitas vezes acabam sendo desvirtuadas, como é o caso das fraudes envolvendo as cotas para mulheres em alguns partidos políticos (MUGNATTO, 2018), mas isso já seria assunto para um outro estudo.

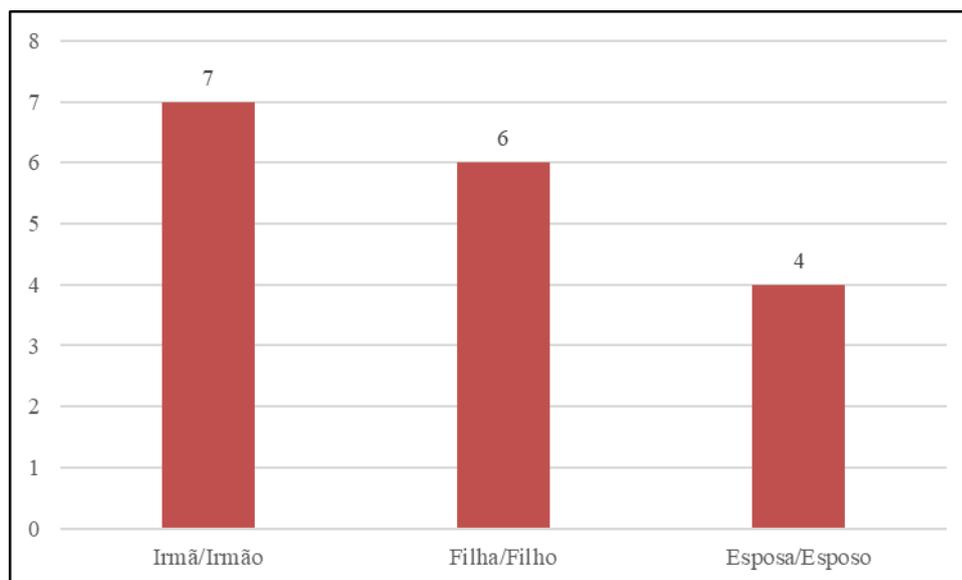
Com relação à existência, ou não, de graus de parentesco com outros políticos, vivos ou não, foi possível identificar que 38% dos senadores membros da Bancada Ruralista possuem algum tipo de parentesco com outros políticos.

**Figura 18** – Bancada Ruralista por “Hereditariedade” – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



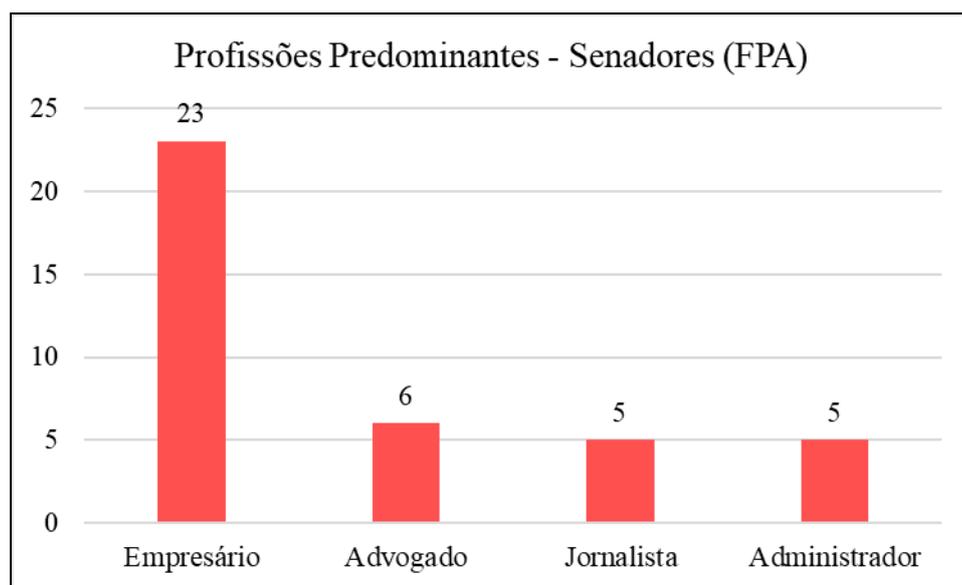
Fonte: DIAP, 2018.

Em termos dos graus de parentesco predominantes, podendo ter sido identificados mais de um por parlamentar, foi possível observar que as relações predominantes são os consanguíneos de fraternidade e paternidade/maternidade, seguido pela de matrimônio.

**Figura 19** – Bancada Ruralista por Graus de Parentesco Predominantes – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027

Fonte: TSE, 2022.

No que se refere às profissões declaradas por cada um dos senadores membros da Bancada Ruralista, podendo ter sido declarada mais de uma profissão por parlamentar, destacaram-se as mesmas profissões predominantes no caso dos deputados federais, como as de empresário e advogado, tal qual pode ser identificado na **Figura 21**, abaixo. Cabe destacar que nenhum deles declarou-se produtor agropecuário, agricultor ou correlatos, o que não descarta alguns dos declarados empresários possuírem negócios agrícolas.

**Figura 20** – Bancada Ruralista por Profissões Predominantes – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027

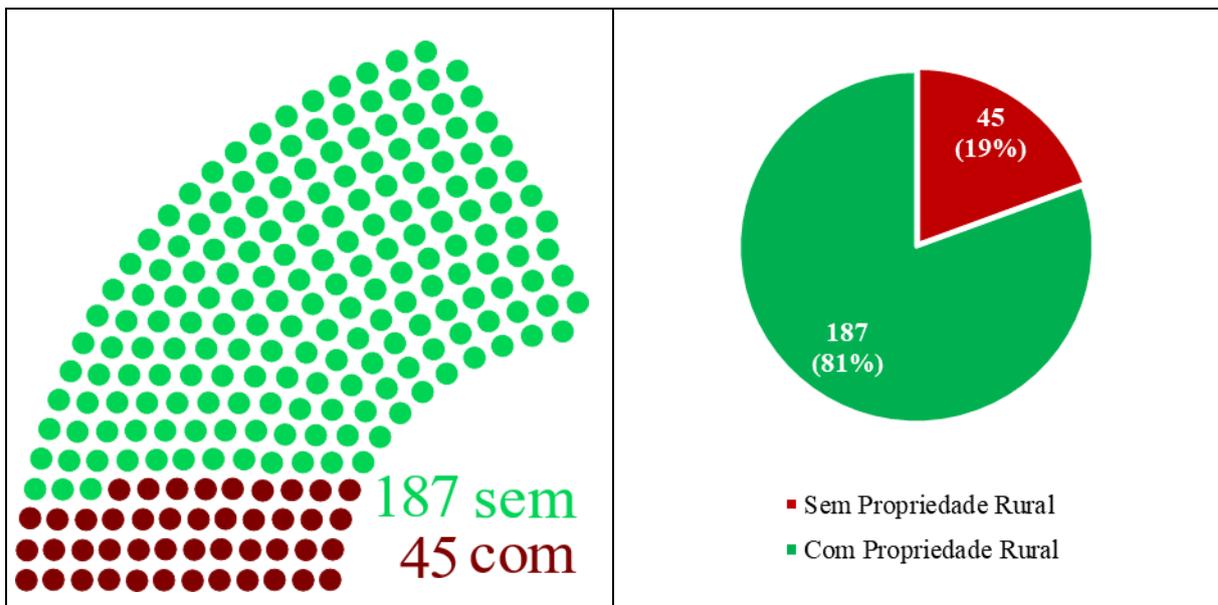
Fonte: DIAP, 2018.

## 5 ONDE ESTÁ?

A partir das informações declaradas pelos parlamentares membros da Bancada Ruralista no TSE, observou-se que nem sempre os locais de seus domicílios eleitorais correspondem aos mesmos locais em que alguns desses parlamentares possuem suas propriedades rurais. Isso pode ser observado na **Tabela 4** e **Figura 22**, para deputados federais e **Tabela 5** e **Figura 23**, para senadores.

Dos 232 membros da Bancada Ruralista na Câmara, 45 deles declararam no TSE propriedades rurais “identificáveis”, ou seja, cerca de 20% indicaram os municípios de localização de suas propriedades rurais.

**Figura 21** – Membros da Bancada Ruralista com Propriedades Rurais – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



Fonte: TSE, 2018.

Outros parlamentares declararam propriedades rurais sem discriminação da área, ou mesmo sem a cidade dessas propriedades. Havia aqueles ainda que sequer declararam suas terras, muito embora declarassem posse de bovinos e maquinários agrícolas – fenômeno esse que Alceu de Castilho chamou de proprietários rurais ‘sem terra’ (sem o hífen, que caracteriza o movimento de camponeses” (CASTILHO, 2012, p.23).

**Tabela 4** – Deputados Federais: Unidade Federativa do Domicílio Eleitoral e Unidade Federativa da Propriedade  
– 56ª Legislatura (2019 – 2023)

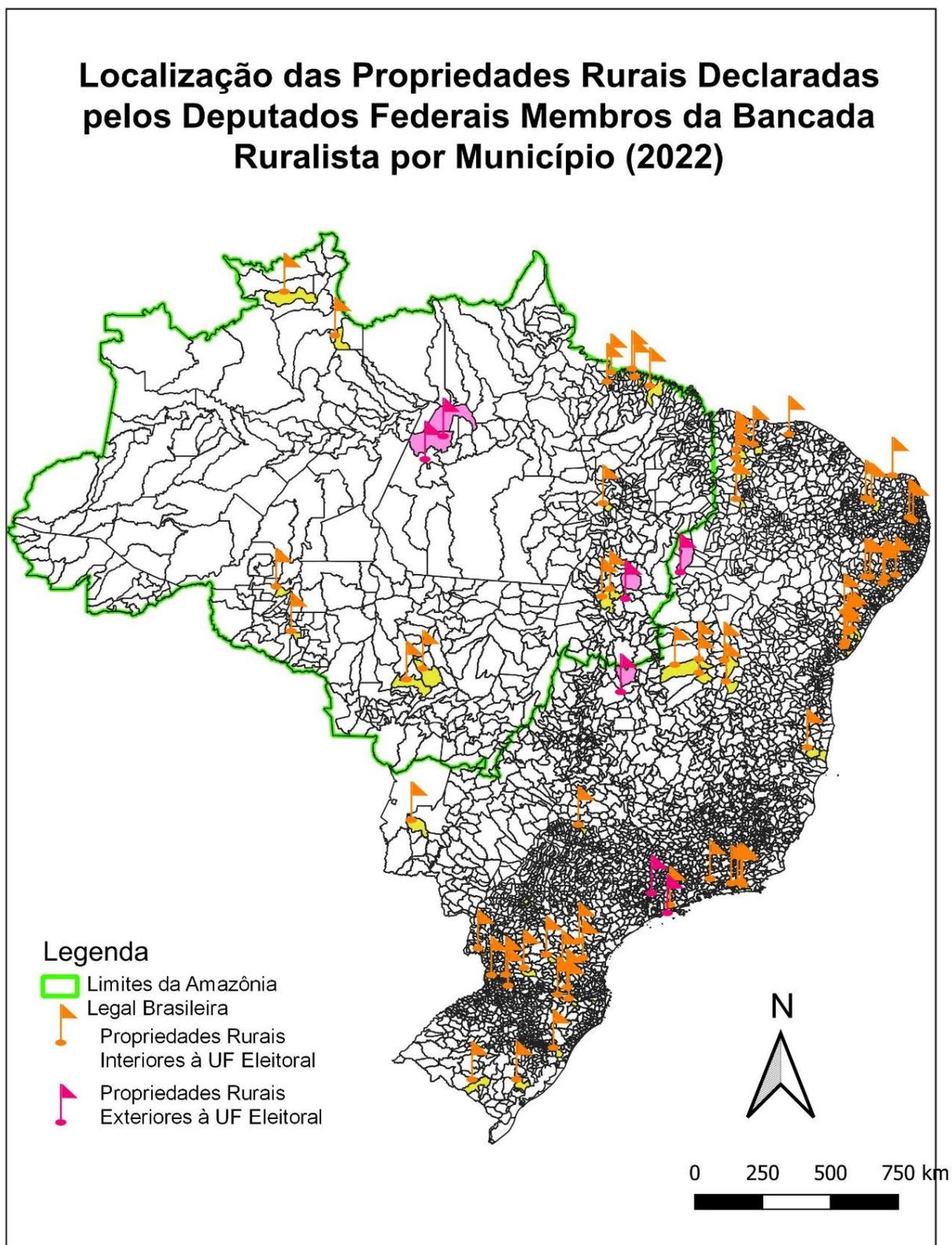
<b>Propriedades Internas ao Domicílio Eleitoral</b>		
<b>UF Eleitoral</b>	<b>Cidade da Propriedade</b>	<b>UF Propriedade</b>
PR	Agudos do Sul	PR
CE	Alcântaras	CE
BA	Amarante	BA
RS	Bagé	RS
PI	Batalha	PI
PA	Benevides	PA
SC	Bocaina do Sul	SC
BA	Bom Jesus da Lapa	BA
RN	Caicó	RN
BA	Camaçari	BA
PR	Campo Magro	PR
PA	Capanema	PA
BA	Coribe	BA
SC	Correia Pinto	SC
BA	Correntina	BA
MT	Diamantino	MT
BA	Entre Rios	BA
BA	Esplanada	BA
PB	Gurinhém	PB
BA	Itamaraju	BA
BA	Itapicuru	BA
BA	Jandaíra	BA
RN	Jardim de Piranhas	RN
AL	Limoeiro de Anádia	AL
PR	Mallet	PR
SC	Maravilha	SC
PR	Maringá	PR
BA	Mata de São João	BA
PI	Miguel Alves	PI
MS	Miranda	MS
RR	Mucajaí	RR
MT	Nova Mutum	MT
SC	Paial	SC
CE	Palestina do Norte	CE
TO	Palmas	TO
BA	Palmas de Monte Alto	BA
SC	Papanduva	SC
AL	Pilar	AL
RJ	Piraí	RJ

**continua**

<b>continuação</b>		
TO	Porto Nacional	TO
SC	Pouso Redondo	SC
BA	Prado	BA
SC	Rancho Queimado	SC
RJ	Rio Bonito	RJ
RO	Santa Luzia do Oeste	RO
BA	Santa Maria da Vitoria	BA
RS	Santo Antonio da Patrulha	RS
RJ	São Gonçalo	RJ
RR	São João da Baliza	RR
PA	São João de Pirabas	PA
RS	São Lourenço do Sul	RS
AL	São Sebastião	AL
RJ	Saquarema	RJ
RJ	Tanguá	RJ
PI	Teresina	PI
RO	Theobroma	RO
PI	União	PI
PA	Vigia	PA
PA	Viseu	PA
TO	Xambioá	TO
<b>Propriedades Externas ao Domicílio Eleitoral</b>		
<b>UF Eleitoral</b>	<b>Cidade da Propriedade</b>	<b>UF</b>
SC	Aveiro	PA
PR	Baixa Grande do Ribeirão	PI
RN	Caçapava	SP
RS	Cavalcante	GO
RJ	Ouro Fino	MG
SC	Rio Sono	TO
SC	Santarém	PA

No caso dos deputados federais, a partir dos dados apresentados na **Tabela 4**, observa-se que nos casos de propriedades rurais exteriores à unidade federativa do domicílio eleitoral, quase todos os parlamentares proprietários são de estados das regiões Sul e Sudeste – com exceção de um potiguar que possui terras em Caçapava/SP – com terras nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

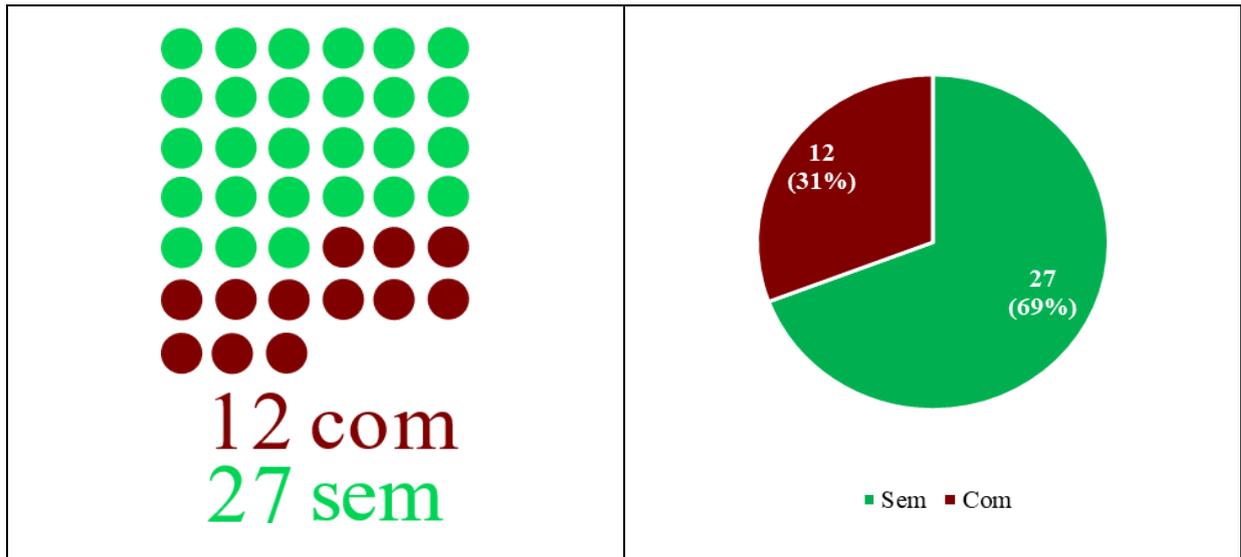
**Figura 22** – Localização das Propriedades Rurais Declaradas pelos Membros da Bancada Ruralista – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: TSE, 2022)

Em termos de senadores, dos 39 parlamentares membros da Bancada Ruralista, 12 deles declararam propriedades rurais, correspondendo a mais de 30% do total de senadores da Bancada Ruralista. Ainda sobre esses, de forma semelhante ao que foi feito para os deputados federais, essas propriedades foram organizadas em interiores ou exteriores à unidade federativa do domicílio eleitor pelo qual esses parlamentares elegeram-se.

**Figura 23** – Membros da Bancada Ruralista com Propriedades Rurais – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



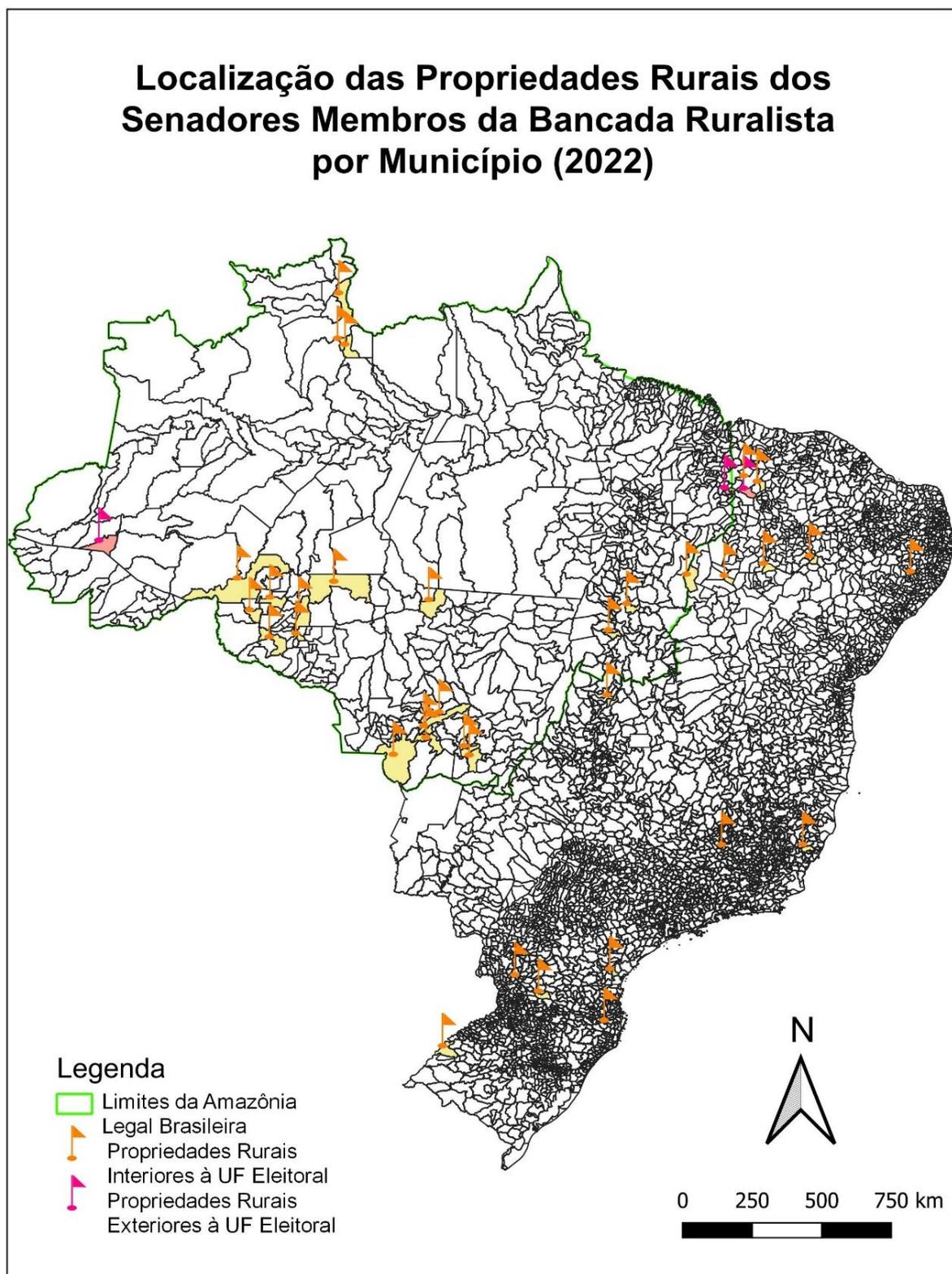
**Tabela 5** – Senadores: Unidade Federativa do Domicílio Eleitoral e Unidade Federativa da Propriedade – 56ª Legislatura (2019 – 2023)

Propriedades Internas à UF do Domicílio Eleitoral		
UF Eleitoral	Cidade da Propriedade	UF Propriedade
TO	Aliança do Tocantins	TO
MT	Alta Floresta	MT
RR	Alto Alegre	RR
RO	Ariquemes	RO
RR	Bonfim	RR
MT	Caceres	MT
GO	Campinorte	GO
RO	Campo Novo	RO
MT	Castanheira	MT
MA	Caxias	MA
MT	Colniza	MT
ES	Domingos Martins	ES
MT	Jangada	MT
RO	Ji-Paraná	RO
PI	João Costa	PI
MT	Juscimeira	MT

**continua**

<b>continuação</b>		
PR	Morretes	PR
MT	Nossa Sra. do Livramento	MT
TO	Palmas	TO
RO	Porto Velho	RO
SC	Rancho Queimado	SC
MT	Rondonópolis	MT
MT	Rosário Oeste	MT
PI	Santa Filomena	PI
PI	Santa Luz	PI
RS	São Borja	RS
PI	São João	PI
RR	São João da Baliza	RR
RR	São Luiz do Anauá	RR
RO	São Miguel do Guaporé	RO
PI	Teresina	PI
TO	São João	TO
<b>Propriedades Externas à UF do Domicílio Eleitoral</b>		
<b>UF Eleitoral</b>	<b>Cidade da Propriedade</b>	<b>UF Propriedade</b>
RO	Envira	AM
PI	Eugênio de Barros	MA
PI	Matões	MA

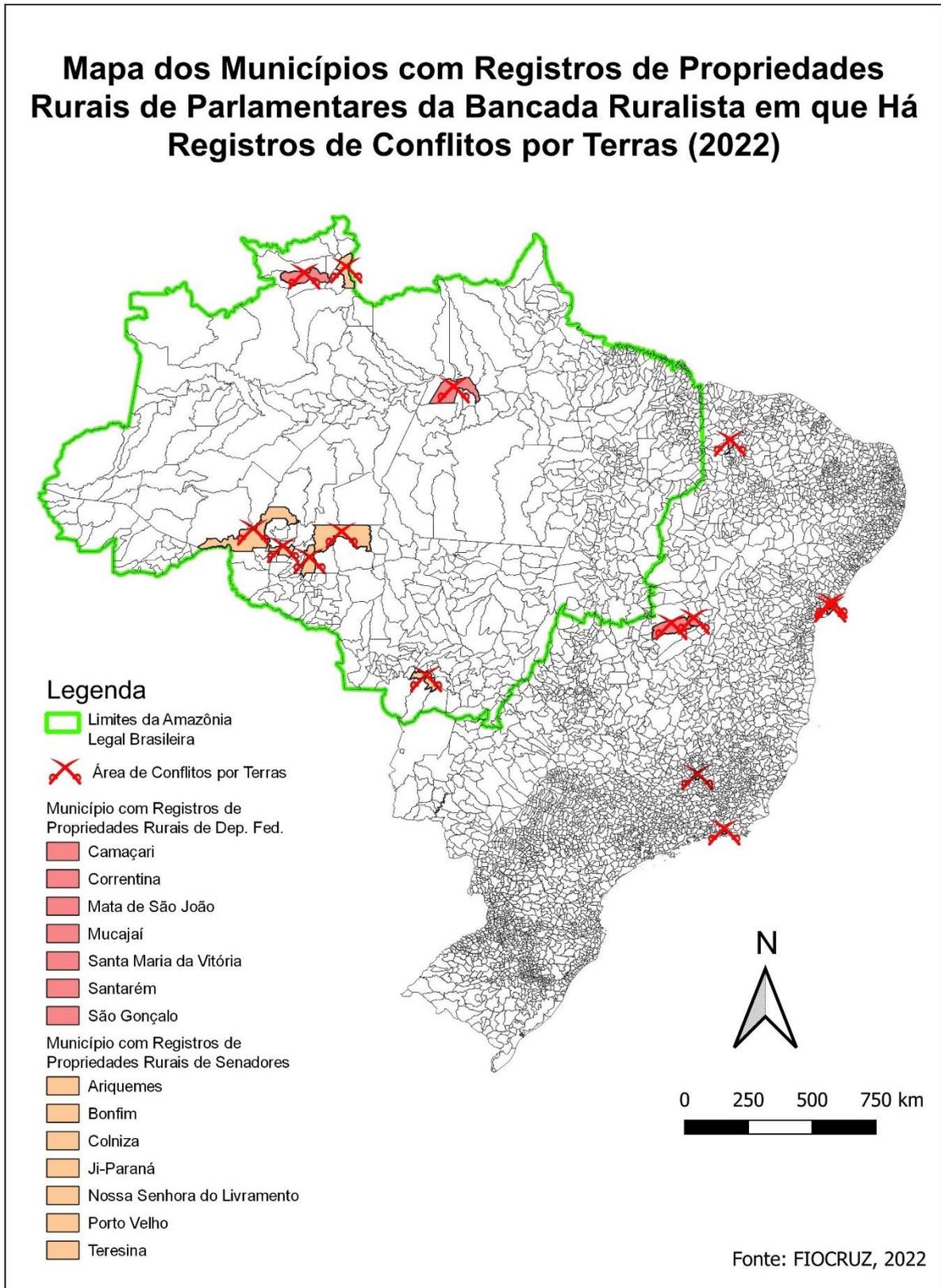
**Figura 24** – Localização das Propriedades Rurais Declaradas pelos Membros da Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



Fonte: AUTOR, 2022 (Dados: TSE, 2022)

As localizações das propriedades rurais identificadas foram cruzadas com as informações do Mapa de Conflitos (LEROY et al, 2013) – que apresenta cidades em que há registros de conflitos agrários – possibilitando a elaboração da **Figura 25**, apresentada na sequência, de tal forma que 7 dos 67 municípios em que há propriedades rurais de deputados federais membros da Bancada Ruralista registraram conflitos agrários, enquanto no caso dos senadores, foram 7 dos 35 municípios com propriedades rurais identificadas que apresentaram registros de conflitos agrários.

**Figura 25** – Localização das Propriedades Rurais Declaradas pelos Membros da Bancada Ruralista – Senadores – Mandatos 2015-2023 e 2019-2027



## 6 COMO ATUA?

Avaliar a atuação dos parlamentares é tarefa extremamente dispendiosa, por si só. Filtrar as propostas e votações relacionadas às pautas rurais – que geralmente estão na contramão das pautas ambientais – é tarefa ainda mais exigente. Entretanto, tendo em vista que observatórios de imprensa dedicam-se a tal atividade, utilizou-se, portanto, essas fontes secundárias, ou seja, os dados selecionados pelas equipes do Repórter Brasil, referentes aos Deputados Federais, com base na publicação Ruralômetro 2022, cuja metodologia utilizada pela equipe segue descrita abaixo, assim como pela equipe do Congresso em Foco, na publicação Radar, cuja metodologia será discutida mais adiante.

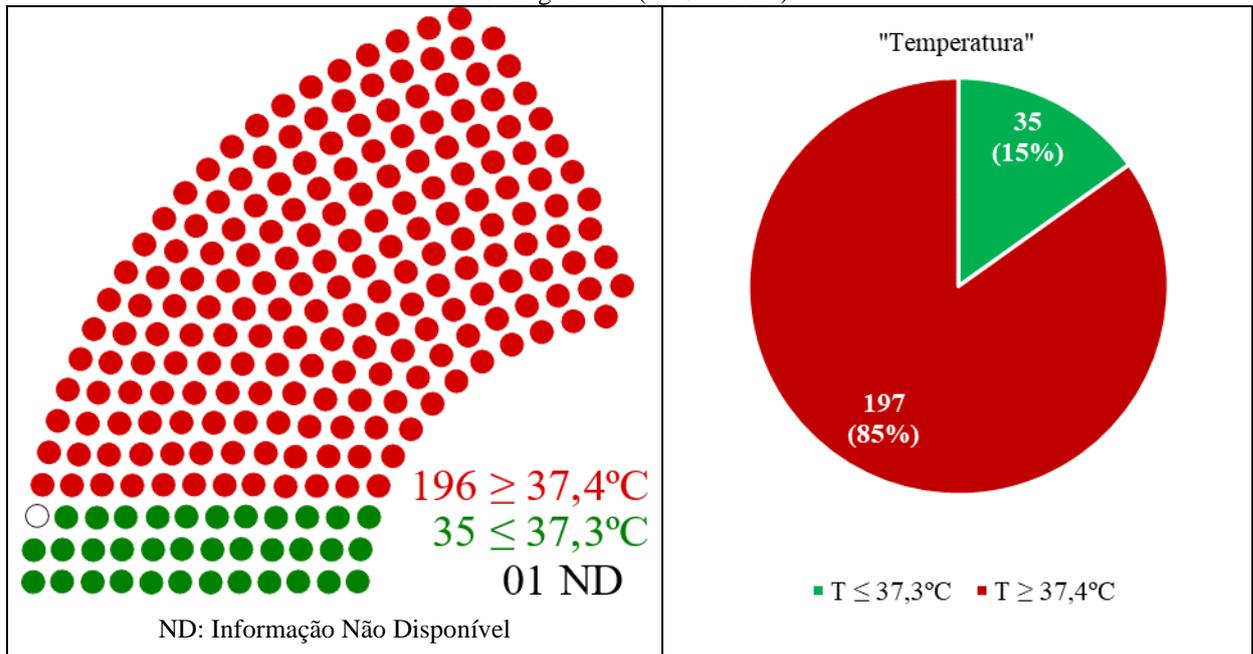
“A pontuação dos deputados segue dois critérios: como votaram e quais projetos de lei apresentaram nesta legislatura. Organizações do setor socioambiental avaliaram esses projetos e votações, indicando se seu impacto era negativo ou positivo para o meio ambiente e povos do campo. Após o cálculo das notas, os parlamentares são comparados uns com os outros.

Quanto pior o impacto dos projetos que o(a) deputado(a) votou ou propôs, mais alta é sua temperatura. Além desta avaliação da atividade legislativa, o gráfico também informa quais deputados têm multas ambientais ou trabalhistas, são donos de empresas rurais ou fazem parte da bancada ruralista. Os filtros revelam ainda quem recebeu financiamento de infratores na campanha de 2018.” (RURALÔMETRO, 2022).

Desse modo, uma das formas de se avaliar a atuação dos deputados federais é observar a “temperatura” do Ruralômetro de cada um deles, calculada pela equipe do Repórter Brasil, de forma que “a escala varia entre 36°C e 42°C. A temperatura de 37,3°C é considerada neutra. Valores menores que esse, indicam os parlamentares que tiveram uma atuação dentro da Câmara considerada favorável na temática socioambiental. Acima dessa temperatura, o desempenho foi desfavorável.” (RURALÔMETRO, 2022). Essas informações podem ser observadas na **Figura 26**, a seguir.

Dessa forma, observa-se que 85% dos deputados federais (196) membros da Bancada Ruralista apresentaram posicionamento desfavorável às pautas socioambientais, durante suas atividades parlamentares. Isso enaltece a afirmação feita previamente de que as pautas do agronegócio estão na contramão das pautas ambientais.

**Figura 26** – Bancada Ruralista por Temperatura no Ruralômetro – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)

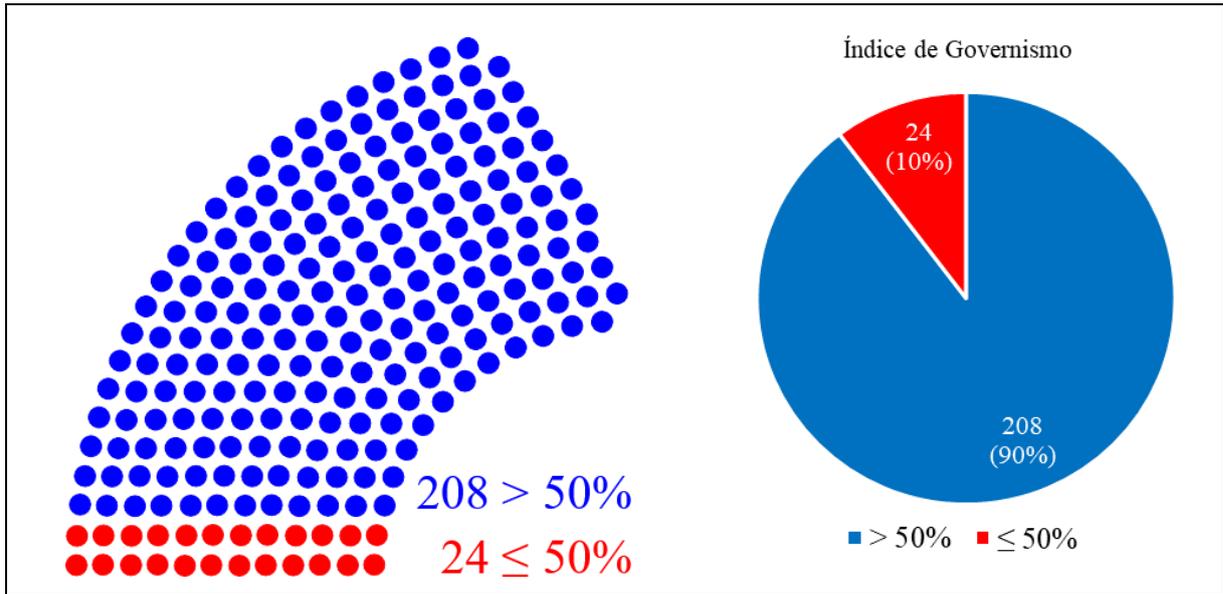


Fonte: RURALÔMETRO, 2022.

Outra forma de avaliação da atuação dos parlamentares, conforme já mencionado, é a avaliação do Índice de Governismo de cada um dos deputados federais e senadores, conforme informações apresentadas nas **Figura 27** e **Figura 28**, na sequência. Com dados organizados pela equipe do Congresso em Foco, foi elaborado a partir da seguinte metodologia:

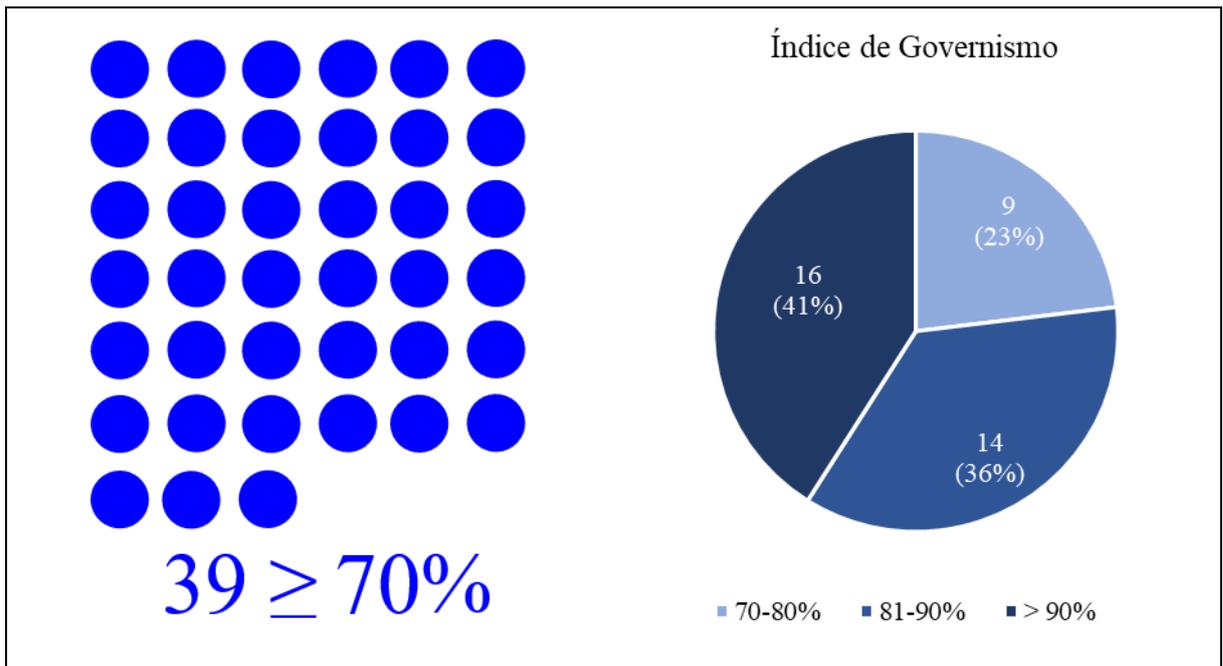
“O índice [de governismo] é calculado a partir das votações do parlamentar que seguiram ou não a orientação do líder do governo. Votos iguais à orientação (sim ou não) aumentam o índice; qualquer opção diferente da orientação (seja sim, não, abstenção ou falta), diminuem o índice de governismo.” (RADAR, 2022, adaptado).

**Figura 27** – Bancada Ruralista por Índice de Governismo – Deputados Federais – 56ª Legislatura (2019 – 2023)



Fonte: RADAR, 2022.

**Figura 28** – Bancada Ruralista por Índice de Governismo – Senadores – Mandato 2015-2023 e 2019-2027



Fonte: RADAR, 2022.

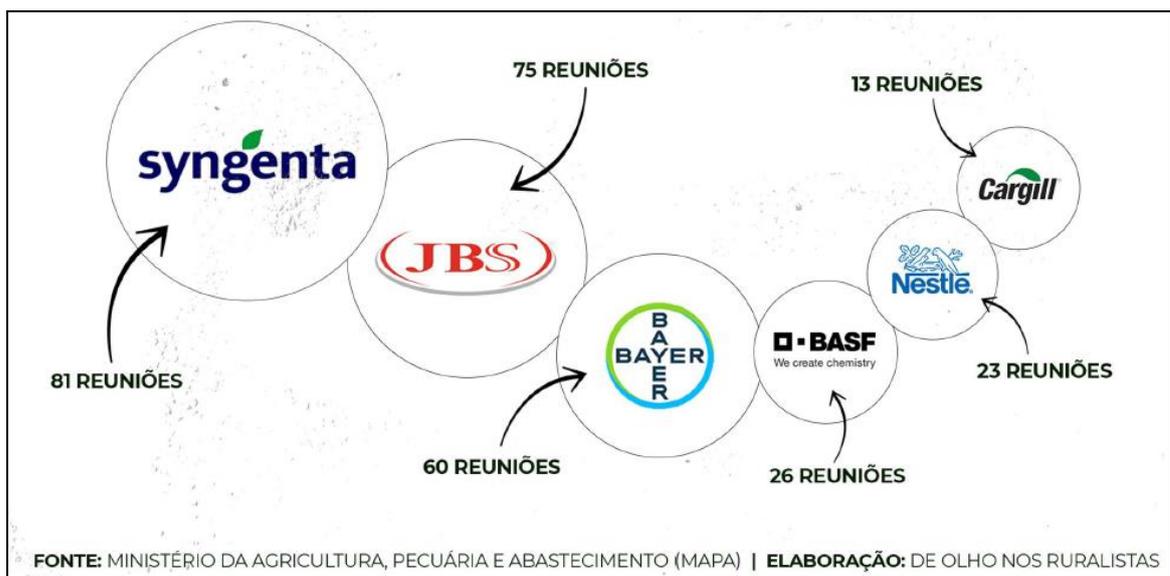
Estar alinhado ao governo, nesse caso, significa uma espécie de troca de apoio, para que as pautas de interesse do governo e da Bancada Ruralista, mencionadas no capítulo “O Que (defende)?”, e descritas pelo jornalista Alceu Castilho – correspondente à aprovação dos seguintes Projetos de Lei (PL): PL do Veneno; PL do (Não) Licenciamento Ambiental; PL do Marco Temporal; PLS da Fiscalização Ambiental e Reflorestamento; PL da Mineração em Terras Indígenas; PL da Política Nacional sobre Mudanças do Clima; PL do Mercado de Carbono; PL do Autocontrole na Produção de Alimentos; e PL da Grilagem – tramitem e sejam aprovadas.

Mas talvez não seja a atuação direta, no Plenário, a mais relevante para tais parlamentares. Existem bastidores, de modo que a atuação no plenário seria apenas a etapa final do processo, que se inicia ainda durante a corrida eleitoral, em que empresas e empresários financiam campanhas de partidos e de políticos, objetivando um “bom relacionamento” futuro, caso sejam eleitos.

Conforme divulgado pelo Dossiê “Os Financiadores da Boiada – Como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental”, “O Instituto Pensar Agro (IPA) é um *think tank* que assessora a FPA e a conecta com o setor privado. Produz minutas e relatórios para os Projetos de Lei antiambientais submetidos por políticos do FPA (...)” (CASTILHO, 2022, p.4), de modo que “As multinacionais são as líderes ocultas por trás do *lobby* do agronegócio: JBS, Basf, Cargill, Bayer, Syngenta, Nestlé, Bunge e LDC são afiliadas a múltiplas associações, onde ocupam cargos executivos e de liderança” (CASTILHO, 2022, p.4).

“Durante o governo de Jair Bolsonaro, executivos do IPA e políticos da FPA se reuniram pelo menos 160 vezes com servidores do Ministério da Agricultura, incluindo 20 audiências com a ministra Tereza Cristina, ex-presidente da FPA.” (CASTILHO, 2022, p.4), assim como mostrado na **Figura 29**, abaixo. Esse mesmo Bolsonaro, durante reunião de 04 de julho de 2019, “fez questão de frisar a aliança explícita com o setor: ‘Esse governo é de vocês’”. (CASTILHO, 2022, p.10).

**Figura 29** – Reuniões com o Ministério da Agricultura (2019-2021)



Fonte: CASTILHO, 2022

“Ocorre que, desde 2018, com o fim do financiamento de campanhas políticas por empresas privadas, essas relações de poder e influência tornaram-se muito mais subjetivas. Afinal, não é ilegal que um agente público se reúna e ouça as demandas do setor privado. A diferença está, principalmente, na facilidade com que estas empresas têm acesso ao alto escalão do Executivo, enquanto movimentos sociais – em especial os do campo – dificilmente são ouvidos.” (CASTILHO, 2022, p.22).

Um exemplo mais “didático” dessa atuação é o caso a seguir: “A suíça Syngenta, comprada em 2016 pela ChemChina, manteve relações comerciais com o deputado Luiz Nishimori (PL-PR), relator do PL do veneno, cujo parecer favorável ao projeto flexibiliza leis sobre agrotóxicos foi aprovado em fevereiro de 2022 na Câmara” (CASTILHO, 2022, p.4). Coincidentemente (ou não), o “deputado federal Luiz Nishimori (...) assinou em dezembro de 2020 um acordo para encerrar amigavelmente uma dívida de R\$1,5 milhão que sua empresa, a Mariagro Agrícola, mantinha com a multinacional [ChemChina].” (CASTILHO, 2022, p.14).

## 7 POR QUE(M) ATUA?

A partir dos dados e informações levantados no presente estudo, inferiram-se algumas hipóteses para justificar o interesse dos parlamentares em integrar a Bancada Ruralista, como, por exemplo: ser um produtor agropecuário, ou mesmo parente de algum, representando seus próprios interesses ou de seus familiares; não ser um produtor agrícola, mas, possuir, dentre os financiadores de sua campanha eleitoral, empresas ou empresários do setor agropecuário; não ser produtor agrícola, não ter sua candidatura financiada por empresas ou empresários do setor agropecuário, mas ter de cumprir ordens do partido para tornar-se membro e votar conforme as pautas da Frente Parlamentar; não ser empresário ou proprietário rural, nem ser financiado por empresas ou empresários do setor, nem ser pressionado pelo partido, mas estar em busca de mais visibilidade e poder, ao integrar uma das frentes parlamentares que mais exerce influência sobre o Estado, haja vista a quantidade de pautas do interesse desse grupo submetidas a votação no congresso brasileiro.

Assim como já fora mencionado neste estudo, o Instituto Pensar Agro é quem faz a interface entre o mercado e a Bancada Ruralista, de tal modo que “é mantido por 48 associações do agronegócio, que contribuem com um valor mensal para apoiar as despesas de *lobby*.” (CASTILHO, 2022, p.3).

“Essas associações reúnem mais de mil empresas e 69 mil produtores rurais de diferentes setores, como soja, milho, algodão, cana, frigoríficos, papel e celulose, citricultura, laticínios, cervejarias, agrotóxicos, sementes transgênicas, biocombustíveis, além do setor financeiro.” (CASTILHO, 2022, p.3).

As principais associações mantenedoras do IPA, por setor, são apresentadas na **Figura 30**, a seguir, elaborada pela equipe “De Olho nos Ruralistas”.

“Sob a gestão de Tereza Cristina, lobistas do IPA tornaram-se presença constante no Ministério [da Agricultura]. (...) pelo menos 160 reuniões (...). Nesse mesmo período, movimentos sociais do campo foram recebidos em apenas duas oportunidades.” ((CASTILHO, 2022, p.9). “Entre 2019 e 2020, grandes investidores globais aportaram mais de US\$ 27 bilhões em empresas associadas ao Instituto Pensar Agro.” (CASTILHO, 2022, p.18). Desse modo, “Deve considerar que o papel das multinacionais do agronegócio vai muito além do *lobby*: são elas próprias as financiadoras da boiada.” (CASTILHO, 2022, p.23).

**Figura 30** – Associações Mantenedoras do Instituto Pensar Agro por Setor



Fonte: CASTILHO, 2022

Apresentada a situação acima descrita, é possível observar a origem de parte (significativa) do capital que financia a Bancada Ruralista, por intermédio do IPA. Agora, serão reproduzidos os dados compilados das **Tabelas 2 e 3**, que correlacionam os parlamentares a propriedades rurais e/ou empresas ligadas ao setor agropecuário. Isso corresponde à primeira hipótese de vínculo à FPA: a representação de interesses próprios e/ou de seus familiares.

Conforme já apresentado neste estudo, são 45 dos 232 deputados federais membros da Bancada Ruralista, os proprietários de imóveis rurais, totalizando cerca de 20% desses membros. Já quanto a empresas, são 22 os deputados federais membros da Bancada Ruralista sócios de empresas ligadas ao setor agropecuário, correspondendo a 29 empresas do setor, e totalizando cerca de 10% dos deputados membros da Bancada Ruralista os empresários rurais (RURALÔMETRO, 2022).

Mas, existem ainda aqueles que não estão contidos em nenhum desses dois grupos supracitados (proprietários e empresários rurais), mas que ainda assim tornaram-se membros signatários da FPA, dando volume à Bancada Ruralista. Parte dele, possivelmente apresentam candidaturas financiadas pelo capital rural. Entretanto, a rastreabilidade dessa hipótese é inacessível, tendo em vista as mudanças na legislação eleitoral, desde 2018, em que “com o

fim do financiamento de campanhas políticas por empresas privadas, essas relações de poder e influência tornaram-se muito mais subjetivas.” (CASTILHO, 2022, p.22). Com isso, o financiamento robusto perdeu a sua rastreabilidade. Apesar disso, de acordo com as informações levantadas, foi possível identificar que 40 deputados federais membros da Bancada Ruralista receberam doações de pessoas ou empresas com infrações ambientais, o que corresponde a pouco menos de 20% do total de deputados membros da FPA (RURALÔMETRO, 2022).

A outra parte dos parlamentares membros da FPA possivelmente tenha a sua associação à Bancada Ruralista condicionada pelo partido, ou mesmo buscando uma maior visibilidade para o setor agropecuário e, mesmo para a sociedade, pois:

“A sociedade do espetáculo e a criação de mitos do agronegócio estão mais presentes do que nunca, desde a criação dessa campanha [“Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”], com seu *slogan* repetido exaustivamente, inúmeras vezes ao dia, a milhões de brasileiros nos intervalos comerciais da emissora, notadamente em seus horários considerados nobres, ou seja, os de maior audiência.” (ELIAS, 2021, p.7).

Ou ainda pela possibilidade de que a integração à Bancada Ruralista seja vista como uma forma de manifestação de força e de poder, pois “(...) o Estado é submisso aos agentes hegemônicos do agronegócio, e isso reforçou o patrimonialismo que historicamente caracteriza a sociedade brasileira e, no caso presente, a relação intrínseca entre poder econômico do agronegócio e poder político.” (ELIAS, 2021, p.8).

O mesmo pode ser inferido no caso dos senadores, apesar das informações relativas à posse de empresas rurais não ter sido elaborada pelo Ruralômetro, mas as informações referentes à posse de propriedades rurais, já mencionada, indicar a presença de 12 dos 39 senadores membros da Bancada Ruralista, totalizando mais de 30% desses senadores como sendo proprietários rurais.

Cabe lembrar que tanto empresas quanto propriedades indicadas no Tribunal Superior Eleitoral são autodeclaradas, de modo que não existe um controle ferrenho sobre isso, de modo que não é incomum que alguns parlamentares se “esqueçam” de comunicar as suas posses ao TSE.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente trabalho, a principal consideração que se faz a respeito deste estudo é a de que ele representa um dos inúmeros recortes possíveis para se analisar a atuação e distribuição espacial da Bancada Ruralista. Além disso, esse se mostrou um tema bastante complexo e, praticamente, inesgotável, tendo em vista, por exemplo, a alta rotatividade dos parlamentares na respectiva frente parlamentar, dificultando as análises históricas e temporais.

Em relação às perguntas norteadoras do presente estudo, foi possível respondê-las de modo satisfatório, muito embora algumas das respostas não sejam exaustivas, mas exemplificativas, ou sob a ótica do recorte temático proposto, priorizando a espacialização do fenômeno da Bancada Ruralista. Na sequência, serão tangenciadas cada uma das respostas apresentadas, visando sintetizar as análises e observações feitas ao longo deste estudo.

**Quando surgiu?** O surgimento da atual Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) deu-se apenas no ano de 2008 (HISTÓRIA, 2019), muito embora “A organização das elites agrárias em torno de agências de representação dos interesses de classe se deu frente ao processo de industrialização na virada do século XX (...)” (COSTA, 2012, p.30). Mas esse processo ganhou força e volume ao final da Ditadura Militar, com o surgimento de “movimentos embrionários” da Bancada Ruralista, que foram oficializados com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (COSTA, 2012; FERNANDES, 2018).

**O que defende?** As pautas defendidas pela Bancada Ruralista são todas ligadas ao agronegócio, de modo que – geralmente – estão na contramão das pautas ambientais, conforme mostrado neste trabalho, a exemplo dos Projetos de Lei em tramitação na Câmara ou no Senado: PL do Veneno; PL do (Não-)Licenciamento Ambiental; PL do Marco Temporal; PLS da Fiscalização Ambiental e Reflorestamento; PL da Mineração em Terras Indígenas; PL da Política Nacional sobre Mudanças do Clima; PL do Mercado de Carbono; PL do Autocontrole na Produção de Alimentos; e PL da Grilagem (CASTILHO, 2022).

**Quem compõe?** Dos membros signatários da Frente Parlamentar Agropecuária, até julho de 2022, organizavam-se em 232 deputados federais e 39 senadores, cujas informações foram organizadas por Casas do Congresso Nacional.

**Câmara Federal:** 90% dos membros signatários da Bancada Ruralista se declararam homens, uma questão de falta de representatividade feminina comum na política brasileira; em números absolutos, as maiores quantidades de membros da Bancada Ruralista estão em unidades federativas com graus de urbanização superiores a 70%, chegando a 96,7%, mostrando certa contradição entre a defesa das pautas rurais e os problemas majoritariamente

urbanos nesses estados (IBGE, 2010); em números proporcionais, as regiões do Brasil que mais apresentam membros signatários na 56ª Legislatura são: Sul, Centro-Oeste e Norte, cabendo reiterar o perfil ruralista dos sulistas, e a ocupação histórica desses em direção às regiões Centro-Oeste e Norte (Amazônia Legal); em termos partidários, predominam parlamentares filiados ao partido do então presidente da República (PL – 43), seguido por partidos da base governista (PP – 39; PSD – 20 e REP – 19) e outros partidos do “Centrão” (UNIÃO – 23 e MDB – 22); quanto aos mandatos, observou-se que mais da metade dos deputados membros da Bancada Ruralista não são estreantes na Câmara, mostrando a repetição de legislaturas, e a perpetuação do poder, uma vez alcançado; das profissões e ocupações, predominam os empresários, correspondentes a pouco menos da metade (44%), seguidos pelos advogados (21%), mas cabendo mencionar que mais de uma profissão pode ter sido indicada e contabilizada por parlamentar; em termos da “hereditariedade” parlamentar, dentre os deputados federais membros da Bancada Ruralista, 41% deles apresentam parentes políticos, predominando os vínculos paternos (52 deputados), seguidos pelos fraternais (29 deputados).

**Senado Federal:** assim como na Câmara Federal, 90% dos senadores membros signatários da Bancada Ruralista se declararam homens; as maiores quantidades (absolutas e proporcionais) desses parlamentares foram identificadas nos estados do Acre, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, de modo que, com exceção de Minas Gerais, reflete o mesmo padrão dos membros deputados federais da Bancada Ruralista, ou seja, predominam nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. Por outro lado, ao contrário da Câmara Federal, não há representantes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo no Senado que sejam membros signatários da FPA; em termos partidários, de forma semelhante à Câmara Federal, na Bancada Ruralista predominam os senadores filiados aos partidos da base governista, como PSD (7), PODEMOS (6), PL (6) e PP (5), além de senadores filiados a outros partidos do “Centrão”, MDB (4) e UNIÃO (4); quanto à “hereditariedade”, dentre os membros da Bancada Ruralista, 15 dos 39 senadores apresentam graus de parentesco com outros políticos, predominando laços fraternais (7), laços paternos/maternais (6) e matrimônios (4), podendo haver mais de um vínculo para o mesmo parlamentar; em relação às profissões declaradas, podendo ter sido indicada mais de uma ocupação, predominam, assim como na Câmara Federal, os empresários (23), seguidos pelos advogados (6), jornalistas (5) e administradores (5); dos 39 senadores, 28 deles estão cumprindo o mandato 2019-2027, cujo início do mandato coincide com a posse do então presidente da República e o alinhamento com o

agronegócio, evidenciado pela fala “Por isso, o agronegócio tanto me ama (...)” (TEBET, 2022), durante debate presidencial de 2022.

**Onde está?** Dos membros signatários da Frente Parlamentar Agropecuária, 45 dos 232 deputados federais (cerca de 20%) declararam propriedades rurais em 67 municípios. Desses 67 municípios, 60 deles estão localizados na mesma UF do domicílio eleitoral em que se elegeram, enquanto os outros 7 municípios, em UF distinta. Ainda em relação aos 67 municípios, 7 deles apresentaram registros de conflitos agrários (LEROY et al., 2013). Já em relação aos senadores, 12 dos 39 senadores membros da Bancada Ruralista declararam propriedades rurais em 35 municípios, dos quais, 32 deles estão localizados na mesma UF do domicílio eleitoral em que se elegeram, enquanto os outros 3, em UF distinta. Desses 35 municípios, 7 deles apresentaram registros de conflitos agrários, conforme mostrado na **Figura 25** (LEROY et al., 2013).

**Como atua?** A atuação dos parlamentares membros da Bancada Ruralista demonstra forte alinhamento com o atual governo federal (2019-2022), de modo que os observatórios de imprensa consultados demonstraram situação semelhante. Até por conta da composição da Bancada Ruralista em termos partidários, 90% dos deputados federais membros estão alinhados com o governo federal, conforme informações do Radar do Congresso em Foco (2022) e 85% dos deputados membros apresentam posicionamento antiambiental, conforme Ruralômetro do Repórter Brasil (2022). Já os senadores membros da Bancada Ruralista, todos (100%) estão alinhados com as pautas do governo federal, também de acordo com o Radar do Congresso em Foco (2022). O cruzamento desses dados de fontes diferentes e de percepções diferentes sobre a atuação desses parlamentares, evidencia-se a relação entre a atuação do governo federal e as pautas antiambientais, como nas palavras do ex-ministro do Meio Ambiente (2019-2021) do Governo Bolsonaro, trabalhando para “ir passando a boiada, e mudando todo o regramento (ambiental), e simplificando normas.” (SHALDERS, 2020). Nos bastidores, a atuação da FPA se dá através do IPA, como já mencionado, um *think tank* financiado por multinacionais do setor agropecuário, para que seus interesses sejam colocados em pauta no Congresso e aprovados.

**Por que(m) atua?** As hipóteses levantadas no presente estudo para a justificativa da atuação desses parlamentares foram: representar causa própria, pelo fato de serem proprietários de empresas relacionadas ao agronegócio, como é o caso de, pelo menos, 21 deputados federais, donos de 29 empresas do setor, ou mesmo proprietários rurais, como é o caso de, pelo menos, 57 parlamentares signatários da Bancada Ruralista, possuindo propriedades rurais que totalizam 102 municípios; possuir financiadores de candidatura

ligados ao agronegócio, mesmo que forma indireta, como é o caso do IPA, o *think tank* que recebe aportes financeiros de bancos internacionais e empresas agropecuárias multinacionais; pertencer a um partido político alinhado com o agronegócio, como mostraram-se grande parte dos partidos do “Centrão” e, inclusive, o próprio presidente da República, deveras contraditório, que durante sua eleição discursava contra esse “Centrão”, mas que hoje em dia brada, sem vergonha, “Eu sou do Centrão” (SAID, 2021); estar em busca de maior visibilidade política e poder, associando-se à imagem do agronegócio brasileiro, um mito criado desde o início da veiculação da campanha publicitária da Rede Globo, em 2016, com o *slogan*: “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo” (ELIAS, 2021).

Por fim, é possível observar que a Bancada Ruralista nunca esteve tão forte e atuante quanto durante a 56<sup>a</sup> Legislatura. Não apenas pelo fato de ter atraído mais parlamentares membros, possuindo quase metade da Câmara Federal e do Senado, mas, principalmente, pela atuação do atual governo federal, que privilegiou o agronegócio em detrimento de toda a população brasileira, especialmente durante a Pandemia. Reflexo disso, ao mesmo tempo em que bate recordes de produção histórica de grãos no país, o Brasil volta a figurar no Mapa da Fome, com cerca de 117 milhões de brasileiros, cerca de metade da população, enfrentando algum grau de insegurança alimentar (INSEGURANÇA, 2021; VALOR, 2021).

Em suma, emprestando da poesia de Chico César (2015), esses parlamentares “se elegem e legislam, feito cínicos/ Em causa própria ou de empresa coligada/ O frigo, a multi de transgene e agentes químicos/ Que bancam cada deputado da bancada”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. *Agrária* (São Paulo. Online), DG/FFLCH-USP, v. 02, p. 41-68, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila Da conquista dos sertões à independência do Brasil. Editora José Olympio, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.299, de 13 de março de 2002. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/46249>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.729, de 08 de junho de 2004. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/257161>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 490, de 20 de março de 2007. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345311>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Senado. Projeto de Lei nº 4.847, de 03 de setembro de 2019. Brasília: Senado, 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138498>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 191, de 06 de fevereiro de 2020. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.539, de 08 de novembro de 2021. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2306089>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 528, de 23 de fevereiro de 2021. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2270639>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.293, de 07 de abril de 2021. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2277190>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Senado. Projeto de Lei nº 510, de 22 de fevereiro de 2021. Brasília: Senado, 2021d. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146639>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. *Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas*, E-papers, Rio de Janeiro, p. 155-168, 2017.

CASTILHO, Alceu Luís. Partido da terra. Editora Contexto, 2012.

CASTILHO, Alceu Luís (coord.) Os Financiadores da Boiada – Como as Multinacionais do Agronegócio sustentam a Bancada Ruralista e Patrocinam o Desmonte Socioambiental. De Olho nos Ruralistas. Julho de 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf> Acesso em: 20 jul. 2022.

CONGRESSO EM FOCO. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso\\_em\\_Foco#:~:text=O%20Congresso%20em%20Foco%20%C3%A9,ao%20Congresso%20Nacional%20do%20Brasil..](https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_em_Foco#:~:text=O%20Congresso%20em%20Foco%20%C3%A9,ao%20Congresso%20Nacional%20do%20Brasil..) Acesso em: 27 set. 2022.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. REVISTA DE GEOGRAFIA (RECIFE), v. 39, p. 290-305, 2022.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 25, 2021.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, núm. 1, mayo, 2007, pp. 25-39

FERNANDES, Afonso. A frente ampla da agropecuária brasileira: transição política e classes dominantes agrárias na nova república (1986–1991). Mestrado). Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro (UFFRJ). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

LEROY, Joaquim Pierre; PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania, organizadores. Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2013.

HISTÓRIA da FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária, 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/> Acesso em 26 jul. 2022.

INTINI, João M.; FERNANDES, Uelton F. Bancada ruralista: a face política do agronegócio. Revista da ABRA, p. 70-86, 2013.

INSEGURANÇA Alimentar e Covid-19 no Brasil. FAO, c2021. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/> Acesso em: 7 dez. 2021.

LIGAS CAMPONESAS. In: Verbetes Temáticos, FGV CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/ligas-camponesas>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MENDES, Guilherme. TSE cassa mandato de Boca Aberta, que será substituído por Osmar Serraglio. Congresso em Foco, Brasília, 24 de agosto de 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/tse-cassa-mandato-de-boca-aberta/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MODZELESKI, Alessandra; CALGARO, Fernanda. Diante de crise política, partidos mudam de nome para atrair eleitores em 2018. G1 – Política. Brasília, 12 de agosto de 2017. <https://g1.globo.com/politica/noticia/diante-de-crise-politica-partidos-mudam-de-nome-para-atrair-eleitores-em-2018.ghtml> Acesso em: 28 jul. 2022.

MUGNATTO, Sílvia. Dirigentes de partidos e Ministério Público relatam fraudes no cumprimento de cotas para mulheres. Agência Câmara de Notícias, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546776-dirigentes-de-partidos-e-ministerio-publico-relatam-fraudes-no-cumprimento-de-cotas-para-mulheres/> Acesso em: 25 set. 2022.

MST: Nossa História. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/> Acesso em: 29 jul. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.

OLIVEIRA, Carolina; EVANGELISTA, Ana Paula. PL do Licenciamento Ambiental traz riscos para saúde e meio ambiente, diz pesquisador. Brasil de Fato. São Paulo, 25 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/25/pl-do-licenciamento-ambiental-traz-riscos-para-saude-e-meio-ambiente-diz-pesquisador>

PARLAMENTARES afirmam que mulheres têm dificuldade no acesso a espaços de poder. Agência Câmara de Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/881351-parlamentares-afirmam-que-mulheres-tem-dificuldade-no-acesso-a-espacos-de-poder/>. Acesso em: 05 set. 2022.

POMPEIA, Caio. 2021. Formação política do agronegócio. São Paulo: Editora Elefante, 2021, 392 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970, 370 p.

SAID, Flávia. “Eu sou do Centrão”, diz Bolsonaro ao defender aliança com bloco. Metrópoles, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/eu-sou-do-centrao-diz-bolsonaro-ao-defender-alianca-com-bloco>. Acesso em 02 out. 2022.

SHALDERS, André. Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou regras ambientais. BBC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652> Acesso em: 01 out. 2020.

SILVA, Rafael Barbosa da. A ditadura e a questão agrária: O Estatuto da Terra e as lutas no campo. 2018. Disponível em: [https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/a\\_ditadura\\_e\\_a\\_questao\\_agraria\\_ensino\\_de\\_historia.pdf](https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/a_ditadura_e_a_questao_agraria_ensino_de_historia.pdf)

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. *Temporalis*, v. 12, n. 24, p. 215-237, 2012.

TEBET diz que Bolsonaro foi pior presidente da história em termos ambientais. *Estadão*, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/09/29/tebet-diz-que-bolsonaro-foi-pior-presidente-da-historia-em-termos-ambientais.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 02 out. 2022.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, p. 13-30, 2013.

VICENTE, Iara Souza. O mito do Brasil real, discurso patronal e ideologia: a atuação da bancada ruralista na votação do Novo Código Florestal. 2013.

VALOR da produção agrícola nacional tem recorde em 2020 com R\$ 470,5 bilhões. *Governo do Brasil*, 23 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/09/valor-da-producao-agricola-nacional-tem-recorde-em-2020-com-r-470-5-bilhoes#:~:text=O%20valor%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20agr%C3%ADcola,7%25%20superior%20%C3%A0%20de%202019>. Acesso em: 07 dez. 2021.